Abrir portas onde se erguem muros Director: David Pontes **Quinta-feira, 12 de Setembro de 2024** • Ano XXXV • n.º 12.551 • Diário • Ed. Porto • Assinaturas 808 200 095 • **1,50€**

Novo ano lectivo

Governo quer escolas sem telemóvel até ao 6.º ano de escolaridade

Guia: das provas aos apoios, o que muda para os alunos este ano

Destaque, 2 a 5

Mais de 250 personalidades exigem regulamentação da lei da eutanásia

Da política às artes, figuras públicas subscrevem carta aberta que pede ao Governo que "cumpra a obrigação de regulamentar lei" aprovada há mais de um ano. Balsemão e Rui Rio são dois dos signatários Política, 12

Imigração

Estrangeiros terão advogado antes de recusa nos aeroportos

Socieadade, 16

IRC e IRS Jovem

Governo disponível para encontro a "meio caminho" com PS

Pedro Duarte em entrevista ao PÚBLICO-RR

Política, 10/11

Futebol

FC Porto corta nas comissões e poupa milhões com agentes

Desporto, 46

DEMETRIUS FREEMAN/EPA

Debate com Trump

Kamala Harris ganha no jogo das expectativas, mas isso pode não chegar

Mundo, 24/25

Decisão hoje

Petróleo dá conforto ao BCE para voltar a cortar juros

Economia, 30

No Parlamento

Lucília Gago defende escutas, mas deixa muito por esclarecer

Política, 14/15

Reabre dia 21

Gulbenkian em "festa" com novo CAM, mas onde está o museu?

Cultura, 36/37

ISNN-0872-1556

RODRIGO ANTUNES/LUSA

Directores e pais apoiam limites a telemóveis até ao 6.º ano

Directores concordam que seja uma recomendação e não uma proibição, em nome da "autonomia" das escolas

Cristiana Faria Moreira

É uma das novidades no arranque deste ano lectivo: o Governo vai recomendar às escolas a proibição do uso de telemóvel nos 1.º e 2.º ciclos e ainda que o seu uso seja limitado no 3.º ciclo. Caberá às escolas acatar ou não esta recomendação, mas não fica de fora a possibilidade de, no próximo ano, passar a ser mesmo uma decisão vinculativa. No dia em que os alunos voltam à escola, o ministério não adianta quantos milhares de alunos vão começar as aulas sem ter todos os professores, nem quantos docentes reformados ou à beira da reforma vão voltar para ajudar a fazer face à escassez de docentes.

"Hoje temos muita evidência de que a utilização de *smartphones* pode ser uma desvantagem para as aprendizagens e pode deteriorar o bem-estar das crianças. Aquilo que vamos fazer está muito alinhado com o que outros países estão a fazer", sublinhou o ministro da Educação, Fernando Alexandre, no final da reunião do Conselho de Ministros, onde foram também aprovados diplomas sobre o concurso extraordinário de docentes, sobre o subsídio aos professores deslocados e ainda medidas para a recuperação das aprendizagens e a integração de alunos migrantes.

Esta recomendação – e não "imposição" – é bem recebida pelos directores escolares, em nome da "autonomia" e das especificidades de cada estabelecimento de ensino do país. "Acho bem ser uma recomendação e não ser uma imposição. Por exemplo, o telemóvel é usado em muitas escolas como um instrumento de trabalho em contexto de sala de aula. Vai-se tirar o instrumento de trabalho aos nossos alunos, aos nossos professores?", questiona o presidente da Associação Nacional de Directores de Agrupamentos e Escolas Públicas (Andaep), Filinto Lima.

> Hoje temos muita evidência de que a utilização de *smartphones* pode ser uma desvantagem para as aprendizagens e pode deteriorar o bem-estar das crianças
>
> **Fernando Alexandre**
> Ministro da Educação

No ano lectivo passado, cerca de 2% dos mais de 800 agrupamentos de escolas já tinham tomado medidas de restrição ou mesmo de proibição do uso de telemóveis nos recreios. Entre essas escolas está a EB 2,3 General Serpa Pinto, em Cinfães, que o presidente da Associação Nacional de Dirigentes Escolares (ANDE), Manuel Pereira, dirige. "Acho interessante este tipo de recomendação, até porque, na minha escola, há mais de um ano que tenho a medida a funcionar. Aliás, é um belíssimo exemplo o nosso, porque tentámos tomar esta medida de maneira pedagógica."

Nessa decisão, que acabou por limitar o uso de telemóveis nos intervalos (nas aulas, só como recurso pedagógico, se pedido pelo docente), foram incluídos os diferentes intervenientes da comunidade escolar, não só a direcção da escola, mas também professores, pais e alunos. O balanço após um ano lectivo é positivo e a medida vai continuar durante o ano escolar que agora se inicia, diz o director. "Quando os telemóveis estão nos bolsos dos alunos, são um instrumento que provoca absoluta dependência da parte deles. Proibir é sempre um exercício inútil, que nem sempre dá bom resultado. A solução mais importante é educar, ou regular, ou regulamentar o uso ou o não-uso."

Pais defendem "regras"

Do lado dos pais, também há concordância com o facto de o Governo colocar a restrição como recomendação e não como uma obrigação. A posição da Confederação Nacional das Associações de Pais é de que devem "existir regras" quanto ao uso dos telemóveis, em detrimento de os banir das escolas, sublinha a sua presidente, Mariana Carvalho.

"As escolas têm de acolher a tecnologia e isso tem de se fazer com regras, até porque há contextos educativos em que os telemóveis são pedidos aos alunos. Temos de, num outro plano, promover a diminuição da utilização dos telemóveis e, para isso, temos de dar alternativas aos nossos estudantes", nota, ao mesmo tempo que lembra a importância de existirem espaços atractivos nas escolas para as crianças e jovens.

Por agora, a recomendação de proibição do Governo estende-se aos alunos até aos 12 anos. No entanto, para os do 3.º ciclo, que têm entre 12 e 15 anos, o Governo apela às escolas que tomem medidas que desincentivem o seu uso dentro do recinto.

"No caso do 1.º e do 2.º ciclos, a decisão é diferente, porque há já muita evidência de que há um efeito muito negativo [do uso dos *smartphones*] nas crianças no 1.º e 2.º ciclos. Por isso, a recomendação é de proibição, mas vamos ver como decorre a avaliação que vai ser feita no próximo

ano", disse Fernando Alexandre.

Quanto aos alunos do secundário, o governante lembrou a importância de existir uma estratégia das escolas para que os telemóveis sejam usados de forma responsável e que beneficie o desenvolvimento dos jovens.

O impacto desta recomendação será avaliado ao longo do próximo ano lectivo. E o executivo não fecha a porta à proibição vinculativa do uso de *smartphones* em contexto escolar, em função dos resultados. "Isto é uma recomendação do Governo, não é uma proibição. Pode vir a ser, na sequência do estudo que vamos fazer."

1091 horários por preencher

Apesar de o ministro da Educação se ter escusado a adiantar o número de alunos que vão começar o ano sem todos os professores, avançou que há ainda por preencher 1091 horários, dos quais 461 são completos, ou seja, abrangem 22 horas de aulas por semana. É o cenário depois da segunda reserva de recrutamento de 2024/2025 (concurso de colocação), cujos resultados foram conhecidos na segunda-feira. Por isso, tendo em conta a situação actual, a previsão é que o concurso extraordinário de vinculação, que esteve em negociação com os sindicatos e que o Governo aprovou ontem, tenha "centenas" de vagas.

Por agora, as disciplinas com mais professores em falta continuam a ser Informática, Português e Matemática, Física e Química e História e Geografia. E as regiões mais afectadas são Lisboa e Algarve, tal como já tem acontecido nos últimos anos, adiantou o governante.

O que falta também saber é que impacto terá uma das medidas mais ambiciosas do plano para reduzir o número de alunos sem aulas: quantos professores reformados aceitaram o repto do Governo para voltar a dar aulas? Quantos à beira da reforma decidiram adiá-la? Sobre este assunto, Fernando Alexandre apenas disse que "em tempo" esses números serão anunciados. "Sabemos que temos pedidos... Isto é experimentação. O que estamos a fazer para resolver o problema dos alunos sem aulas é tomar medidas que nunca foram tomadas. O que mostramos, tendo aprovado mais duas medidas hoje [ontem], é que vamos aprovar as medidas que forem necessárias para resolver o problema."

Entre as medidas aprovadas está o apoio extraordinário à deslocação destinado aos professores colocados a mais de 70 quilómetros do domicílio fiscal, que, após negociação com os sindicatos, o Governo acedeu a aumentar para os 150 a 450 euros mensais, conforme a distância. Questionado sobre o custo global que esta medida terá, o ministro da Educação estima-o em 10 milhões de euros anuais. **com Daniela Carmo, João Pedro Pincha e Clara Viana**

Ordem dos Psicólogos

Publicado guia para uso de telemóveis nas escolas

Daniela Carmo

A um dia do início do ano lectivo, a Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP) lançou um conjunto de orientações sobre o tema, em que alerta que a restrição da tecnologia deve visar sempre a aprendizagem. Mas deixou também um alerta: as provas científicas na psicologia indicam que o uso moderado (entre uma e duas horas diárias) de ecrãs digitais em crianças com idade escolar tem mais benefícios cognitivos, psicológicos e sociais do que uma restrição completa do uso ou do que um uso excessivo.

No que toca ao uso dos telemóveis nas aulas e nos intervalos, o documento nota que "regular o uso das tecnologias deve visar a aprendizagem". "Quer se opte por medidas proibitivas ou restritivas, quer se opte por utilizar as tecnologias como ferramentas de apoio, o objectivo deve ser claro: melhorar o desenvolvimento e a aprendizagem", lê-se no guia.

Por outro lado, a OPP defende a importância de reconhecer que existem desigualdades no acesso às tecnologias. "Quando se procura utilizar as tecnologias como ferramentas de apoio à aprendizagem, é necessário considerar as eventuais desigualdades entre alunos/as de diferentes contextos socioeconómicos. Nem todos os/as alunos/as têm *smartphones* ou computadores, assim como diferenças nos dispositivos podem implicar diferenças na participação e nos resultados. Garantir o acesso equitativo às tecnologias é um pré-requisito para a sua utilização nas salas de aula."

Já no caso de a escolha ser a proibição ou a restrição do uso das tecnologias, a Ordem dos Psicólogos sublinha que "é necessário definir claramente como tal vai acontecer: não é permitido, de todo, levar o *smartphone* para a escola? Se não é permitido, até que idades? Se é possível levar, quando começa a aula, onde se deve guardar o *smartphone*? É numa 'caixa comum' E durante quanto tempo? (...)". As questões multiplicam-se.

Ontem, o Governo comunicou ao país a recomendação de proibir os telemóveis nas escolas para o 1.º e 2.º ciclos. No caso do 3.º ciclo, não recomenda a proibição, mas sim que as escolas adoptem medidas que restrinjam o seu uso dentro da escola, "alinhado com o que outros países estão a fazer".

A França, por exemplo, tem ido à frente neste caminho. Em 2018, proibiu o uso dos telemóveis nas escolas primárias e secundárias. Agora, os estudantes vão ter mesmo de depositar os aparelhos à entrada. A ideia começa a ser testada em 200 escolas e, correndo bem, será alargada a todas em Janeiro de 2025. Também os alunos das escolas da Grécia serão obrigados a manter os seus telemóveis dentro das mochilas durante as aulas e há experiências de proibição a decorrer em escolas dinamarquesas e belgas.

A OPP nota ainda a importância de "aumentar/ diversificar a oferta de actividades". Ou seja, "criar alternativas (complementares) à utilização dos *smartphones*, que incentivem o brincar, actividade física e desportiva, expressão artística, convívio e exploração de interesses vocacionais".

Alunos, professores e escolas

Ensino público e privado

Alunos — Ano lectivo 2022/2023, Portugal

TOTAL 1.605.438 alunos

Nível	Alunos
Educação pré-escolar	265.025 (16,5%)
Ensino básico	945.449 (58,9%)
Ensino secundário	394.964 (24,6%)

1.º Ciclo · 2.º Ciclo · 3.º Ciclo

Professores — Ano lectivo 2022/2023, Continente

Nível	Professores
Educação pré-escolar	17.346
Ensino básico — 1.º ciclo	31.360
Ensino básico — 2.º ciclo	22.976
3.º ciclo e secundário	78.134
Educação especial	8759
Escolas profissionais	8627

Escolas — Ano lectivo 2022/2023, Portugal

Tipo	Escolas
Jardim-de-infância	2858
Escola básica	4295
Escola secundária	339
Escola básica e secundária	371
Escola profissional	273

Fonte: Estatísticas da Educação 2022/2023/DGEEC

PÚBLICO

Da velocidade em leitura ao fim do projecto MAIA, a educação de novo em mudança

Quantas palavras por minuto se conseguem ler no 2.º ano?

A velocidade de leitura voltará à ordem do dia em 2024/2025, depois de ter sido abandonada com a revogação das metas curriculares aprovadas por Nuno Crato. Será realizado um diagnóstico nacional da "velocidade leitora" dos alunos do 2.º ano de escolaridade, medida com base no número de "palavras por minuto". Caberá à tutela enviar os textos que deverão ser lidos pelas crianças. Pressuposto para esta avaliação: "A leitura é decisiva para o sucesso escolar e só com bons diagnósticos pode haver intervenções com impacto". Nas provas de aferição de 2023, as últimas com resultados publicados, só 12,3% dos alunos do 2.º ano conseguiram responder sem dificuldades ao item Leitura e Educação Literária.

Tutorias "preventivas" desde o 1.º ano de escolaridade

As tutorias deixam de ser só para alunos com um historial de retenções, sendo alargadas a estudantes com dificuldades de aprendizagem. Este apoio mais personalizado passa a chamar-se "tutorias psicopedagógicas" e será assegurado por "professores com formação pedagógica ou psicólogos educacionais". O "apoio preventivo" inicia-se no 1.º ciclo. O chamado Apoio Tutorial Específico em vigor destina-se a estudantes a partir do 2.º ciclo. Cada tutor tem a cargo um grupo de dez alunos, para os quais lhe são atribuídas quatro horas lectivas por semana.

Abandono escolar precoce

O modo como é medido o abandono escolar precoce vai ser melhorado de modo a responder "às falhas identificadas, em 2020, pelo Tribunal de Contas (TdC)". O TdC considera que não são conhecidos "os reais números do abandono" escolar, o que se deve, sobretudo, ao facto de este fenómeno ser apurado a partir do Inquérito ao Emprego, tendo em consideração os jovens dos 18 aos 24 anos. Limitação: não "integrar os jovens dos 6 aos 18 anos, nem esclarecer o nível de ensino em que ocorreu o abandono". A fórmula de cálculo está uniformizada a nível europeu há mais de duas décadas. O objectivo do Governo é agora "rever a definição e melhorar os indicadores". Será também montada uma estratégia para o combate ao abandono escolar.

Projecto MAIA vai acabar

O Projecto de Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica (MAIA) vai acabar, certamente para gáudio de milhares de professores que sempre o encararam como uma forma de acrescentar mais burocracia à muita que já recai sobre eles. Começou a ser aplicado em 2019/2020 e, na prática, traduziu-se, entre várias outras fichas, em listas quase infindáveis de descritores de desempenho dos alunos destinadas a ser preenchidas pelos seus professores. C.V.

MANUEL ROBERTO

Em termos nacionais, os alunos estrangeiros representam já 14% do total de alunos do ensino básico e secundário

Plano para estudantes estrangeiros

Escolas vão ter 272 mediadores para ajudar na integração de alunos migrantes

Clara Viana

Estudantes que não têm o português como língua materna vão ter "condições diferenciadas" na realização de todas as provas e exames

São medidas para aplicar já no ano lectivo que arranca hoje e terão como destinatários principais "os alunos recém-chegados ao sistema educativo português, com nacionalidade estrangeira e origem não-CPLP [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa]", conforme explicitado no plano para "integrar alunos migrantes".

Estes são os estudantes que chegam às escolas portuguesas e às aulas sem falarem uma palavra de Português. Como acontece com alunos da Índia, Paquistão ou Bangladesh, nacionalidades que figuram entre as que têm registado um maior aumento. Para os ajudar no embate inicial e na sua integração posterior, o Governo quer ter 272 mediadores linguísticos e culturais a trabalhar nas escolas. São vários os estudos que apontam para a figura do mediador como sendo um elemento central para uma integração eficaz e para a redução de conflitos com base nas diferenças culturais.

A verdade é que as escolas portuguesas são cada vez mais diversas, como destacou o ministro da Educação, Fernando Alexandre, na apresentação deste novo plano. Os números falam por si: entre 2018/2019 e 2023/2024, o número de alunos estrangeiros no ensino básico e secundário passou de 53 mil para 140 mil, um aumento de 160% em apenas cinco anos. Trata-se de "números bastante impressionantes", reforçou o ministro.

Em termos nacionais, os alunos estrangeiros representam 14% dos alunos do ensino básico e secundário. "Em muitas escolas na região de Lisboa e do Algarve, os [números] são muito mais elevados", indicou Fernando Alexandre.

A grande maioria continua a ter origem no Brasil e nos países da CPLP, mas os agrupamentos escolares têm agora, em média, "alunos de 19 nacionalidades" e existem alguns que chegam a ter 46 nacionalidades diferentes. Para os alunos não falantes de português existe uma disciplina chamada Português Língua Não Materna (PLNM) com o objectivo de os familiarizar com o idioma em que vão estudar. Devido, sobretudo, à falta de professores, mas também ao modo como está concebida, os resultados obtidos estão longe de serem satisfatórios. O alerta tem partido sobretudo de docentes.

O novo plano do Governo prevê que a disciplina seja revista de modo a "melhorar o diagnóstico" dos alunos e "criar um novo nível". Mais concretamente, instituir um "nível zero" que permita que o PLNM esteja "alinhado com o perfil e as necessidades dos alunos, nomeadamente daqueles que desconhecem a língua e o alfabeto portugueses".

Actualmente, a disciplina está estruturada em função do Quadro Europeu de Referência para as Línguas (QECR), começando pelo nível de iniciação A1 que já pressupõe alguns conhecimentos do idioma. O Conselho Europeu define-o assim: "O nível A1 é considerado o nível básico do uso da língua, em que o aprendente consegue interagir, com ajuda do interlocutor, sobre assuntos concretos do seu quotidiano, usando frases feitas e vocabulário e expressões de uso muito frequente."

Por outro lado, mas não menos importante, estabelece-se que os alunos com PLNM no currículo devem ter "condições diferenciadas" na realização de todas as provas de exame. Também as "condições de retenção no ensino básico e de avaliação no ensino secundário devem ser adequadas a estes alunos". Estas duas premissas têm-se aplicado apenas a alunos com necessidades educativas especiais mais gravosas.

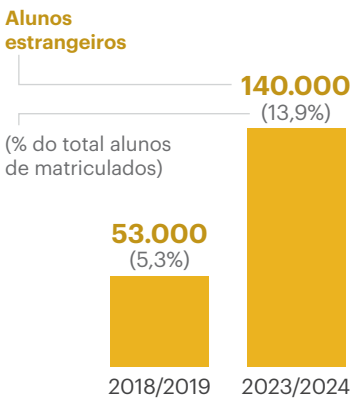
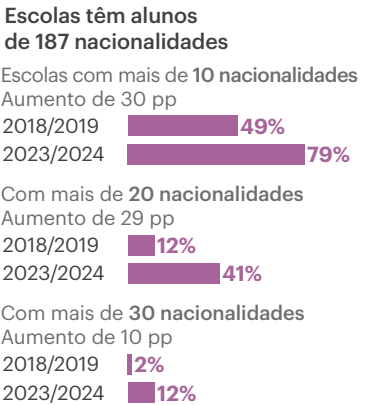
Escolas decidem ano

Outro objectivo apontado: "simplificar as equivalências no ensino básico." Ou seja, as equiparações entre o nível de ensino a que o aluno chegou no seu país de origem e o correspondente em Portugal. Muitas escolas têm apontado, por exemplo, grandes discrepâncias entre a organização do ensino e currículos seguidos no Brasil com os praticados por cá. O Governo propõe agora que sejam as escolas a posicionar os alunos nos anos de escolaridade do ensino básico que considerem convenientes, sem precisarem para tal "de intervenção dos serviços centrais" do ministério.

"O sucesso da política de imigração vai depender do sucesso educativo deles", frisou Fernando Alexandre. E, para tal, o "envolvimento dos pais é um factor determinante", reconhece. Para potenciar esse envolvimento, promete-se "aumentar o financiamento para cursos de língua portuguesa para estrangeiros", de modo a alargar a rede existente.

Um estudo recente da Nova SBE, *Inclusão ou discriminação*, dá conta de que os alunos de origem migrante têm resultados escolares significativamente abaixo dos alunos de origem portuguesa e são segregados mesmo dentro das escolas, que não fazem tudo o que podem para o evitar.

Uma última nota. À semelhança do que acontece em vários sectores da economia, o aumento do número de alunos estrangeiros pode funcionar como uma bóia de salvação para as escolas. Depois de anos seguidos com o número de alunos em queda, este está agora a subir devido, precisamente, aos estudantes migrantes. Para Fernando Alexandre, este é "um problema bom". "O que seria trágico era começar a fechar escolas, a fechar salas."

Evolução do número de alunos estrangeiros

Fonte: Ministério da Educação

PÚBLICO

O que muda na escola para os alunos neste ano lectivo?

Provas de aferição no final do ciclo, tutorias para alunos com dificuldades, uma nova disciplina: eis o que muda

No arranque de mais um ano lectivo, as escolas vão receber, pelo menos, mais 20 mil novos alunos só no ensino básico e secundário. E há, por agora, uma grande novidade: o Governo recomendou a proibição do uso de telemóvel nas escolas para os alunos até ao 6.º ano. Essa decisão ficará, contudo, nas mãos das escolas. Além disso, haverá novas provas de aferição, exames que voltam a contar para a nota da disciplina e um obrigatório — Português. E tutorias para apoiar, desde cedo, alunos com dificuldades na aprendizagem. Já para ajudar na integração dos milhares de alunos estrangeiros que têm chegado às escolas, o Governo quer colocar nas escolas 272 mediadores linguísticos e culturais. Eis algumas mudanças com as quais os alunos de diferentes ciclos poderão contar:

NUNO FERREIRA SANTOS

Vai haver novas disciplinas?
Para a generalidade dos alunos ainda não, mas para os estudantes do secundário dos quatro cursos científico-humanísticos, que frequentam os agrupamentos de escolas de Alcanena, Cristelo, Caneças (em Paredes), Elvas e Marinha Grande Poente, assim como o Colégio Pedro Arrupe, em Lisboa, e a Escola Profissional de Jobra (ensino artístico), em Albergaria-a-Velha, vai ser testada a introdução de uma nova disciplina obrigatória: Literacias e Dados. Vai juntar-se assim às disciplinas da formação geral: Português, Língua Estrangeira, Filosofia e Educação Física.

O que é que vai ser ensinado nesta nova disciplina?
Segundo o Governo, incluirá temas como a Literacia Financeira, Comercial, Laboral e Participação Democrática. Alguns destes temas são já abordados na disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, que é leccionada nos 2.º e 3.º ciclo do ensino básico.

Por que é que só vai avançar nestas escolas?
Funcionará como um projecto-piloto, como testes. As escolas seleccionadas estão a desenvolver "projectos-piloto de inovação pedagógica", uma espécie de um novo modelo de secundário, que dá maior liberdade às instituições e aos alunos na montagem dos seus cursos. Poderão, por exemplo, escolher disciplinas de cursos diferentes. Segundo disse o secretário de Estado Adjunto e da Educação, Alexandre Homem Cristo, numa audição parlamentar em Junho, o que funcionar neste projecto-piloto será "para escalar" e estender às outras escolas.

Haverá avaliação a esta disciplina?
Sim, os alunos terão uma classificação final e terão de realizar uma uma prova de aptidão pública (PAP), semelhante àquelas que os alunos do ensino profissional e do ensino artístico especializado já realizam.

Os telemóveis estão proibidos na escola?
Não, mas o Governo recomendou às escolas que proíbam o uso de telemóveis no recinto escolar para os alunos até ao 6.º ano. A decisão caberá às escolas. No caso dos estudantes do 3.º ciclo (do 7.º ao 9.º ano), o Ministério da Educação recomenda aos estabelecimentos escolares que tomem medidas para desincentivar o uso dos *smartphones*. No caso do secundário, a tutela defende que as escolas tenham uma estratégia para que os telemóveis sejam usados de forma responsável e que beneficie o desenvolvimento dos jovens.

Há novas medidas de apoio aos alunos?
Algumas, ainda que sem grande detalhe. O ministro da Educação anunciou, na quarta-feira, um plano para a recuperação das aprendizagens, que passam, por exemplo, por fazer um diagnóstico nacional da "velocidade leitora" dos alunos do 2.º ano já neste ano lectivo. E ainda criar tutorias para estudantes com dificuldades de aprendizagem — e não apenas com historial de retenções — e logo a partir no 1.º ciclo. Este apoio mais personalizado passa a chamar-se "tutorias psicopedagógicas" e será assegurado por "professores com formação pedagógica ou psicólogos educacionais".

E para os alunos migrantes há mais apoios?
Sim. Face ao aumento do número de alunos estrangeiros e às inúmeras dificuldades de integração que enfrentam, desde logo, a língua, o Governo quer ter 272 mediadores linguísticos e culturais a trabalhar nas escolas. Além disso, a tutela quer rever a disciplina de Português Língua Não Materna (PLNM) e "criar um novo nível" — um "nível zero", sobretudo para aqueles que não falam uma palavra de português.

O Governo quer também "simplificar as equivalências no ensino básico", atribuindo a responsabilidade às escolas de posicionar os alunos nos anos de escolaridade do ensino básico que considerem mais adequados.

O que vai mudar nos exames nacionais?
Desde o ano lectivo passado estão em curso algumas mudanças no modelo de exames, herança do anterior Governo. Este ano, os alunos do 11.º e do 12.º ano já estão abrangidos pelo modelo que define que é necessário realizar três exames nacionais para concluir o secundário: Português no 12.º ano, que passou a ser obrigatório para todos os alunos dos quatro cursos científico-humanísticos (Ciências, Economia, Humanidades e Artes Visuais), e mais dois exames à escolha. Um deles terá de ser da componente específica ou Filosofia.

Vão continuar a ser feitos em papel?
Sim. No secundário, continuarão a ser feitos em papel.

E vão contar para a nota da disciplina?
Sim, os exames voltam a contar para a classificação final – e não servem apenas como prova de ingresso, como foi instituído na pandemia. Para os alunos do 12.º que realizem este ano exames, estas provas ainda terão um peso de 30% na nota final da disciplina. No caso dos do 11.º ano, já passa a contar 25%, segundo o definido no novo modelo de exames.

Isso quer dizer que também há mudanças no cálculo da média final do secundário?
Sim. Para os alunos que entraram no ano passado para o 10.º ano, o cálculo da média final do secundário vai ser diferente: o peso de cada disciplina vai variar de acordo com a sua duração. A nota de Português, por exemplo, vai ter mais peso na nota final do que uma disciplina anual ou bianual.

Também haverá mudanças no acesso ao ensino superior?
Sim, a fórmula de cálculo da média para entrar nas universidades e politécnicos também vai mudar, sendo que a média do secundário terá um menor peso na média de acesso do que as provas de ingresso:
- a média do ensino secundário vai valer, no mínimo, 40%;
- as notas das provas de ingresso valerão, no mínimo, 45%, não esquecendo que os alunos têm de ter pelo menos 95 pontos numa escala de 0 a 200.
- os pré-requisitos, caso existam, valerão no máximo, 15%.

Quanto ao número de provas de ingresso necessárias, a decisão cabe a cada instituição, estando estabelecido o mínimo de dois exames.

Que mudanças estão previstas para as provas de aferição?
As provas até aqui realizadas nos 2.º, 5.º e 8.º anos deixarão de existir e serão substituídas por provas de "monitorização de aprendizagem" (Moda) nos 4.º e 6.º anos às disciplinas de Português e de Matemática e a outra disciplina rotativa a cada três anos. Para o 4.º ano, em 2025, será de Inglês; em 2026, de Educação Artística; em 2027, de Educação Física; e em 2028, volta a ser de Inglês. No caso do 6.º ano, os alunos poderão contar com provas a História e Geografia de Portugal, em 2025; a Inglês, em 2026; e a Educação Física e Educação Visual, em 2027. Em 2028, volta a História.

Vão contar para nota?
Não. Cada aluno terá uma classificação, de zero a 100, que será registada na sua ficha individual mas sem peso na sua nota final.

Estas provas vão continuar a ser feitas em formato digital?
Sim, assim como finais do 9.º ano de Português e de Matemática que este ano passam a ser em formato digital. No caso desta disciplina, os alunos poderão também recorrer ao papel nos exercícios que exigirem escrita matemática e que seriam mais difíceis de realizar num computador. Os enunciados não serão tornados públicos para permitir que o mesmo tipo de exercício/item possa ser aplicado ao longo dos anos e, assim, garantir uma melhor comparabilidade de resultados. **C.F.M.**

Espaço público

Lucília Gago, a procuradora-geral "infalível"

Editorial

Helena Pereira

Mais uma vez ficou evidenciado como a própria Lucília Gago continua incapaz de reconhecer qualquer falha da parte do Ministério Público

A despedida da actual procuradora-geral da República, Lucília Gago, ontem, no Parlamento, mostrou-a tal como tem sido ao longo do seu mandato de seis anos: infalível. Mas infalível, não porque não tenha cometido erros (até pelo contrário), mas porque mais uma vez ficou evidenciado como a própria Lucília Gago continua incapaz de reconhecer qualquer falha da parte do Ministério Público.

Uma das partes mais penosas da sua intervenção teve que ver com um assunto que era inevitável: as escutas telefónicas. Munida de estatísticas, a procuradora-geral da República tentou demonstrar que o número de processos em que foram usadas escutas é hoje menor do que já foi no passado. Não levou, porém, ao Parlamento todas as estatísticas que ajudariam a perceber o que se passa neste país com as escutas, ou seja, durante quanto tempo, em média, cada cidadão é escutado e qual o sucesso de uma investigação que usa escutas em comparação com as que não as usam para obter condenações. Falar da forma superficial sobre escutas como Lucília Gago falou no Parlamento e achar que o país ficou esclarecido é quase um insulto.

Por outro lado, a forma como a procuradora-geral reagiu à questão das fugas de informação causou alguma perplexidade. Segundo Lucília Gago, só há uma forma eficaz de controlar as fugas de informação: colocar os suspeitos sob escuta e, para isso, desafiou mesmo os deputados a fazerem uma alteração ao artigo 187 do Código do Processo Penal.

Por último, depois de ter dito, em entrevista à RTP, que existe uma "campanha orquestrada" contra o Ministério Público e de ter feito um duro discurso, no início de Setembro, na cerimónia de posse dos novos procuradores-gerais adjuntos, em que se insurgiu contra os "pérfidos desígnios" de quem critica a Justiça, Lucília Gago ficou agora estranhamente calada sobre isto, fugindo às perguntas dos deputados que a instaram a pronunciar-se ou a esclarecer tais acusações.

Numa altura em que está em marcha o processo de escolha do seu sucessor, Lucília Gago foi finalmente ao Parlamento para esclarecer, entre outras coisas, as polémicas sobre o processo *Influencer*, o parágrafo do comunicado sobre António Costa ou a aterragem de aviões militares na Madeira com elementos da PJ e do MP, que deixaram sobressaltado o país, mas acertou quem manteve as expectativas baixas sobre o que seria esta audição. Resta acreditar que haja consenso rápido entre Governo e Presidência da República sobre a/o nova/o procuradora/o-geral e confiemos que a próxima personalidade consiga transmitir mais confiança e exigência.

CARTAS AO DIRECTOR

Amílcar Cabral

Amílcar Cabral nasceu em 12 de Setembro de 1924. Figura destacada dos movimentos de libertação das colónias portuguesas de África. Fundador do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Amílcar Cabral não foi apenas um organizador deste movimento de libertação, foi também um grande estudioso das consequências da colonização dos povos africanos. Estudou e denunciou a exploração extrema pelos europeus e, neste caso, pelo colonialismo português: a escravatura, o trabalho forçado, a servidão, a repressão, o roubo das terras, a degradação social. Além disso, foi também um lutador anti-racista. Disse sempre que a luta pela libertação não era contra o povo português. Esteve sempre do lado do povo português contra o fascismo, o colonialismo e a guerra. Os dirigentes dos movimentos de libertação das colónias portuguesas só pegaram em armas depois de esgotarem todos os meios de diálogo para alterar a situação de exploração extrema e repressão dos povos africanos pelo colonialismo português. Homens como Amílcar Cabral não morrem, ficarão para sempre na memória dos povos.
Mário Pires Miguel, Reboleira

Leve como o pêlo do cão da TAP

Maria João Marques advoga que tudo se passou bem com a venda da TAP pelo Governo Passos Coelho a Neeleman. Sabe-se que Neeleman trocou os aviões encomendados à Airbus dos A350 para os A330neo e foi isso que levou a Airbus a emprestar-lhe dinheiro, ou a alegoria do pêlo do cão. O Governo português estava consciente de que havia troca de aviões? Provavelmente, sim. Provavelmente, não. O Governo português estava consciente de que a troca era favorável à TAP? Provavelmente, sim. Provavelmente, não. Como se assegurou disso? O Governo sabe de aviões? Informou-se junto de quem? Que garantias tinha de que os A330 eram melhores para a TAP? (...) Que garantias tinha de que os preços iam ser justos e que a Airbus não ia empochar uma mais-valia decorrente do empréstimo? (...) O Governo fez tudo na 25.ª hora, é sabido. Como pode uma colunista consagrada fazer um artigo tão leve?
José Elias de Freitas, Lisboa

Mario Draghi, atente ao território

O futuro da Europa acontece se tivermos em conta o que o território nos poderá proporcionar. A evolução das alterações climáticas e as metas descritas no relatório da Comissão Europeia, assinado por Mario Draghi, deixam claro que estamos numa encruzilhada. Como é que poderemos crescer mais do que no tempo do Plano Marshall, se naquele tempo tudo era possível, desde que fosse em *pro bono* do Estado Social? Actualmente, temos de ter em consideração a questão ambiental. Como vamos ultrapassar esta dimensão para garantir a ambição económica desejada para a UE? Julgo que estamos a ceder perante a esquizofrenia das metas programáticas. O território vai comunicando connosco e vai-nos orientando para aquilo que devemos planear no futuro. Tudo isto é um ciclo, que, por agora, está a pender para a minimização do efeito das alterações climáticas e, por sua vez, para a nossa sobrevivência.
Martinho Rafael Augusto, Porto

Um país de "Capacidónios"

Sendo velho, mas ainda capaz e idóneo, é com tristeza que vou acompanhando os recentes e lamentáveis episódios de descrédito estatal que se acumulam há quase nove séculos e que, salvo poucos casos de competência, são a imagem perfeita da actuação inata da maioria dos governantes que temos tido, cuja vocação para isso, e à semelhança do "bacoco" D. Pedro III, deixa muito a desejar. No fundo, uns papalvos feitos da mesma massa que eu.

Não quero "bater no ceguinho", mas são uma sucessão de situações tão graves, embora algo ridículas, que metem dó as explicações que são dadas sobre o assunto. E custa-me também saber que ainda há muitos portugueses que se orgulham de um passado supostamente glorioso. Que não foi mais do que a expressão terrível do legado genético pirata e lusitano que possuíamos e que as condições da época permitiram – e durante um período bem negro da História da Humanidade, para o qual não existe forma de reparar. Por isso, compreendo os espanhóis – que não eram melhores – quando se congratulam por se terem livrado definitivamente de nós em 1640 e só acrescento uma afirmação pessoal que alivia a carga desabonatória que transmito sobre a nossa inépcia governativa: já que é impossível anular o Tratado de Zamora, ainda bem que eles não abdicaram da posse de Tânger!
Celerino Dias, Viana do Castelo

As cartas destinadas a esta secção têm de ser enviadas em exclusivo para o PÚBLICO e não devem exceder as 150 palavras (1000 caracteres). Devem indicar o nome, morada e contacto telefónico do autor. Por razões de espaço e clareza, o PÚBLICO reserva-se o direito de seleccionar e editar os textos e não prestará informação postal sobre eles **cartasdirector@publico.pt**

A opinião publicada no jornal respeita
a norma ortográfica escolhida pelos autores

ESCRITO NA PEDRA

A cultura forma sábios; a educação, homens
Louis de Bonald (1754-1840), filósofo e político francês

O NÚMERO

2,16%

As rendas actualmente em vigor vão estar sujeitas a uma actualização máxima de 2,16% no próximo ano, confirmou ontem o INE

Perde quem se picar

Ainda ontem

Miguel Esteves Cardoso

A diferença entre o Donald e a Kamala é que o Donald pica-se e a Kamala não se deixa picar. Trump picou-se quando Harris falou nas multidões que fogem dos discursos dele, tal é o tédio.

O mal de ficar picado é dar a impressão de andar a reboque, de ser fácil de controlar: quando se bajula, faz ronrom; quando se pica, faz “rau-rau”. Notou-se que Harris é vice-presidente dos EUA, a caminho de ser Presidente, e que Trump é um ex-Presidente que já foi derrotado. Enquanto ela procura uma promoção, ele procura apenas uma restituição.

Em vez de se picar, Kamala ri-se. Em vez de se mostrar ofendida, mostra-se divertida: “*Thank you for making me laugh.*”

Ficar picado é mais democrático: reconhece estar num plano de igualdade com o picador.

Se alguém acelera ao meu lado antes de virar o sinal, a ver se me pico, eu deixar-me picar mostra que alinho na brincadeira: “Vamos embora, amigo! Aposto que lhe dou um bigode!” Mas se eu fizer como a minha mãe me ensinou, é como se não tivesse dado por ele: “Pobres selvagens: é nos semáforos que mostram a masculinidade...”

Trump é masculino no pior e mais óbvio dos sentidos: é um *big baby*, sempre a chorar e a bater com os brinquedos no berço, mas tem a mania que é o *cowboy* mais perigoso do Faroeste. Harris é calmamente feminina: fornece o mistério e deixa que sejam os outros a tentar resolvê-lo.

A experiência de ser vice-presidente e ter de aturar um homem-Presidente que não sabe muito bem o que está a fazer dá-lhe uma distância e um desprendimento irónico que valem mais do que qualquer desprezo.

Nota-se que estão ambos a lutar pelo mesmo pequeno grupo: os republicanos hesitantes. O medo de Trump é de ter ainda menos votos do que da última vez. (Eu sei porque já me aconteceu.) Já Harris está farta de ser derrotada. Não tem medo de ser derrotada mais uma vez, sabendo que, desta vez, se for derrotada, será derrotada por muito menos do que da última vez, quando competia contra Joe Biden.

É uma vantagem enorme.

ZOOM NOVA IORQUE, EUA

MIKE SEGAR/REUTERS

Kamala Harris e Donald Trump (com Joe Biden e JD Vance) juntos, em Nova Iorque, na cerimónia do 23.º aniversário dos ataques de 11 de Setembro de 2001, um dia depois do tenso debate entre os dois candidatos à Presidência dos EUA

publico.pt

Lisboa (sede: editor e redacção)
Edifício Diogo Cão,
Doca de Alcântara Norte
1350-352 Lisboa
Tel. 210 111 000

Porto
Rua Júlio Dinis,
n.º 270 Bloco A 3.º
4050-318 Porto
Tel. 226 151 000

DIRECTOR
David Pontes
Directores adjuntos
Andreia Sanches, Marta Moitinho Oliveira, Sónia Sapage, Tiago Luz Pedro
Directora de arte
Sónia Matos
Directora de design de produto digital
Inês Oliveira
Editoras executivas
Helena Pereira, Patrícia Jesus
Editor de fecho
José J. Mateus

Editor de Opinião Álvaro Vieira **Editor P2** Sérgio B. Gomes **Online** Ana Maria Henriques, Mariana Adam, Pedro Esteves, Pedro Guerreiro, Pedro Sales Dias (editores), Amílcar Correia (redactor principal), Carolina Amado, João Pedro Pincha, José Volta e Pinto, Marta Leite Ferreira, Miguel Dantas, Sofia Neves (última hora); Rui Barros (jornalista de dados); Ruben Martins, Inês Rocha (áudio); Joana Bougard (editora multimédia), Carlos Alberto Lopes, Joana Gonçalves, Mariana Godet, Teresa Miranda (multimédia); Amanda Ribeiro (editora de redes sociais), Ana Zayara, Michelle Coelho, Patrícia Campos (redes sociais) **Política** David Santiago (editor), Susete Francisco (subeditora), Ana Sá Lopes, São José Almeida (redactoras principais), Ana Bacelar Begonha, Liliana Borges, Margarida Gomes, Maria Lopes, Nuno Ribeiro **Mundo** Ivo Neto, Paulo Narigão Reis (editores), Bárbara Reis, Jorge Almeida Fernandes, Teresa de Sousa (redactores principais), Rita Siza (correspondente em Bruxelas), Alexandre Martins, António Rodrigues, António Saraiva Lima, João Ruela Ribeiro, Leonete Botelho (grande repórter), Maria João Guimarães, Sofia Lorena **Sociedade** Natália Faria, Gina Pereira (editoras), Clara Viana (grande repórter), Alexandra Campos, Ana Cristina Pereira, Ana Dias Cordeiro, Ana Henriques, Ana Maia, Cristiana Faria Moreira, Daniela Carmo, Joana Gorjão Henriques, Mariana Oliveira, Patrícia Carvalho, Samuel Silva, Sónia Trigueirão **Local** Ana Fernandes (editora), Luciano Alvarez (grande repórter), André Borges Vieira, Camilo Soldado, Mariana Correia Pinto, Samuel Alemão, Teresa Serafim **Economia** Pedro Ferreira Esteves, Isabel Aveiro (editores), Manuel Carvalho (redactor principal), Cristina Ferreira, Sérgio Aníbal (grandes repórteres), Ana Brito, Luís Villalobos, Pedro Crisóstomo, Rafaela Burd Relvas, Raquel Martins, Rosa Soares, Victor Ferreira **Ciência** Teresa Firmino (editora), Filipa Almeida Mendes, Tiago Ramalho **Azul** Andrea Cunha Freitas (editora), Claudia Carvalho Silva (subeditora), Aline Flor, Andréia Azevedo Soares, Clara Barata, Nicolau Ferreira, Tiago Bernardo Lopes (multimédia), Gabriela Gómez (infografia), Rodrigo Julião (webdesign) **Cultura/Ípsilon** Paula Barreiros, Inês Nadais (editoras), Pedro Rios (editor Ípsilon), Isabel Coutinho (subeditora), Nuno Pacheco, Vasco Câmara (redactores principais), Isabel Salema, Sérgio C. Andrade (grandes repórteres), Daniel Dias, Joana Amaral Cardoso, Lucinda Canelas, Luís Miguel Queirós, Mariana Duarte, Mário Lopes **Desporto** Jorge Miguel Matias, Nuno Sousa (editores), Augusto Bernardino, David Andrade, Diogo Cardoso Oliveira, Marco Vaza, Paulo Curado **Fugas** Sandra Silva Costa, Luís J. Santos (editores), Alexandra Prado Coelho (grande repórter), Luís Octávio Costa, Mara Gonçalves **Guia do Lazer** Sílvia Pereira (coordenadora), Cláudia Alpendre, Sílvia Gap de Sousa **Ímpar** Bárbara Wong (editora), Carla B. Ribeiro, Inês Duarte de Freitas **P3** Inês Chaíça, Renata Monteiro (subeditoras), Mariana Durães **Terroir** Ana Isabel Pereira **Newsletters e Projectos digitais** João Pedro Pereira **Projectos editoriais** João Mestre **Fotografia** Miguel Manso, Manuel Roberto (editores), Adriano Miranda, Daniel Rocha, Nelson Garrido, Nuno Ferreira Santos, Paulo Pimenta, Rui Gaudêncio, Alexandra Domingos (digitalização), Isabel Amorim Ferreira (documentalista) **Paginação** José Souto (editor de fecho), Marco Ferreira (subeditor), Ana Carvalho, Cláudio Silva, Joana Lima, José Soares, Nuno Costa, Sandra Silva; Paulo Lopes, Valter Oliveira (produção) **Copy-desks** Aurélio Moreira, Florbela Barreto, Joana Quaresma Gonçalves, João Miranda, Manuela Barreto, Rita Pimenta **Design Digital** Alex Santos, Ana Xavier, Nuno Moura **Infografia** Célia Rodrigues (coordenadora), Cátia Mendonça, Francisco Lopes, Gabriela Pedro, José Alves **Comunicação Editorial** Inês Bernardo (coordenadora), João Mota, Ruben Matos **Secretariado** Isabel Anselmo, Lucinda Vasconcelos **Documentação** Leonor Sousa

Publicado por PÚBLICO, Comunicação Social, SA.
Presidente Ângelo Paupério
Vogais Cláudia Azevedo, Ana Cristina Soares e João Günther Amaral

Área Financeira e Circulação Nuno Garcia **RH** Maria José Palmeirim **Direcção Comercial** João Pereira **Direcção de Assinaturas e Apoio ao Cliente** Leonor Soczka **Análise de Dados** Bruno Valinhas **Marketing de Produto** Alexandrina Carvalho **Área de Novos Negócios** Mário Jorge Maia

NIF 502265094 | Depósito legal n.º 45458/91 | Registo ERC n.º 114410
Proprietário PÚBLICO, Comunicação Social, SA | Sede: Lugar do Espido, Via Norte, Maia | Capital Social €8.550.000,00 | Detentor de 100% de capital: Sonaecom, SGPS, S.A. | **Publicidade** comunique.publico.pt/publicidade | comunique@publico.pt | Tel. 210 111 353 / 210 111 338 / 226 151 067 | **Impressão** Unipress, Tv. de Anselmo Braancamp, 220, 4410-350 Arcozelo, Valadares; Empresa Gráfica Funchalense, SA, Rua da Capela de Nossa Senhora da Conceição, 50, 2715-029 Pêro Pinheiro | **Distribuição** VASP – Distrib. de Publicações, Quinta do Grajal – Venda Seca, 2739-511, Agualva-Cacém | geral@vasp.pt

Membro da APCT Tiragem média total de Agosto **19.838 exemplares**

O PÚBLICO e o seu jornalismo estão sujeitos a um regime de auto-regulação expresso no seu Estatuto Editorial **publico.pt/nos/estatuto-editorial**
Reclamações, correcções e sugestões editoriais podem ser enviadas para **leitores@publico.pt**

ASSINATURAS Linha azul **808 200 095** (dias úteis das 9h às 18h)
publico.pt/assinaturas • assinaturas@publico.pt

Espaço público

O rapto do "será-lhe" no reino do "mais mal do que bem"

Nuno Pacheco

A primeira metade do título desta crónica evoca uma ópera que devemos ao génio de Mozart (*O Rapto do Serralho*, estreada em Viena em 1782), e o trocadilho tornou-se mais irresistível quando acabámos de perder um crítico apaixonado por ópera, Augusto M. Seabra; mas o que o motivou é mais do domínio da opereta em que tantas vezes se transforma a política nacional: como muito bem observou Ana Cristina Leonardo na sua mais recente crónica no Ípsilon, terá o primeiro-ministro repetido por três vezes a frase "será-lhe paga" ao falar de acertos de contas nas reformas. Um lapso triplicado que nos remete para a segunda metade do título da crónica, uma entrevista dada ao *Expresso* pelo escritor e jornalista brasileiro Sérgio Rodrigues, que não só já alimentou acesa polémica entre ele e Miguel Sousa Tavares, como foi também abordada por Ana Cristina Leonardo, na citada crónica, e por António Guerreiro, nas mesmas páginas.

E por causa de quê? Da próclise, da ênclise e da mesóclise. Antes que os menos prevenidos pensem que falamos de doenças ou remédios, convém explicar que são coisas simples e que designam apenas uma curiosa dança entre pronomes e verbos. Na próclise, o pronome antecede o verbo ("você me disse"), na ênclise é o verbo que lhe ganha dianteira ("você disse-me") e na mesóclise, só usada numa forma de futuro, o pronome encaixa-se no verbo ("você dir-me-á").

A próclise é usada quotidianamente na escrita e na fala brasileira, preferindo os portugueses a ênclise (excepto em formulações do género "quando ele me disse" ou "se ele me dissesse"), enquanto a mesóclise é usada com mais parcimónia. Isto simplificando muito, é claro. Já o "será-lhe" repetido por Luís Montenegro dever-se-á a uma clara dificuldade em entender ou articular a mesóclise. Se quisesse evitá-la, bastava ter dito "há-de ser-lhe paga", que ia dar ao mesmo. Agora o "será-lhe" (em lugar de "ser-lhe-á"), além de gramaticalmente incorrecto, é, convenhamos, bastante feio.

Repisando o lapso montenegrino, teríamos horrores como "darei-lhe" notícias, "farei-lhe" o favor, "mandarei-lhe" dizer, "escreverei-lhe" em breve, "passarei-o" rapidamente, "porei-o" em alerta, "avisarei-o" da chegada, "explicarei-lhe" em pormenor ou "cantarei-lhe" uma canção. Isto para evitar os "dificílimos" dar-lhe-ei, far-lhe-ei, mandar-lhe-ei, escrever-lhe-ei, passá-lo-ei, pô-lo-ei, avisá-lo-ei, explicar-lhe-ei ou cantar-lhe-ei.

Brasileiríssimo de nascimento, fala e escrita, o cantor e compositor Caetano Veloso já por mais de uma vez elogiou a mesóclise, lamentando o seu escasso uso. E usou-a, explicitamente, em dois versos da canção *Os passistas*, na abertura do disco *Livro*, de 1997, que é uma das suas obras-primas: "Se desbotássemos, outros *revelar-nos-íamos* no Carnaval"; "Amor, onde quer que estejamos juntos/ *Multiplicar-se-ão* assuntos de mãos e pés / E desvãos do ser".

Passemos agora à próclise, e já agora também ao gerúndio, que além de ser corrente no Brasil também o é no Sul português ou até nas ilhas (o que Ana Cristina Leonardo fez questão de lembrar). Sérgio Rodrigues, que "começou por apoiar o acordo ortográfico", como se diz na apresentação que dele é feita a anteceder a entrevista, afirma agora isto: "O acordo ortográfico não fez nada ou muito pouco no sentido de nos aproximar. Acho até que teve alguns efeitos colaterais indesejados de nos afastar, por resistências a questões que o acordo tentou resolver e não foi muito hábil. [...] Então, acho que o acordo fez mais mal do que bem, na verdade. E talvez não haja mesmo nada a fazer, a não ser cada um seguir o seu caminho." Pois era aqui que estávamos, e muito satisfeitos, seguindo (e lá vai o gerúndio) os nossos caminhos sem contudo nos separarmos, até que alguém resolveu inventar uma cosmética ortográfica, uma farsa de união que acabou por ser prejudicial a todos. E daí resultou o desastre que se sabe.

O melhor dos mundos, em matéria de escritas e de ortografias? Aceitar e viver com as diferenças. O PÚBLICO e o PÚBLICO Brasil são disso exemplo

O melhor dos mundos? Aceitar e viver com as diferenças. O PÚBLICO e o PÚBLICO Brasil são disso exemplo. Enquanto no primeiro, que é escrito com a ortografia de 1945 (à excepção dos colunistas que adoptaram a de 1990), se respeita o ritmo da fala brasileira em entrevistas, do gerúndio ao resto (basta ler, a título de exemplo, as recentes conversas com Stênio Gardel, Ney Matogrosso ou Keli Freitas), o segundo, composto por jornalistas brasileiros, segue a norma brasileira nos seus escritos, numa convivência natural e sem abastardamentos para fingir que seguimos todos a mesma sebenta lexical ou ortográfica, coisa que, aliás, mesmo com o malfadado acordo, não existe nem existirá. Entendemo-nos nas diferenças: é bom e é tudo.

Jornalista. Escreve à quinta-feira

Mulher: liberdade para escolher

Carla Castro

"A desigualdade entre géneros é muitas vezes vista como um problema de 'igualdade de resultados', o que não só considero errado, como a sua promoção é indutora de injustiças, quer para homens, quer para mulheres. Poder escolher e percorrer os sonhos de vida sem culpa, sem obrigatoriedades e com escolha. Mas esse não é o mundo em que vivemos. Entre distorções e preconceitos, há regras de jogo viciadas. Mais do que a lei, é a vivência da lei e da prática, da implicação dos nossos atos e omissões e do que queremos (e fazemos), de facto, como pessoas e como sociedade."

No mercado de trabalho, a maternidade implica desafios acrescidos. Mas há muitos mais temas a abordar. Por exemplo, uma cultura e legislação laboral mais flexível, em que seja mais fácil sair de um emprego e reentrar no mercado de trabalho, ter diferentes tipos de modelos de trabalho sem que isso penalize uma carreira inteira. Atente-se que nem sequer podemos dizer que a lei protege a maternidade na sua plenitude: se é verdade que avanços foram feitos nos últimos anos, continua a haver uma desproteção nas mães profissionais liberais. Neste caso, na maior fragilidade da rede de segurança e mais dependentes de si próprias, não acolhem na legislação especificidades para a sua realidade, o que é motivo de ansiedade e desincentivo quer à maternidade, quer à emancipação ou à manutenção como profissionais liberais.

Também para este tema da (in)dependência e liberdade, o crescimento económico tem impacto: empregabilidade como oportunidade de escolha. "A existência de maior rotatividade e empregabilidade seria benéfica, não apenas na situação de maternidade, mas também como uma das maiores defesas para sair de relações laborais abusivas. A melhor defesa para o abuso é poder ir embora, é não ter relações demasiado dependentes."

Depois vem também o moralismo e a hipocrisia. Os políticos acenam com quotas como solução, ou, diria antes, como desresponsabilização. Ter quotas para se aparecer nas fotografias ou como propaganda não conta. Na Assembleia da República, o número de mulheres deputadas tem vindo a baixar em duas sessões legislativas seguidas, tem diminuído o comentário político televisivo feminino e, se olharmos para as autarquias, os números também não correspondem às ditas quotas (quotas em relação às quais, por sinal, sou manifestamente contra).

Um dos maiores impactos na dificuldade do exercício efetivo de igualdade de oportunidades nas empresas e na política é na conjugação dos preconceitos de papéis com os mecanismos de socialização, tipicamente em grupos masculinos. Não é a socialização que é um problema, é a sua associação com a tomada de decisão informal e pouco transparente. "A flexibilidade, transparência dos processos de tomada de decisão, o formalismo, são aspetos que beneficiariam desde logo a 'igualdade de oportunidades'." Tudo isto, muito mais do que sobre "a lei", é sobre "a prática".

Estas reflexões fazem parte do meu contributo para o livro *Reflexões sobre a Liberdade, Identidades e Famílias*. Um livro improvável, com um traço comum entre todos: liberdade para com os projetos de vida de cada um. Um livro totalmente diverso nas características políticas, orientações ou profissões, com a total certeza que temos muitas discordâncias, mas também isso faz jus ao termo "liberdade" e "identidades" no plural.

Aceitei, com gosto, o repto da Susana Peralta. Escolhi o tema da liberdade para escolher e da igualdade de oportunidades que está em muitas formas condicionada assimetricamente para as mulheres. Falar sobre a liberdade de escolha também é falar do que não é, ou do que não há. Não é uma questão (apenas) sobre a lei, não é uma mulher a falar em nome das outras, e não é também uma questão de forçar a igualdade de resultados (o que é injusto quer para mulheres, quer para homens). O que é, sim, é uma visão construtiva e antipolítica de ressentimento e de polarização, numa defesa da liberdade de escolha, promoção de igualdade de oportunidades e de reflexão sobre o que se faz na informalidade e opacidade das decisões.

Economista e gestora.
Escreve quinzenalmente à quinta-feira

Faltam professores? E o *online* não serve?

José Manuel Silva

Numa reunião sobre o futuro da formação de professores com o atual ministro da Educação, Ciência e Inovação, falou-se da possibilidade de recurso ao *online* para minimizar os impactos negativos da falta de professores – "Não, porque agora as pessoas querem os professores nas salas de aula."

Sinceramente, considero um retrocesso e um favor às forças conservadoras nem sequer se equacionar uma modalidade que seria sempre preferível a deixar os estudantes sem aulas, tanto mais que Portugal foi pioneiro na utilização de tecnologias educativas à distância quando em 1965 se lançou a Telescola, também conhecida como "Ensino Básico Mediatizado e Ciclo Preparatório TV".

Foi assim que se levou às zonas rurais e às periferias das grandes cidades o 5.º e 6.º anos de escolaridade, tendo-se utilizado a RTP, onde os programas eram gravados, sendo as emissões acompanhadas pelos alunos nas salas de aula (postos da Telescola) sob a supervisão de um monitor, professor do 1.º do ciclo; em 1988 os diretos foram substituídos por cassetes de VHS; e em 2004 decretou-se a sua extinção, por já existirem escolas a cobrir todo o território.

A Telescola ocupa um papel muito relevante na história do ensino em Portugal, foi internacionalmente considerada uma das mais conseguidas experiências deste tipo e, apesar dos seus detratores, a realidade é que investigações realizadas comprovaram que os estudantes oriundos da Telescola, quando comparados com os do ciclo preparatório direto, no 7.º ano de escolaridade não só não tinham piores resultados, como em muitos casos alcançavam melhores *performances* académicas.

Também na formação acelerada de professores o país tem larga experiência; a partir de 1985 desenvolveu-se a Formação em Exercício/Profissionalização em Serviço, que permitiu a milhares de docentes apenas com licenciaturas científicas adquirirem habilitação pedagógica, sem terem deixado de exercer, assim se profissionalizando na sequência de um curso de um ano em Ciências Educativas e de um segundo ano de estágio supervisionado, sob responsabilidade das escolas superiores de Educação e dos centros integrados de formação de professores (Cifop), em articulação com as escolas de onde eram oriundos os professores.

Finalmente, parecia que o sistema tinha atingido a maturidade, mas poucos anos volvidos tudo se começou a desmoronar e os sucessivos governos nunca mais conseguiram equilibrar as admissões de novos profissionais com as saídas para a reforma, sobretudo por duas razões: desvalorização crescente da profissão docente, que se tornou cada vez menos atrativa; e completa falta de planeamento e de capacidade para agir

O ensino *online* não se pode dispensar como ferramenta educativa, é através dele que se abatem alguns dos muros da escola

proactivamente e impedir a degradação dos quadros e bolsas de docentes.

A pandemia fez explodir o ensino à distância e abriu horizontes impensáveis até essa altura em todos os setores, com particular relevo para as escolas que tiveram de se reinventar de um dia para o outro. A avaliação que é feita desse período tende a acentuar os aspetos menos positivos nas aprendizagens, desvalorizando o que se conseguiu em comparação com o fecho puro e simples das escolas durante meses, se essa tivesse sido a opção. Olha-se mais para a parte vazia do copo e sabe-se como as instituições escolares são renitentes à mudança, o que é paradoxal, tratando-se de espaços onde se preparam os cidadãos do futuro.

O atual Governo herdou uma situação caótica e não se compreende por que razão não recorre a soluções tecnológicas para obviar à falta de docentes e à criação de mecanismos expeditos de contratação e formação de professores em bases regionais, já que os concursos nacionais são uma prática sem justificação, nem racionalidade. Fica a pergunta: o que é mais prejudicial? A tecnologia ou os "furos" com tudo o que implicam de perdas de aprendizagens e de criação de oportunidades para comportamentos desviantes, *bullying* e violência escolar? Com professores ou sem eles, o *online* não se pode dispensar como ferramenta educativa, é através dele que se abatem alguns dos muros da escola.

Membro da direcção da APESP (Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado)

Os 229 milhões de euros da TAP que ficaram na sombra

Filipe Grilo

Em plena rentrée política, o relatório da Inspeção-Geral de Finanças (IGF) veio agitar o dossier da TAP, precisamente num momento em que se prepara a sua nova privatização. Entre 800 milhões de euros num negócio ruinoso no Brasil e os prémios a administradores, as várias conclusões deste relatório refletem um rol de divergências.

A conclusão que mais captou a atenção dos *media*, no entanto, foi a confirmação de uma cena pós-créditos que adensou ainda mais o enredo de suspeição em torno da privatização da TAP em 2015, feita à 25.ª hora por um governo em gestão: a injeção de capital privado na TAP foi conseguida à custa de uma renegociação da compra de aviões à Airbus, com uma garantia dada pela própria TAP. Na prática, isto pode significar que o capital que entrou na TAP já saiu para a Airbus através de preços mais altos dos aviões. Houve quem reclassificasse esta operação não como uma simples injeção de liquidez, mas como uma injeção de capital intelectual, argumentando que este negócio, que transformou as operações da TAP na América do Norte, só foi possível graças à visão estratégica dos novos acionistas.

Independentemente disto, sou bastante pragmático em relação à privatização: receber 10 milhões de euros por 61% do capital de uma empresa, que está em falência técnica desde 2008 e acumulou 2,6 mil milhões de prejuízos após a venda, só pode ser considerado um excelente negócio para os contribuintes.

É natural que uma nova cena pós-créditos num filme clássico seja mais empolgante do que numa sequela recente, mas houve uma outra conclusão do relatório da IGF que passou pelos pingos da chuva e que me parece igualmente relevante. Na quarta conclusão importante, o relatório indica que não foi disponibilizada à IGF a informação necessária para justificar o valor da aquisição de 22,5% do capital da TAP por 55 milhões de euros, em 2020. Com esta conclusão, parece-me que a IGF está a ser demasiado otimista ao assumir que o Governo fez algum cálculo, pois não parece haver uma conta possível que justifique tamanha manobra.

Para entender a falta de racionalidade destes valores, basta comparar as duas compras de capital da TAP que o Governo efetuou em 2017 e 2020. Em 2017, o Governo adquiriu 16% do capital por 2,6 milhões de euros. Isto significa que o então ministro das Infra-Estruturas, Pedro Marques, avaliou os 100% do capital em

Pedro Nuno Santos afinal reconhece que a gestão privada revolucionou a TAP?

aproximadamente 16 milhões de euros (um valor que também está alinhado com os 10 milhões pagos pelos privados por 61% do capital). Já em 2020, em plena pandemia, sem qualquer certeza sobre o futuro do setor da aviação e com a certeza da necessidade de uma injeção de capital (que se ficou pelos 3,2 mil milhões), Pedro Nuno Santos decidiu que o valor da TAP era de aproximadamente 245 milhões de euros – ou seja, o ministro concluiu que o valor da TAP tinha aumentado 229 milhões, ou seja, 1431% em três anos. Mas, nesses anos, a TAP acumulou prejuízos de 400 milhões de euros. Qual foi o racional económico para o montante transferido para os bolsos dos empresários? Pedro Nuno Santos afinal reconhece que a gestão privada revolucionou a TAP?

Não deixa de ser irónico que a mesma pessoa que deu luz verde a este negócio seja agora aquela que quer dizer às empresas portuguesas em que setores elas devem investir o seu dinheiro, através da redução específica do IRC.

Docente convidado da Porto Business School e especialista em Economia

Governo apostado num encontro a "meio caminho" com PS sobre IRC e IRS Jovem

Pedro Duarte Ministro dos Assuntos Parlamentares sublinha "humildade" do Governo e avisa que país ficará "pior" a viver com duodécimos se Orçamento não for aprovado

Hora da Verdade

Helena Pereira, Susana Madureira Martins (Renascença) Texto **Rui Gaudêncio** Fotografia

O ministro dos Assuntos Parlamentares, Pedro Duarte, que esteve esta semana reunido com todos os partidos na segunda ronda de reuniões com vista a negociar a aprovação do Orçamento do Estado (OE) para 2025, garante que o Governo está "com humildade" a conduzir este processo e que o PS será ouvido sobre a privatização da TAP antes de o executivo tomar uma decisão sobre a sua venda. A entrevista Hora da Verdade pode ser ouvida na íntegra na Renascença hoje às 23h.

O PS já recebeu toda a informação e está à espera de novas reuniões com o Governo. Quando é que essas reuniões vão acontecer?

Combinámos, a pedido do PS, que fosse dado mais algum tempo para eles próprios poderem formular as suas ideias, assentar e reflectir sobre aquilo que querem apresentar ao Governo, e dessa maneira podermos tentar encontrar uma janela de oportunidade para conversar sobre sugestões concretas, eventualmente medidas concretas que o PS queira apresentar. Ficou combinado que, até ao final desta semana, eu próprio, em nome do Governo, iria contactar o PS para aferir se já estava em condições.

O *Observador* dizia ontem que teria havido já uma conversa entre Luís Montenegro e Pedro Nunes Santos esta semana.

Há um nível de conversas que são, naturalmente, privadas e não são públicas. E, como são privadas, eu próprio não as conheço e, se conhecesse, não as poderia divulgar. E, portanto, não posso comentar isso. Mas posso fazer um apelo para que haja humildade por parte de todos os protagonistas. O Governo tem-no demonstrado. Não tem uma maioria absoluta no Parlamento e, portanto, tem tentado ir ao encontro dos diferentes partidos da oposição, mostrando abertura para recolher contributos e encontrar a melhor solução para o país.

O PS tem como linhas vermelhas o IRC e o IRS Jovem. Até onde é que pode ir o Governo ou conta que o PS venha a quebrar e aceite modelar as duas medidas?

Nós estamos precisamente nessa fase em que ouvimos publicamente o PS eleger esses dois temas como os mais relevantes, mas de facto ainda não percebemos qual a margem de manobra que o PS tem ou quer ter relativamente a essas duas matérias em concreto.

O PS diz que são para cair as duas medidas.

Não sei se é bem assim. Eu já ouvi coisas diferentes também – por exemplo, no IRC eu ouvi falar em selectividade.

O que é que foi transmitido na reunião com o PS?

O PS disse-o publicamente, pediu mais tempo para estudar os números para poder então apresentar a sua visão. Volto a dizer que deve haver a humildade suficiente de ambas as partes para podermos encontrar-nos eventualmente a meio do caminho. É assim que se fazem as negociações. Quando se parte para uma negociação e se diz à partida que não se vai ceder em nada, normalmente é um mau princípio.

Mas acha que é possível o Governo e o PS encontrarem-se a meio do caminho no IRS Jovem e no IRC?

Sim.

O Governo admite que essas duas medidas, quer a redução do IRC, quer o IRS Jovem, venham a ser adiadas e que em 2025 essas medidas não avancem? Ou, para o Governo, isso não é sequer questão e tem mesmo de acontecer em 2025?

Há um nível de negociação que nós não podemos fazer na praça pública. Agora, não podemos nunca desvirtuar aquilo que é a essência do Orçamento do Estado. Este Orçamento é um orçamento que vai desencravar o país. É um orçamento que vai resolver muitos problemas, seja com carreiras da nossa função pública, seja libertando fundos para a economia e dando oportunidades aos mais jovens.

Se as negociações com o PS falharem, coloca a hipótese de negociar com o Chega a viabilização do Orçamento?

Tenho ouvido declarações muito contraditórias, mas eu julgo que a última versão do Chega é que o voto contra é irrevogável.

A última vez que o Chega falou foi para dizer que só está disponível se o PS ficar de fora das negociações. Portanto, neste caso, teria o Governo que escolher.

Não teremos uma atitude excludente. Temos de ir para uma discussão do Orçamento de Estado com um espírito construtivo. Uma crise seria péssima para o país.

Se o Orçamento não for aprovado, deve haver eleições antecipadas?

É uma decisão que compete ao Presidente da República.

Em 2022, quando aconteceu a não aprovação do Orçamento, o PSD foi activamente favorável à convocação de eleições antecipadas. Agora não tem posição?

Sim, mas o PSD agora está no Governo e, portanto, tem um papel diferente, em primeiro lugar, e, em segundo lugar, esse é um cenário que não se coloca. Nós estamos a pôr todas as nossas fichas na aprovação deste Orçamento do Estado.

> **Ainda não percebemos qual a margem de manobra que o PS tem ou quer ter**

> **Este Orçamento é um orçamento que vai desencravar o país**

> **Tenho ouvido declarações muito contraditórias por parte do Chega**

No caso de haver um orçamento chumbado, o PS está disponível para um orçamento rectificativo. Isso faz sentido?

Não se coloca. É um cenário que não equacionamos. É sempre preferível termos um orçamento do Estado que dê estabilidade ao país, que desencrave o país, que dê futuro ao país, do que irmos depois, com remendos, tentar rectificar qualquer erro que se tenha cometido na votação do Orçamento do Estado.

O Governo não tem um plano B para o caso de o Orçamento ser chumbado?

O Governo está 100% empenhado no plano A, que é apresentar um orçamento e ele ser aprovado.

O Governo está ou não

preparado para a eventualidade de ter de governar em duodécimos, se o Presidente da República não convocar eleições antecipadas?
O Presidente da República é que vai tomar a decisão, com toda a legitimidade. Ainda por cima, ele tem muita experiência, não só de Presidência da República, mas tem experiência de circunstâncias similares. E, portanto, ele tomará a decisão que achar conveniente e nós vamos ter de respeitar. É assim que funcionam as regras.
Mas acha que seria exequível governar um país nestas circunstâncias com duodécimos?
Acho que seria muito pior do que com um orçamento aprovado. Por isso apelo ao bom senso, à humildade, ao espírito construtivo dos agentes políticos. Pensem nos portugueses. Os portugueses vão viver melhor com um orçamento aprovado ou sem um orçamento aprovado?
Pedro Nuno Santos já veio também dizer que a privatização da TAP tem de passar pelo Parlamento. O Governo vai falar com o PS sobre esta privatização ou não?
Faz sempre sentido haver diálogo entre as forças partidárias, em particular neste contexto. Temos de ter sempre esta predisposição de conversar, nomeadamente, em decisões estratégicas como é esta. Há um nível de contacto que, não digo que é permanente, mas constante.
A nacionalização da Efacec devia ser escrutinada pelo Parlamento?
Acho que sim. A Efacec é diferente, é um caso novo, em que temos uma avaliação [do Tribunal de Contas] que nos mostra quão prejudicial foram para o país aquelas decisões. E, portanto, é muito importante que se apure responsabilidades. Pode ser muito pedagógico para o futuro.

Nós estamos a pôr todas as nossas fichas na aprovação deste Orçamento do Estado

É muito importante que se apure responsabilidades. Pode ser muito pedagógico para o futuro

Congresso do PSD

Menos governantes na direcção e aliança com IL para as autarquias

Estamos em vésperas de realização do congresso do PSD. É expectável que haja muitas mudanças na direcção?
Posso dizer que deve haver um esforço para incutir alguma energia nova nos órgãos do PSD, com gente diferente, alguma renovação, e eventualmente reduzir o número de membros do Governo que fazem parte dos órgãos de direcção do partido. É a altura de o partido respirar, ter também um sentido crítico, um sentido de exigência junto do Governo, e para isso é importante que haja esta separação.
Ou seja, não conta fazer parte da próxima comissão política do PSD?
Não, não conto. Mas isso é uma decisão do presidente do partido.
O ministro dos Negócios Estrangeiros e de Estado, Paulo Rangel, é o primeiro vice-presidente do PSD. Portanto, estamos a falar de gente com muito peso que pode ficar de fora, é isso?
O presidente do partido definirá. E isso é uma matéria que não foi objecto de discussão nenhuma dentro do partido, ainda é, de facto, prematura. Mas não se podem quebrar as ligações entre o Governo e o partido, porque o governo emana do partido. Tem que haver uma ligação forte e próxima. O Governo não pode abafar o partido desse ponto de vista.
Tem de ter massa crítica.
Exactamente. E exigência.
O seu nome tem sido referido como potencial candidato à Câmara do Porto, nas autárquicas de 2025. Já colocou completamente fora de hipótese esta ideia?
Eu não coloquei fora de hipótese, nem dentro de hipótese, porque não reflecti sobre a matéria, nem coloco a hipótese. Eu estou 100% focado na missão que tenho. Portanto, eu não tenho sequer, eu diria, espaço mental para colocar outras hipóteses.
Mas se o líder do partido o desafiar para isso, pensará nessa altura?
Atrevo-me a dizer, sem querer entrar na cabeça dele, que, quando me escolheu para esta missão, não foi propriamente para achar que me iria desafiar para uma seguinte. Este é um governo para quatro anos.
Foi agora eleito líder da distrital do Porto. Já tem na cabeça um candidato ao Porto, como líder da distrital?
Eu posso dizer que tenho na minha cabeça, pelo menos, uma mão cheia de excelentes nomes. Eu diria que podem ganhar a Câmara do Porto, mas mais até do que isso. Podem ser excelentes presidentes da Câmara do Porto. E tenho isso...
Não quer partilhar?
Não quero partilhar, mas tenho-os muito claros na minha cabeça. E, portanto, desse ponto de vista, é bastante confortável. A decisão não vai ser para já.
Não vai ser no congresso?
Não, nada disso.
Qual o seu objectivo autárquico?
Eu não posso dizer que é um objectivo político, mas gostava que tivéssemos, na noite eleitoral, uma vitória na área metropolitana do Porto que nos permitisse voltar a ter a presidência da Junta Metropolitana do Porto.
Rui Paulo Sousa, secretário-geral do Chega, diz que vê com bons olhos fazer coligações e alianças com o PSD nas autárquicas. Isto numa altura em que estamos neste impasse sobre o Orçamento do Estado. Como é que vê, no meio disto tudo, esta posição do Chega?
Acho que não devemos fazer essa confusão. O PSD ainda não definiu, vai provavelmente definir no congresso, aquilo que será a sua política de coligações para as eleições autárquicas, mas atrevo-me a dizer que há outros partidos que são onde poderemos fazer coligações de forma mais natural.
A IL, por exemplo.
E o CDS também, sim. Mas também a Iniciativa Liberal, sim.
No Porto, vai haver várias coligações com a Iniciativa Liberal, ou não?
Ainda é muito cedo. Fui eleito na semana passada. Mas temos tido, até do ponto de vista local, um relacionamento muito construtivo e aberto com a Iniciativa Liberal. Não sei se vai acabar um dia em coligações, mas há pelo menos um espírito muito construtivo de trabalhar conjuntamente, independentemente de irmos juntos ou não nas eleições.

Eutanásia. Mais de 250 personalidades exigem regulamentação da lei

Fernando Costa
e Susete Francisco

Carta aberta pede ao Governo que "cumpra a obrigação de regulamentar a eutanásia. Balsemão e Rui Rio são dois dos signatários

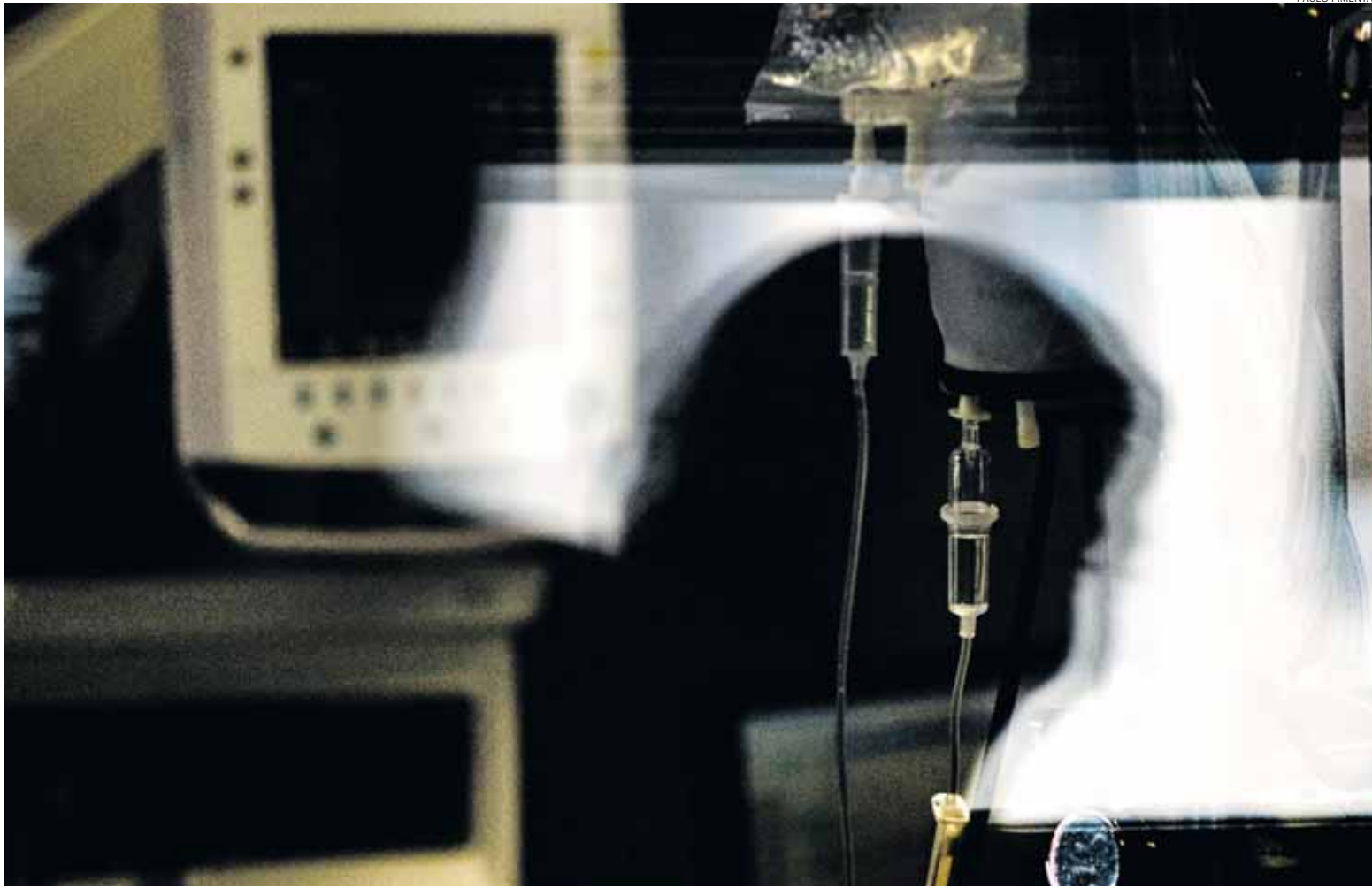
PAULO PIMENTA

Subscritores da carta aberta defendem que os adversários da regulamentação querem criar "mais um obstáculo artificial" à lei

Impedir a regulamentação da lei da eutanásia é "jurídica e politicamente inaceitável". Mais de um ano depois da publicação do diploma que abre portas à morte medicamente assistida, quando passaram mais de 400 dias face a um prazo de regulamentação que era de três meses, um conjunto de mais de 250 personalidades juntou-se para exigir a concretização prática da lei. Com subscritores da esquerda à direita do espectro político, a carta aberta exige que o Governo "cumpra a obrigação de regulamentar a lei".

Entre os signatários contam-se o ex-primeiro-ministro Francisco Pinto Balsemão e o ex-presidente do PSD Rui Rio, assim como os sociais-democratas André Coelho Lima e Teresa Leal Coelho; o actual e ex-líder da IL, Rui Rocha e João Cotrim Figueiredo, bem como a líder parlamentar liberal, Mariana Leitão; a socialista Isabel Moreira; Francisco Louçã e Catarina Martins, ex-líderes do Bloco, e o antigo deputado José Manuel Pureza; Rui Tavares (Livre), Inês Sousa Real (PAN) e Heloísa Apolónia (PEV). Mas também os ex-candidatos presidenciais Ana Gomes e António Sampaio da Nóvoa. Alguns exemplos de uma longuíssima lista de nomes que, além de políticos, inclui músicos como Sérgio Godinho e Jorge Palma, escritores, como Inês Pedrosa e José Luís Peixoto, actores, médicos e jornalistas, entre muitos outros.

Intitulada *Regulamentar a lei da eutanásia é respeitar a democracia*, a carta aberta lembra que, "por cinco vezes, a Assembleia da República aprovou, por larga maioria, a lei que despenaliza, em determinadas circunstâncias, a morte medicamente assistida". Evocando todo o caminho percorrido pelo diploma, nomeadamente a passagem pelo Tribunal Constitucional (TC), o texto conclui que "não há razão para que a lei não seja regulamentada e aplicada", após "um dos mais participados e criteriosos processos legislativos ocorridos na democracia portuguesa".

A lei da eutanásia foi publicada em Maio de 2023, com um prazo de regulamentação de 90 dias – "lamentavelmente ultrapassado". Mas a regulamentação, sublinha o texto, é uma "tarefa legalmente vinculada".

Para os signatários, a "posição que alguns titulares de cargos políticos vêm defendendo, na legislatura em curso, no sentido de que a regulamentação não deve ser levada a cabo constitui um inequívoco apelo ao incumprimento da lei". Mas, prossegue o documento, num "Estado de direito democrático, assente no primado da lei e no respeito pela vontade popular, defender que um direito consagrado em lei da República não seja concretizado é inaceitável".

Recorde-se que o agora primeiro-ministro, Luís Montenegro, afirmou, ainda antes de vencer as legislativas de Março, que esperaria pelo parecer do TC sobre a questão da eutanásia. Em Agosto, depois de o Ministério da Saúde ter afirmado, em resposta ao PS, que a regulamentação da eutanásia está "actualmente em fase de elaboração", o CDS veio sublinhar que o assunto não está "regulado" no acordo de coligação da AD, nem foi incluído no programa eleitoral às legislativas "porque a Aliança Democrática aguarda a decisão do Tribunal Constitucional sobre dois pedidos de fiscalização sucessiva".

Defender a não-regulamentação da eutanásia é "um inequívoco apelo ao incumprimento da lei"

"O que os adversários da regulamentação pretendem é criar mais um obstáculo artificial a que entre em vigor uma lei cujo conteúdo não lhes agrada", aponta o texto da carta aberta, acrescentando que "mal andaria a democracia portuguesa se a expressão da vontade da larga maioria do Parlamento, cinco vezes reiterada, ficasse refém do desagrado de quem, nessas cinco vezes, não teve vencimento de causa". Pelo que se exige que "não sejam acolhidas posições de desrespeito pela legalidade democrática e constitucional, e que se cumpra a obrigação de regulamentar a lei".

José Manuel Pureza, professor catedrático, antigo deputado do BE e um dos promotores iniciais da carta aberta, explica ao PÚBLICO que esta iniciativa surgiu precisamente depois de "um conjunto de responsáveis por cargos políticos" virem a público "dizer que a lei não deve ser regulamentada".

Para o antigo deputado, que refere que a carta foi redigida num "processo muito partilhado", "não faz sentido nenhum" que uma lei que foi cinco vezes aprovada no Parlamento, "sujeita a escrutínio repetido" do TC "e a alterações propostas pelo Presidente da República, não tenha sido regulamentada.

Na mesma linha, o eurodeputado liberal João Cotrim Figueiredo, também signatário, diz ao PÚBLICO que "não é admissível que uma lei aprovada há já quase ano e meio tenha na sua própria redacção a previsão de uma regulamentação no espaço de 90 dias e ela não tenha ocorrido". O liberal refere ainda que a forma "minuciosa" como a lei está redigida faz com que a "regulamentação não seja particularmente complexa".

Já Teresa Leal Coelho alerta para o facto de a "falta de regulamentação", que impede que a lei possa ser colocada em prática, poder fazer com que haja pessoas a deslocar-se a outros países, como a Suíça, para recorrer à morte medicamente assistida. Como "só se desloca quem tem condições financeiras para o fazer, quem se prejudica são os menos favorecidos".

A falta de regulamentação da lei da eutanásia atravessa já dois governos – o prazo legal expirou meses antes da queda do executivo do PS. Para José Manuel Pureza, a decisão do Governo socialista de não seguir com a regulamentação denota "negligência". Mas a decisão de Montenegro de aguardar pelo TC não é legítima: "Mal andaríamos se pedidos de fiscalização de constitucionalidade tivessem um efeito suspensivo do dever de regulamentar. O que aconteceria seria uma espécie de boicote, através desse tipo de pedidos, ao cumprimento da lei."Para Teresa Leal Coelho "o foco está no anterior Governo", que "teve mais do que tempo para regulamentar aquilo que sempre defendeu. e não o fez". Quanto à diversidade em termos etários, de posicionamento político ou de opções religiosas no leque de subscritores, diz mostrar que "a vontade de garantir a liberdade de exercício nestas circunstâncias" é "representativa da sociedade portuguesa".

Incêndio na Madeira, roubo no MAI e fuga de Alcoentre vão ser escrutinados no Parlamento

Maria Lopes

Deputados aprovaram ontem a audição de dezena e meia de entidades a propósito de três casos polémicos

RUI GAUDÊNCIO

Ministra da Justiça, Rita Júdice, vai ser ouvida no parlamento

A ministra da Justiça, Rita Alarcão Júdice, vai ser ouvida no Parlamento sobre a fuga dos cinco detidos da prisão de Vale de Judeus (Alcoentre) no passado fim-de-semana. Além da actual titular da pasta, também as anteriores ministras Catarina Sarmento e Castro e Francisca van Dunem vão ser chamadas à Assembleia da República, numa lista a que se junta o director-geral demissionário de Reinserção e Serviços Prisionais e o subdirector, bem como os sindicatos dos guardas prisionais.

Os requerimentos da IL, do PS e do Chega a pedir as audições foram ontem aprovados por unanimidade pelos deputados da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

A liberal Mariana Leitão justificou o pedido de audição das três ministras com o argumento de ser preciso "saber o que deixou de ser feito para se chegar ao limite [de acontecer a fuga] e pôs a nu as fragilidades do sistema prisional". E do director-geral para "prestar esclarecimentos sobre o estado dos serviços prisionais" e dos sindicatos que ao longo dos últimos meses "têm alertado para a situação de completa degradação, falta de segurança e de recursos humanos dos 49 estabelecimentos prisionais".

A deputada Cláudia Cruz Santos, do PS, fez questão de afastar responsabilidades da tutela de governos socialistas, lembrando que "a evasão de cinco detidos com elevada perigosidade é um incidente sem precedentes, mas aconteceu agora e não antes". Disse que "a ministra demorou a falar e omitiu respostas essenciais: foi precisa ao minuto na linha do tempo, mas titubeou sobre a hora a que foi informada - porque soube tão tarde, tanto tempo depois? E porque é que a PJ soube tão tarde?" É necessário o porquê dessa demora e "até que ponto isso prejudicou a captura".

"A tese de que os cinco detidos fugiram por causas estruturais imputadas a governações passadas caiu por base na conferência de imprensa, quando a própria ministra falou em falhas graves, desleixos e irresponsabilidades - ou seja, humanas", apontou a deputada socialista, que questiona por que não foram ainda instaurados os respectivos "processos disciplinares e criminais que se mostrem necessários", como prometeu Rita Júdice. Cláudia Cruz Santos também considera necessário perceber as razões para não terem ainda sido nomeados o novo director da prisão de Tomar e até o director-geral dos Serviços de Informação e Segurança.

Quem deverá usar a sua audição regimental já marcada para dia 20 deste mês para falar sobre outro caso da actualidade é a ministra da Administração Interna, para quem foram aprovados os pedidos de audição da IL e do PS (só tiveram o voto contra do PSD e a abstenção do CDS-PP) para que explique o que está em causa no assalto à secretaria-geral do ministério, de onde foram levados oito computadores há duas semanas.

Audição da ministra da Administração Interna poderá decorrer à porta fechada

Os liberais até propunham que a ministra fosse ouvida à porta fechada, por ser preciso "perceber procedimentos de segurança e a sensibilidade da informação que terá sido furtada", mas também as "debilidades encontradas e o que foi feito para evitar questões destas no futuro", elencou Mariana Leitão. A socialista Cláudia Cruz Santos criticou a "desvalorização de um incidente de extrema gravidade" como este assalto e classificou o comunicado do ministra como "extraordinariamente lacónico". E disse que o partido quer saber "se há dados pessoais violados e como estão as investigações para aferir as responsabilidades sobre o incidente" e por que razão ainda não foi nomeado o director dos sSrviços de Informação.

O PSD, que votou contra o requerimento, limitou-se a alegar que a ministra virá em breve ao parlamento para a audição regimental. E o deputado comunista António Filipe propôs que se reserve uma parte dessa audição regimental para este assunto, de preferência à porta aberta, mas que pode ser fechada se a ministra entender que tem informação sensível para prestar aos deputados.

Incêndios da Madeira na AR

Contra a vontade do PSD, que até considera que se trata de uma inconstitucionalidade, por violar o estatuto de autonomia da região madeirense, foi aprovado um pedido do PS para audições sobre o incêndio que lavrou na Madeira durante 12 dias, que inclui a ministra da Administração Interna, os presidentes da Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, da Autoridade Nacional de Emergência e Protecção Civil, da Associação portuguesa de Técnicos de Segurança e Protecção Civil, da Liga dos Bombeiros de Portugal, o secretário-geral do Sindicato Nacional da Protecção Civil, e o director do centro de Estudos sobre Incêndios Florestais.

O PS argumentou haver "informação contraditória" sobre a estratégia de combate ao incêndio que não impediu o seu alastramento e é preciso saber se foram destacados para a Madeira todos os meios necessários e se há causas estruturais como a "ineficaz política de ordenamento do território" que contribuíram para a gravidade do caso.

Lucília Gago não explica “campanha orquestrada” e discorda da redução de escutas

Presidente da AR, José Pedro Aguiar-Branco, esteve no início da audição de Lucília Gago

PGR avisa que reduzir recurso a escutas porá em causa a investigação criminal. Deputados insatisfeitos com explicações

Maria Lopes

Saiu quase como entrou: a procuradora-geral da República deixou várias perguntas por responder na audição de menos de hora e meia que teve na quarta-feira perante os deputados da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, com especial incidência nas explicações da expressão que usou na entrevista que deu à RTP em Julho, em que disse que está em curso uma “campanha orquestrada contra o Ministério Público (MP)”.

Lucília Gago foi questionada directamente pelo Bloco de Esquerda sobre o que queria dizer com isso, quem organiza essa campanha e com que objectivo, mas ignorou tudo. Manteve-se irredutível quando recusou que haja um recurso excessivo a escutas para investigação e obtenção de prova; considerou que são “excepcionais” casos de escutas de vários anos, como aconteceu com o ex-governante João Galamba e de detenções longas para interrogatório, como no caso da investigação da Madeira; avisou que reduzir acesso a escutas vai deitar por terra muitas investigações; e ainda empurrou culpas para os funcionários judiciais por demoras e para os advogados de defesa por violação do segredo de justiça.

Setenta e cinco minutos depois de ter entrado na sala, Lucília Gago saiu com uma expressão quase vitoriosa deixando os deputados com o sorriso típico de quem ouviu alguém falar, mas continua com muitas perguntas por fazer. Que não podiam fazer porque o formato da audição foi o usado para as entidades externas, em que os convidados fazem uma declaração inicial, ouvem as perguntas de todos os partidos e respondem no final. Sem mais direito a perguntas. Na comissão até estava o presidente do Parlamento, José Pedro Aguiar-Branco, na qualidade de deputado, mas que não quis, para já, comentar ao PÚBLICO o que ouviu.

“Evasiva e arrogante”

“Quem tinha expectativas de que a procuradora-geral usasse esta oportunidade para mudar a forma como é percepcionada, saiu gorado. Lucília Gago mostrou que quer sair pela porta pequena”, aponta Fabian Figueiredo, líder parlamentar do Bloco, que fez o pedido de audição em Julho. “Evitou perguntas sobre política de justiça e atribuições gerais do MP, ou seja, competências suas”, lamenta, e descreve a postura de Lucília Gago como “evasiva, arrogante e que teceu considerações lamentáveis”. Exemplos? Culpou a quantidade de mulheres magistradas pela morosidade dos processos, e os funcionários judiciais. “Todos têm responsabilidade menos ela, que é quem tem, afinal, competência e poderes para mudar alguma coisa”, resume o bloquista ao PÚBLICO. Presidente e primeiro-ministro “têm agora o desafio de encontrarem para o cargo uma pessoa à altura dele porque Lucília Gago nitidamente não o esteve”.

“Não foi produtiva nem esclarecedora”, afirma ao PÚBLICO o social-democrata António Rodrigues, lamentando que a procuradora-geral se tenha limitado a falar (e pouco) do relatório de actividades e não sobre as questões que andam há meses na opinião pública, como “a problemática das escutas telefónicas, tanto da sua quantidade como temporalidade, ou o arrastar das investigações no tempo”. O deputado comunista António Filipe até questionou sobre o facto de Lucília Gago ter dito na RTP que não tinham sido encontrados indícios contra António Costa mas que as investigações continuam. “Continuam para quê e até quando? Para sempre?” Resposta? Zero.

Acerca do silêncio sobre a acusação da “campanha” contra o MP, o deputado do PSD lamentou que seja “hábito não haver contributos para o esclarecimento da AR” em questões relacionadas com a PGR. Já as referências de Lucília Gago à possibilidade de o Parlamento mudar a lei das escutas e a tipologia do crime da violação do segredo de justiça foram ouvidas por António Rodrigues mais como “reacções do que um contributo reflexivo” para o debate.

A procuradora-geral ateve-se a parte das estatísticas que os partidos pediram — mas nada sobre prazos e quantidades de processos. Em 2023 existiram 10.563 escutas, menos um terço que as 15.441 registadas em 2015. Tem “vindo a diminuir de forma sustentada” o recurso a esse meio de

Lucília Gago deixou sem resposta muitas das perguntas dos deputados

Para o Bloco de Esquerda, que pediu a audição, a PGR teve uma postura “evasiva e arrogante”

investigação e prova, salientou Lucília Gago — inquéritos com escutas não chegam a 1,5% do total. Defendeu que “a lei como está, está bem”, alegando que “o MP recorre a escutas telefónicas de forma criteriosa, quando são essenciais”.

Sobre escutas que duraram vários anos, a procuradora-geral considerou que “são situações absolutamente excepcionais e porque se reconhece a importância da sua finalidade”. E avisou que “se outra vier a ser a opção do legislador algumas investigações poderão vir a soçobrar” - ou seja, se se impuserem limites temporais às escutas haverá investigações que não poderão continuar.

“Os excessos a que os deputados se referem são situações excepcionais”, classificou, também, sobre o caso da Madeira em que os implicados estiveram detidos 21 dias à espera da aplicação de uma medida de coacção pelo juiz, a quem Lucília Gago responsabiliza exclusivamente pelo sucedido. “O prazo de 48 horas para apresentação ao magistrado judicial e definição de medidas de

RUI GAUDÊNCIO

coacção nunca costuma ser tão longo quanto foi".

Segredo violado fora do MP

Tal como em todos os outros temas, também na suspeita sobre a violação do segredo de justiça Lucília Gago procurou afastar responsabilidades dos magistrados. A "presunção de culpa sobre o MP é uma coisa extraordinária... Esse clima interessa aos arguidos e defesas porque desvia o foco das suspeitas que sobre si recaem sobre crimes de assinalável perigosidade."

A ideia de que as fugas saem do Ministério Público é "fantasiosa e destituída de sentido", e essa teoria "despreza a multiplicidade de pessoas com acesso aos processos". Lucília Gago avisa: "Se se pretende efectivamente perseguir e punir os responsáveis pela violação do segredo de justiça teremos que aceitar o recurso a meios intrusivos como as escutas (...) Isso é opção do legislador...".

Na sua intervenção inicial, deixou críticas aos funcionários judiciais e a antecessores seus no cargo. Lembrou que Joana Marques Vidal só em Setembro de 2017 entregou os relatórios referentes a 2017, 2015/16 e 2014/15 - ou seja, fora de prazo vários anos. Para o atraso deste ano contribuíram as greves dos funcionários judiciais.

Contabilizou 133 inspecções periódicas aos magistrados sobre os processos e comportamentos que possam acarretar responsabilidade disciplinar – neste último caso, foram instaurados 59 processos e aplicadas 18 sanções.

Em tom de queixa, falou de um "enorme esforço [dos recursos humanos do sector] num quadro deficitário" apesar das "insistentes sinalizações" sobre a "situação extrema que se vive nos tribunais", insistindo na necessidade de reforço de quadros, funcionários (faltam pelo menos 400 oficiais de justiça) e elementos dos órgãos de polícia criminal dedicados a ajudar o MP na investigação. Sobre o número de magistrados, assinalou que dois terços dos 1722 são mulheres e que há muitos casos de licenças de maternidade e baixas por gravidezes de risco. **com Miguel Dantas**

Justiça

Menos de 1,5% de inquéritos com escutas e o segredo de justiça

Mariana Oliveira

Dificuldade de recrutar profissionais

A procuradora-geral voltou a falar no que todos os profissionais da Justiça identificam como o principal problema do sector – a falta de oficiais de justiça nos tribunais, essenciais para concretizar as decisões de procuradores e juízes. Lucília Gago repetiu que faltam 400 funcionários só no Ministério Público (sem contar com os que faltam nas secretarias que dão apoio aos juízes). "Não tenhamos dúvidas: se as condições proporcionadas aos funcionários judiciais a todos os níveis, incluindo o remuneratório, não melhorarem, podem abrir-se cursos para 570 [concurso publicado esta terça-feira], ou até para o dobro, mas estes acabarão por não permanecer na profissão", avisou a procuradora-geral. Também falou no número insuficiente de procuradores, um problema agravado pela diminuição da atractividade das magistraturas, que já fez com que por duas vezes nos últimos anos, o Ministério Público não tenha conseguido preencher o número de vagas que abriu. A procuradora-geral lembrou que há dois anos foi prometida a criação, no Norte, de um pólo do Centro de Estudos Judiciários, onde se formam os magistrados, mas tal nunca chegou a concretizar-se. E lembrou que entre 2026 e 2028 o ritmo de aposentações no Ministério Público vai aumentar, daí que será necessário subir o número de vagas para recrutar novos procuradores. "É imperioso que haja um ingresso no mínimo de 60 magistrados em cada novo curso e para tal será essencial que os candidatos da região Norte estejam em condições de concorrer".

Menos de 1,5% de inquéritos com escutas

Foi um dos temas preferidos dos deputados, que mais perguntas suscitou e que essencialmente se devia a algumas notícias que deram conta que governantes investigados na *Operação Influencer* estiveram anos a ser escutados. O que muitos não pareciam saber é que o Ministério Público apenas tem capacidade para pedir a realização das escutas telefónicas, já que quem as autoriza são os juízes de instrução, igualmente responsáveis pelo seu controlo. A intercepção de comunicações é autorizada pelo prazo máximo de três meses, renovável por períodos iguais, sem que haja um limite máximo, um regime com o qual Lucília Gago disse concordar. A procuradora-geral explicou que o recurso às escutas telefónicas é uma excepção nos inquéritos criminais e revelou que o ano passado as investigações com intercepções telefónicas eram menos de 1,5% do total. "Os inquéritos com escutas nunca atingiram os 2,5% dos inquéritos em cada ano, em média", adiantou. A PGR lembrou ainda as estatísticas que o PÚBLICO recordara antes da sua audição, que apontam para uma diminuição do número de aparelhos escutados ao longo dos últimos anos - em 2015, quando se atingiu o pico, contabilizaram-se 15.441 alvos, menos 31% que os 10.563 registados o ano passado, segundo os relatórios anuais de segurança interna. Os dados divulgados são muito limitados, já que a Polícia Judiciária, que controla em exclusivo o Sistema Paragon, que permite a realização das intercepções, não liberta outras informações, nomeadamente o número de inquéritos com escutas ou o tempo médio das mesmas.

Violar segredo de justiça vale prisão até dois anos

A violação do segredo de justiça é um crime "punido com pena de prisão até dois anos ou com pena de multa até 240 dias", surgindo assim como um ilícito de pouca gravidade no Código Penal. Por isso mesmo, os meios de prova admitidos para o investigar estão limitados, não sendo, por isso, possível recorrer a meios intrusivos, como as escutas telefónicas. No entanto, a avaliar pela quantidade de perguntas que os deputados dirigiram à procuradora-geral, podia parecer que estávamos perante um crime de enorme gravidade e relevância no cenário criminal português. Acontece que desde há vários anos que o segredo de justiça é a excepção nos inquéritos crime, estando sujeitas a segredo apenas uma pequena percentagem das investigações. Cabe a um juiz de instrução determiná-lo a pedido do Ministério Público. O último relatório de actividades do Ministério Público dá conta que o ano passado foram abertas 37 investigações por "violação de deveres de segredo". Normalmente os únicos que são condenados por violar o segredo de justiça são os jornalistas e mesmo assim cada vez menos. Isto porque a jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos entende que quando há interesse público na divulgação de uma informação esse interesse sobrepõe-se ao segredo da investigação. Lucília Gago alertou esta quarta-feira no Parlamento que "se se pretende efectivamente perseguir e punir os responsáveis pela violação do segredo de justiça teremos que aceitar o recurso a meios intrusivos como as escutas". Tal, disse, é uma opção do legislador, uma função curiosamente na mão dos deputados. Uma polémica auditoria pedida há dez anos pela anterior procuradora-geral ao segredo de justiça sugeriu escutas a jornalistas e buscas a redacções, a par de multas dissuasoras para os órgãos de comunicação social que violem o segredo e da suspensão da actividade de jornalistas. Os deputados nada alteraram.

> **"Os inquéritos com escutas nunca atingiram os 2,5% dos inquéritos em cada ano"**

RUI GAUDÊNCIO

Escutas e segredo de justiça foram dois dos temas em foco

Estrangeiros terão acesso a advogado antes da recusa de entrada

Medida será "muito brevemente" posta em prática, diz a PSP. Videovigilância no aeroporto continua a suscitar preocupação, apontou IGAI. PSP não revela quantos cidadãos ficaram em zona internacional

Joana Gorjão Henriques

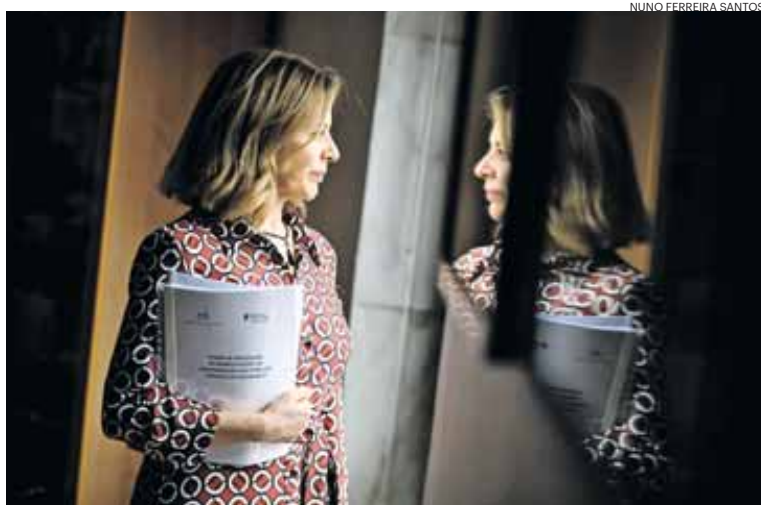
Em Março, a Inspecção-Geral da Administração Interna (IGAI) fez uma recomendação e, cinco meses depois, a PSP diz que a vai aplicar. Assim, "muito brevemente" os cidadãos estrangeiros que cheguem aos aeroportos e sejam barrados pelas autoridades podem ter acesso a advogado antes de lhes ser recusada a entrada, afirmou ao PÚBLICO a PSP.

Até agora a assistência jurídica estava disponível para os estrangeiros que tivessem tido a sua entrada recusada, ou seja, já com o facto consumado. Depois de críticas de organizações e de advogados, também a inspectora-geral da Administração Interna, Anabela Cabral Ferreira, publicou em Março uma recomendação em que diz que o acesso a advogado deve acontecer sempre que seja solicitado "pelo próprio ou por advogado, durante a fase de instrução do processo administrativo".

Advogados e estrangeiros relataram casos em que não lhes foi possível aceder a assistência jurídica no momento em que tiveram de responder a várias questões das autoridades, o que, alegaram, os impediu de defenderem os seus direitos antes de serem confrontados com a recusa. A IGAI enfatizou que "daqui resulta que esses cidadãos podem ficar durante um período, que pode ser longo, impossibilitados de entrarem em território nacional e impedidos de serem assistidos juridicamente por advogado". Também a Provedoria de Justiça, através do Mecanismo Nacional de Prevenção que monitoriza os espaços de detenção, já tinha recomendado há anos esta prática.

Os estrangeiros a quem é recusada a entrada têm garantido, por lei, assistência jurídica, mas quem é interceptado e encaminhado para o que chamam "segunda linha de controlo" do aeroporto tem de esperar pelas diligências de instrução destinadas a apurar se há fundamento de recusa de entrada. São também registadas em auto, e assinadas pelos próprios, as suas declarações, sendo depois apresentada proposta de decisão.

Em caso de recusa, os cidadãos podem recorrer da decisão. Se chegarem ao aeroporto de Lisboa, Porto ou Faro, ficam a dormir nas instalações dos centros de instalação temporária (ou Espaço Equiparado a Centro de Instalação Temporária, EECIT, na sigla completa), num máximo de 60 dias – depois deste prazo tem de lhe ser autorizada a entrada até à decisão judicial.

DANIEL ROCHA

NUNO FERREIRA SANTOS

Cidadãos impossibilitados de entrarem em território nacional têm direito a advogado, alertou Anabela Cabral Ferreira

Mecanismo Nacional de Prevenção criticou instalações por não oferecerem privacidade

Contactada, a Ordem dos Advogados – que já defendia esta solução e tem um protocolo desde Março de 2021 para fazer escalas no aeroporto, prestando assistência depois de ser recusada a entrada - congratula-se com a decisão da PSP. A vogal do conselho geral, Filipa Santos Costa, afirma: "Nós estamos disponíveis nas escalas, mas é preciso garantir que as pessoas serão ouvidas nos períodos em que há advogados de escala, das 8h às 18h." Esta era uma posição defendida há vários anos por quem acompanha estes processos e que a bastonária da Ordem dos Advogados, Fernanda Pinheiro, recordou depois de visitar o aeroporto em Janeiro.

O EECIT de Lisboa está dividido em duas alas, a masculina e a feminina, tem capacidade para dez camas em cada uma delas – mais dois quartos para famílias –, mas tem acontecido estar lotado, levando a PSP a instalar cidadãos na zona internacional. A PSP diz que só o faz em último recurso, enviando-os para Porto e Faro quando o de Lisboa está cheio.

Num relatório divulgado em finais de Junho, a IGAI, depois de fazer visita sem aviso prévio ao EECIT de Lisboa, apontou várias irregularidades, como um sistema de videovigilância que "suscita preocupação e motiva dúvidas quanto ao seu correcto funcionamento, utilidade e adequado uso nos termos da lei". Recomendou que se avaliasse este sistema "de modo a poder garantir o seu correcto funcionamento, dele retirar utilidade e garantir que o respectivo uso se enquadra na lei". Esta é uma crítica que existe há anos, da IGAI ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) – que geria o espaço – e agora à PSP.

Em resposta ao PÚBLICO, a PSP afirma que "está a desenvolver os procedimentos contratuais necessários para a regularização dos sistemas de CCTV," nos espaços de Lisboa e do Porto, "tendo inclusive procedido a um diagnóstico exaustivo prévio dos aspectos legais, técnicos e de segurança, associados".

Catorze dias no aeroporto

Em resposta ao PÚBLICO sobre quantos cidadãos tinham dormido nesta área em 2024, a PSP não fornece dados, justificando que não tem essa "estatística". Responde que "existiram situações pontuais em que cidadãos estrangeiros, não admitidos em território nacional, permaneceram para além de 48 horas na zona internacional, seja por esgotamento momentâneo de capacidade de alojamento em EECIT, seja porque as pessoas visadas já estavam com voo de regresso agendado para as horas seguintes". Em Dezembro o PÚBLICO noticiou o caso de um marroquino que tinha ficado 19 dias a dormir naquela zona internacional, situação que a própria PSP reconheceu que não devia ter acontecido.

Entre as recomendações da IGAI à PSP está a necessidade de encontrar soluções para quem ali fique por longos períodos. A IGAI diz que encontrou cidadãos instalados no EECIT "por períodos prolongados, a maior parte deles ultrapassando largamente os sete dias": esta inspecção apontou o caso de um cidadão que esteve a dormir na zona internacional 14 dias. Também o Mecanismo Nacional de Prevenção apontou críticas a esta prática, salientando que estas instalações "não oferecem qualquer privacidade e onde não existem camas, duches, mesa de refeições, sala médica nem acesso ao ar livre".

A PSP responde ao PÚBLICO que "é possível garantir que cidadãos retidos por mais de 48 horas sejam colocados nos referidos espaços de instalação temporária, onde têm condições dignas de privacidade, higiene e alimentação", e que "respeita escrupulosamente os prazos legais admissíveis para manutenção nestes espaços". "Pontualmente", adianta, "caso a caso, fundados em razões humanitárias e ou de saúde, são concedidos vistos especiais, prévios à decisão final da AIMA ou dos tribunais". E acrescenta: "Todas as situações de retenção por períodos superiores a 48 horas são obrigatoriamente comunicadas ao tribunal competente."

Nova especialidade de medicina de urgência vai a votos no dia 23

Alexandra Campos

Assembleia de Representantes da Ordem dos Médicos vai analisar propostas de criação de três subespecialidades

TIAGO LOPES

Se o processo voltar a ser chumbado, Governo avançará com uma proposta de lei ao Parlamento

A criação da especialidade de medicina de urgência e emergência, uma reivindicação antiga de muitos médicos que trabalham nesta área, deverá ser aprovada no próximo dia 23 na reunião da assembleia de representantes da Ordem dos Médicos (OM) que se vai realizar no Porto. É pelo menos esta a convicção do bastonário da Ordem dos Médicos, Carlos Cortes, que assume ter passado o Verão a tentar gerar consensos para a aprovação da nova especialidade, a qual foi chumbada em Dezembro de 2022 por este órgão deliberativo da ordem.

Desta vez tudo parece encaminhado para que a assembleia de representantes – que é constituída por elementos eleitos das diversas especialidades e das várias regiões do país – dê finalmente luz verde à nova especialidade. Até porque, se isso não acontecer, o Governo já avisou que avançará nesse sentido, apresentando uma proposta de lei ao Parlamento.

Mas a convocatória da reunião de dia 23, publicada num jornal na semana passada, despertou entretanto a atenção e a preocupação de médicos que travam esta luta há anos. O problema é que na ordem de trabalhos não surge qualquer referência à nova especialidade, apesar de aparecerem propostas para a criação de três subespecialidades nesta área – a de "urgência e emergência médica do adulto do colégio da especialidade de medicina interna", além da de urgência e emergência pediátrica e ainda a de cirurgia de emergência.

"Não fui eu que fiz a convocatória", frisa o bastonário da OM, Carlos Cortes, que garante que a proposta de criação da especialidade de urgência e emergência está incluída no "regulamento geral dos colégios de especialidades" que foi colocado em discussão pública e agora vai ser sujeito à aprovação. Na anterior reunião, em 8 de Julho passado, a assembleia de representantes aprovou já a proposta de regulamento para os colégios de especialidades e de competências, onde o bastonário inscreveu a nova especialidade. Reconhecendo que "os prazos são apertados", Carlos Cortes enfatiza que passou o Verão a "tentar consensualizar a proposta que gerava muita oposição".

Convencido de que a situação se alterou – "a medicina geral e familiar não queria e agora aceita, tal como a pediatria" e, na medicina interna, "a oposição já não é tão firme" –, o bastonário acredita que estarão agora reunidas as condições para a aprovação. "Estamos a fazer tudo para que a proposta seja aprovada", repete.

Quanto à criação das três subespecialidades, diz que estes são "processos completamente distintos". "Nas subespecialidades o circuito é diferente, estas não precisam de ir ao Ministério da Saúde, enquanto a criação da especialidade terá que ser homologada pela tutela", explica.

O certo é que a convocatória da reunião da assembleia de representantes veio "criar algumas dúvidas por causa da forma como está redigida, que gera alguma confusão", assume a presidente da Sociedade Portuguesa de Medicina de Urgência e Emergência, Adelina Pereira. Ainda assim, a médica está convencida de que desta vez será aprovada. "Como o regulamento geral dos colégios já contempla a criação desta especialidade, ao ser aprovado o regulamento, fica aprovada por inerência", apesar de surgir na convocatória da reunião "escondida e camuflada", sintetiza.

Bastonário diz que passou o Verão a "tentar consensualizar a proposta que gerava muita oposição"

Espanha aprovou em Julho

A avançar, a criação desta especialidade vem pôr fim a uma situação quase sem paralelo na União Europeia – Portugal, Áustria e Chipre são os únicos países em que ainda não existe, depois de ter sido aprovada em Espanha em 2 de Julho passado.

O pontapé de saída neste processo dado pela assembleia de representantes da OM portuguesa aconteceu, aliás, apenas seis dias depois de o Conselho de Ministros espanhol ter aprovado o decreto real pelo qual foi criada a nova especialidade de medicina de urgências e emergências, "uma reivindicação histórica dos mais de dez mil médicos que trabalham nestes serviços em todo o país", como noticiou então o *El País*.

Seja como for, o actual Governo já deixou claro, na apresentação do Plano de Emergência para a Saúde, que está disposto a dar este passo e avisou que, se o processo voltar a ser chumbado na Ordem dos Médicos, avançará com a apresentação de uma proposta de lei ao Parlamento. E a ministra da Saúde até deu conta de que pretende ter vagas de internato para esta especialidade já no início do próximo ano.

Adelina Pereira sublinha, porém, que o impacto da criação da nova especialidade nos serviços de urgência ainda vai demorar algum tempo a notar-se, uma vez que o internato da especialidade será de cinco anos. Mas este é um passo que não pode continuar a ser atrasado, frisa, lembrando que as urgências são os únicos serviços em que "parte dos atendimentos são feitos por médicos sem especialidade".

"O serviço de urgência é o único que não exige especialização, quando devia ser aquele em que os profissionais deveriam ter formação, prática e treino. É um serviço onde são atendidos doentes desde os mais simples aos mais complexos, que têm que ser triados, e a primeira abordagem do doente é complexa", acentua. Também na urgência pré-hospitalar se sentirá o impacto, frisa Adelina Pereira, recordando o trabalho difícil levado a cabo pelas equipas das VMER e dos helicópteros que asseguram a emergência médica.

A Sociedade Portuguesa de Medicina Interna (SPMI) tem-se mostrado sempre contra a criação da nova especialidade. Quando o plano de emergência foi apresentado, o presidente, Luís Duarte Costa, justificou a posição da SPMI defendendo que a criação da especialidade de urgência não irá resolver os problemas destes serviços. "Nunca haverá uma especialidade única capaz de resolver todos os problemas" de saúde que surgem na urgência, afirmou, à Lusa.

ULS universitárias avaliadas até ao fim do ano

O Ministério da Saúde criou uma comissão técnica independente que vai estudar as unidades locais de saúde de cariz universitário (ULSU) e a "sua relação com o ensino médico, a formação e a investigação". O ex-ministro da Saúde Adalberto Campos Fernandes vai liderar o grupo, que tem de entregar o relatório finalizado até ao final do ano.

Ainda antes de tomar posse, o Governo já tinha feito saber que pretendia avaliar a nova organização do SNS em unidades locais de saúde, nomeadamente as que integravam hospitais universitários. E que agora fica expressa no despacho, publicado ontem em *Diário da República*. Para o Ministério da Saúde, "o fortalecimento e o desenvolvimento contínuo das ULSU deverá assentar num quadro de efectiva sustentabilidade, autonomia e diferenciação, tendo como referência as melhores práticas nacionais e internacionais". Razão pela qual, "devem ser objecto de estudo autónomo".

Antes de ocupar o cargo de ministra, Ana Paula Martins estava à frente da ULS de Santa Maria, cargo que deixou por considerar que o modelo de ULS não fazia sentido num hospital universitário.

Comissão vai ser presidida por Adalberto Campos Fernandes e integra mais 16 elementos

A comissão técnica vai ser presidida por Adalberto Campos Fernandes e integra mais 16 elementos de várias universidades e ULS. Entre os quais, o médico José Fragata, na qualidade de vice-presidente da Universidade Nova de Lisboa, Carlos Martins, presidente da ULS de Santa Maria, e Xavier Barreto, da ULS de São João e presidente da Associação Portuguesa dos Administradores Hospitalares. A comissão deve iniciar os seus trabalhos no prazo máximo de 15 dias após a publicação do despacho e tem como objectivos principais avaliar o modelo actual de funcionamento das ULS, analisar a sua articulação com as instituições de ensino superior e de investigação e as diferentes entidades de prestação de cuidados de saúde e "propor modelos e estratégias de articulação sinérgicas das suas diferentes dimensões ao nível do ensino, da formação e da investigação nas ULSU". Haverá um relatório preliminar até 30 de Novembro.

MP acusa polícias do Comando do Porto de procedimentos abusivos

Factos criminosos ocorreram entre Dezembro de 2022 e Julho de 2023 e compreendem “diversas condutas delitivas”

O Ministério Público (MP) acusou cinco arguidos, entre os quais três agentes da PSP e um subcomissário do Comando Metropolitano do Porto, de vários crimes relacionados com procedimentos policiais abusivos, informou omtem a Procuradoria-Geral Regional do Porto (PGRP).

Numa nota publicada na sua página na internet, a PGRP refere que, por despacho de 16 de Julho, foi deduzida acusação contra cinco arguidos, entre os quais três agentes da PSP e um subcomissário da PSP que estavam em funções no Comando Metropolitano e que actuavam no âmbito do combate ao tráfico e consumo de estupefacientes em bairros da zona do Porto.

De acordo com a mesma nota, foram imputados aos arguidos crimes de denegação de justiça, favorecimento pessoal praticado por funcionário, peculato, abuso de poder, falsificação de documento, coacção agravada, sequestro agravado, ofensa à integridade física qualificada, detenção de arma proibida e falsas declarações.

Os factos criminosos ocorreram no período compreendido entre Dezembro de 2022 e Julho de 2023, e compreendem “diversas condutas delitivas, com reflexos em processos-crime”.

De acordo com a acusação, os arguidos falsearam autos de busca e apreensão, no que diz respeito às quantias monetárias e à quantidade de estupefaciente apreendida, apoderando-se de parte do dinheiro e da droga, para a distribuir a terceiros. O MP diz ainda que os arguidos estabeleceram “pactos de silêncio” com toxicodependentes que encontravam nos bairros intervencionados, para que identificassem os traficantes em flagrante delito, dando-lhes em troca estupefaciente para consumo.

Os agentes da PSP ter-se-ão ainda apoderado de uma mochila com produto estupefaciente e dinheiro, em troca da liberdade do indivíduo que procedia à actividade de tráfico de estupefacientes, e efectuado buscas domiciliárias sem a devida autorização ou consentimento.

JOSÉ SÉRGIO

Os arguidos falsearam autos de busca e apreensão, entre outros

“Tais acções criminosas tiveram reflexos em sete situações concretamente apuradas, tendo, numa delas, tido a conivência do arguido subcomissário”, refere a mesma nota.

Os investigadores referem ainda que os agentes da PSP terão agredido um consumidor de estupefacientes, por razões não apuradas, e apreendido estupefaciente que destinaram à remuneração de consumidores, tendo na sua posse armas e munições, fora das condições legais para a respectiva detenção.

A um dos arguidos, agente da PSP, é também imputada, em co-autoria com um arguido não-funcionário, a elaboração de cinco autos de contra-ordenação, na sequência de fiscalizações por excesso de velocidade, com a identificação de condutor diferente do arguido infractor. Além disso, é-lhe imputado semelhante conduta noutros dez autos de contra-ordenação, por idênticas infracções, pela menção de identificação de terceiro no lugar do infractor, que não foi possível identificar. O MP requereu o perdimento a favor do Estado das vantagens do crime obtidas pelos arguidos.

Os três agentes da PSP agora acusados foram detidos em Julho de 2023, encontrando-se a aguardar o início do julgamento em prisão preventiva. **Lusa**

Médico que rejeitou liderar INEM diz que instituto “está a viver do voluntariado”

Vítor Almeida defende que INEM precisa de um investimento “que pode ir até aos 80 milhões de euros”

O médico que recusou liderar o Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) disse ontem que o organismo “está a viver do voluntariado”, afirmando que as “verbas não chegam” e que seria necessário “um investimento que pode ir até aos 80 milhões de euros”. “As verbas do INEM não chegam. Estamos a viver do voluntariado. Nós estamos a viver do voluntariado com pessoas com 200 e poucas horas de formação. Como é que eu posso assumir o cargo de presidente do INEM, se não me dão aquilo que é mais importante, que é refundar?”, contestou Vítor Almeida na comissão parlamentar da saúde, onde foi ouvido a pedido da Iniciativa Liberal e do Chega.

Vítor Almeida, que é também médico no INEM, falava no Parlamento dois meses depois de ter rejeitado liderar este instituto, a convite do Governo.

De acordo com o clínico do quadro do Hospital de Viseu, a peça-chave de “todo o puzzle” começa por profissionalizar o sistema. “Há modelos de transição. Podemos colocar um técnico do INEM, juntamente com os bombeiros, fazer equipas híbridas. Também a Ordem dos Médicos podia ajudar um pouco neste processo, por ser uma fase de transição. Estamos a falar de um investimento que pode ir até aos 80 milhões de euros”, indicou.

Aos deputados, Vítor Almeida explicou que “mais de 80% do socorro em Portugal” não é feito pelo INEM, mas sim pelos bombeiros e Cruz Vermelha Portuguesa. Segundo o médico, há 445 postos de emergência médica em Portugal, dos quais 423 estão nos bombeiros. Nesse sentido, sustentou que o INEM precisa de reforço orçamental, nomeadamente para a formação.

“Há uma *décalage* de nível brutal neste momento no socorro. (...) Nós temos que profissionalizar estes meios, o que significa que nós precisamos à vontade de entre dois a quatro mil profissionais para trabalhar no sistema”, calculou.

Na mesma audição, o médico garantiu que não divulgou para a comunicação social a carta dirigida à ministra da Saúde e tornada pública dez dias depois de ter sido nomeado para o cargo.

Vítor Almeida defende que são precisos entre dois a quatro mil profissionais para trabalhar no sistema

“Não foi por minha via [divulgação da carta], que fique muito bem claro”, precisou, afirmando que não é presidente demissionário do INEM, porque “nunca tomou posse”. Na carta que enviou ao Ministério da Saúde e divulgada na altura na comunicação social, Vítor Almeida afirmou que Portugal não tinha um “plano B” para a emergência médica, tendo sido essa a razão que o levou a não querer presidir ao organismo. Vítor Almeida tinha sido nomeado a 4 de Julho para a presidência do INEM, após a demissão de Luís Meira na sequência da polémica com o concurso dos helicópteros de emergência médica. Entretanto, foi nomeado para o cargo o militar Sérgio Dias Janeiro. **Lusa**

Guardas prisionais saúdam acordo

Sistema de progressão mais rápido vai assegurar uma carreira mais atractiva, acredita sindicato

O presidente do Sindicato Nacional do Corpo da Guarda Prisional afirmou que o acordo alcançado ontem com o Ministério da Justiça sobre o sistema de avaliação vai permitir uma progressão na carreira mais rápida, tornando a profissão mais atractiva. Frederico Morais considerou tratar-se de um “acordo histórico”, sublinhando que era uma reivindicação do sindicato com três anos e que agora se concretizou, faltando enviar o documento final que deverá ser assinado muito em breve.

O sindicalista referiu que o sistema de avaliação da guarda prisional passará a ser idêntico ao da PSP, embora com as necessárias adaptações, garantindo uma progressão mais rápida na carreira, com subida de nível num mínimo de três em três anos. Frederico Morais destacou que o novo sistema de avaliação, que implicará “uma alteração nos estatutos” da guarda prisional, vai tornar a carreira mais atractiva, numa altura em que esta era muito menos apelativa do que a da PSP ou a da GNR.

O responsável do Sindicato Nacional do Corpo da Guarda Prisional (SNCGP) revelou ainda que durante a reunião foi confirmado a abertura de concurso para mais 225 guardas prisionais, aproveitando para recordar que o sindicato estima que o actual défice de guardas é de 1500. Este concurso, frisou, deverá permitir que os novos guardas possam entrar em funções ainda no próximo ano.

O presidente do SNCGP mostrou-se confiante na promessa ministerial de que haverá mais investimento no sistema penitenciário, entendendo que a realização da auditoria à segurança das cadeias mandada efectuar pela ministra Rita Alarcão Júdice é um sinal disso.

Frederico Morais revelou que o caso da fuga de cinco reclusos da cadeia de Vale de Judeus foi “obviamente” abordado na reunião de ontem no ministério, incluindo algumas críticas que a ministra fez na passada terça-feira, tendo o dirigente sindical reiterado aos jornalistas que o sindicato nada tem a apontar aos guardas que estavam de serviço no dia em que ocorreu a fuga daquela prisão em Alcoentre, na Azambuja. **Lusa**

2024 Q-DAY CONFERENCE

Q-DAY 2024:

DA EUFORIA À MAIS-VALIA, AS VERDADEIRAS OPORTUNIDADES DA IA

Quidgest

Fazer um primeiro balanço do que vale, na prática, a IA generativa, em termos de oportunidades, modelos de negócio, mudanças na organização do trabalho e impactos no desempenho profissional é o desafio da Quidgest para a 15.ª edição da sua conferência anual, que decorre no próximo dia 17 de setembro, na Culturgest, em Lisboa.

Depois de, em 2023, ter procurado descodificar a Inteligência Artificial (IA), mostrando que esta tecnologia emergente oferece mais do que o ChatGPT, a Quidgest afasta-se do foco da edição anterior do Q-Day, a euforia, para lançar o tema, atualmente mais relevante, da mais-valia. Na 15.ª edição, que decorre no próximo dia 17 de setembro, na Culturgest, o desafio passa por mostrar ao mercado oportunidades e modelos de negócio, iniciativas e soluções que demonstrem o potencial económico da IA generativa. "O Q-Day 2023 foi um sucesso, mas há muitas coisas que ficaram por dizer e, sobretudo, há muitas perspetivas sobre a IA que não têm recebido a atenção que merecem", afirma João Paulo Carvalho. O co-fundador da Quidgest recorda que o Q-Day foi, precisamente, "pensado para dar esse palco às boas iniciativas que estão menos divulgadas, mostrando como podemos (as empresas e o país) não ser apenas utilizadores da IA generativa, mas gerar valor económico relevante e reconhecido globalmente".

Com uma agenda recheada de temáticas relevantes, serão apresentadas visões diversas sobre o valor acrescentado pela IA generativa. "Genericamente, este valor pode variar de muito negativo a muito positivo, dependendo não tanto da tecnologia em si, mas de quem a utiliza", salienta João Paulo Carvalho. O responsável da Quidgest exemplifica: "Alguém que domine sofrivelmente um tema fará com um LLM (Large Language Model) um trabalho medíocre. Mas o mesmo LLM, nas mãos de alguém altamente qualificado, assegura acréscimos exponenciais de produtividade e de valor. Em ano olímpico, é a diferença entre o salto em altura e o salto com vara". No fundo, clarifica João Paulo Carvalho, "outro patamar económico é atingido quando essa qualificação e esse conhecimento se convertem em produtos transacionáveis globalmente. Nada nos impede de sermos criadores de soluções de IA generativa e não apenas consumidores".

João Paulo Carvalho
Co-fundador e Senior Partner da Quidgest

O Q-Day irá também apresentar o que está a acontecer no processo de integração da Inteligência Artificial, em muitos casos fruto do empenho e do trabalho contínuo da Quidgest, que tem apoiado, por exemplo, um conjunto de meetups que oferecem laboratórios práticos de aplicação de IA generativa, e organizado estágios de Verão para investigação no mesmo tema que, este ano, contaram com uma dezena de participantes. "Vamos ainda lançar,

com uma organização não lucrativa espanhola, os sábados da IA (AI Saturdays) em Lisboa, e a nossa academia continua a mostrar como se usa IA generativa híbrida para aliar automatismo e rigor, na tarefa de grande exigência em precisão que é o desenvolvimento de software", complementa o administrador.

Ao longo de um dia de partilha, haverá igualmente espaço para destacar novas empresas e a forma como uma oferta baseada em IA entrou já nas organizações mais dinâmicas, especialmente em Portugal e na Dinamarca, que é este ano o país convidado. O objetivo é mostrar, em particular, as iniciativas que conseguiram criar modelos de negócio originais e viáveis.

O Q-Day será ainda palco para o lançamento de um livro sobre o impacto da IA generativa nas dez áreas funcionais que estruturam as organizações, da gestão de pessoas e do aprovisionamento à estratégia e à conformidade regulatória, que será oferecido aos participantes. "Acreditamos que será uma contribuição valiosa para a reflexão que todas as empresas têm de fazer sobre o seu futuro, à luz desta nova tecnologia", sublinha João Paulo Carvalho.

O desafio de enquadrar os LLM

Com uma experiência de 36 anos no trabalho com a IA generativa, a Quidgest distingue-se no mercado pela sua abordagem diferente e confiante. Aliás, é desta aposta contínua na IA GENerativa, ou Gen AI, que surge o nome da sua plataforma de desenvolvimento automático de software empresarial, o GENio. "Insistimos que, para todas as tarefas que requerem maior rigor, como a engenharia do software, a medicina ou o aconselhamento jurídico, é preciso combinar o domínio da linguagem dos LLM com o rigor da lógica formal, do conhecimento e da modelação", aponta João Paulo Carvalho.

Com esta perspetiva, a empresa refuta a versão "IA contra humanos", que, acredita o administrador, "só conduz a distopias". Na sua opinião, a IA é, e continuará a ser, uma tecnologia desenvolvida por pessoas, e pela qual apenas pessoas são responsáveis. "O único risco que alguém competente corre face à IA generativa é a sua própria resistência à inovação e à tecnologia", defende.

O responsável da Quidgest acredita ainda que existe um espaço para a criação de valor, com recurso à IA generativa, que não passa por competir ao nível dos LLM, o que exigiria meios inacessíveis à maior parte das empresas. "E este espaço tem imensas possibilidades, incluindo soluções de proximidade, auxiliares de organização de tarefas ou de agendas, assistentes para a criação de apresentações, gestores de emails e a reengenharia dos processos de negócio documentada no livro que vamos distribuir".

João Paulo Carvalho não teme riscos de monopólio, uma vez que os LLM de código aberto proliferam e são bem-sucedidos, e as barreiras à investigação subsequente são inexistentes. "O conhecimento sobre IA generativa está muito distribuído, o que só pode contribuir para o conforto na sua adoção. O potencial é imenso", conclui.

O Q-Day 2024 irá realizar-se no próximo dia 17 de setembro na Culturgest, em Lisboa. Sob o tema "IA generativa: da euforia à mais-valia", contará com a presença de oradores como Adolfo Mesquita Nunes, partner na Pérez-Llorca Sociedade de Advogados; Alberto Rodrigues da Silva, Secretário de Estado da Modernização e Digitalização; António Guedes de Amorim, Sales Director na Quidgest; António Neto da Silva, CEO do Instituto de Formação Bancária; Besma Kraiem, Board Advisor, Executive Manager & Angel Investor; Bruno Oliveira, Head of Digital Hub & E-Business na SUMOL+COMPAL; David Pereira de Castro, presidente do Conselho de Administração da SPOT Nordic; Fernando Felix, Co-Fundador & CTO da incicivio; Hugo Miguel Ribeiro, VP de People Operations, Inclusion & Diversity na Quidgest; Jesper Andersen, Chairman na GREEN EQUITY; João Paulo Carvalho, co-fundador e Senior Partner na Quidgest; Leonor Pipa, diretora do Link to Leaders; Luís Espírito Santo, investigador especializado em IA Generativa e Criatividade Computacional; Luísa Baltazar, Fundadora do HER Venture HUB; Luísa Ribeiro Lopes, Presidente do Conselho Diretivo da Associação DNS.PT; Madalena Talone, Membro Executivo do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos; Maj Tellefsen, Head of Economic Affairs and Trade na Embaixada da Dinamarca em Portugal; Marcelo Ribeiro, Generative AI Strategist na Quidgest; Mikkel Frich, Consultor de Transformação Digital; Mikkel Solnado, CEO no Great Dane Studio e Consultor de IA; Nuno Brás, Partner e Co-fundador da DareData Engineering; Pedro Fradinho Marques, Coordenador de Advanced Analitycs & Inteligence nos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde; Pedro Pereira, Managing Partner no Boston Consulting Group; Susanna Coghlan, Europe Business Development Manager na Quidgest.

O Batalha vai sair de portas para levar cinema do Porto aos vizinhos do bairro

No sábado, oito estabelecimentos/entidades à volta da Praça da Batalha vão ser transformados em salas de cinema por um dia, no âmbito do projecto Vai e Vem, do Batalha Centro de Cinema

André Borges Vieira

NELSON GARRIDO

A Kate Skateshop já tinha exibido filmes na loja, mas só sobre a modalidade/cultura do skate

Já lá tinha sido feito teatro, mas cinema será a primeira vez. Não é uma sala vocacionada para as artes, mas o café centenário no centro do Porto é sítio de passagem de artistas. Desta vez terá destaque de protagonista e vai ser adaptado para receber a sétima arte dentro de casa. E não será o único estabelecimento comercial da Praça da Batalha a passar por uma remodelação temporária para que se possam exibir filmes em espaços talhados para outros fins. O Café Java está há mais de um século ao lado do Batalha. E no sábado, em conjunto com mais sete outros estabelecimentos da mesma praça, será uma extensão do cinema que reabriu em Dezembro de 2022, remodelado. Nesse dia, o projecto Vai e Vem vai levar a oito espaços comerciais e entidades das imediações cinema de e sobre o Porto, para ser visto gratuitamente.

Paulo Gonçalves, um dos proprietários do Café Java, recorda ao PÚBLICO a data de fundação da casa que gere desde 2009 – antes, desde 2006, já lá trabalhava. O snack-bar está aberto "desde 1914". Desde 1908, mesmo ali ao lado, já estava o Batalha, após a reabertura designado Batalha Centro de Cinema.

Existe uma convivência de vizinhança com mais de 100 anos. Mas só agora, pela primeira vez, é que o café abre as portas da casa ao vizinho. Foi o Batalha que se fez de convidado, conta o também co-proprietário do Café Ancora D'ouro (O Piolho), também aberto há mais de um século. E deixou-o entrar sem cerimónias e com boa vontade. Tanto é que confiou todos os preparativos para o dia do estreitar de laços nas mãos de quem está ao comando da iniciativa. "Está a ser tudo feito ao critério do cinema [Batalha]", sublinha.

Paulo Gonçalves vê o evento com bons olhos. A reabertura do cinema, diz, ajudou a trazer "outro público" para a praça. Já na mancha de pessoas diz não se notar tanto porque antes disso já "tinham chegado os turistas", quase "70% dos clientes" actuais do Java, que ainda conserva muitos outros "mais antigos".

Parcerias que "fujam às tertúlias" que o café ainda faz na cave, diz já terem existido algumas actividades de teatro feitas com o Teatro Nacional São João, também vizinho e outro espaço que integra o Vai e Vem. "Cinema é a primeira vez", afirma.

Na Kate Skateshop, no número 25 da Rua de Santo Ildefonso, desde 2012, já se tinham exibido filmes, mas nunca sem estarem relacionados com a modalidade/cultura para a qual se direcciona a loja, que abriu, em 2006, no Largo de São Domingos. Nuno Gaia, um dos proprietários, recorda que a parede que fica por trás do balcão era usada como tela. Em eventos organizados pela loja vocacionada para o *skate* realizados noutros locais também chegaram a exibir filmes. Desta vez, conta, o filme que o Batalha escolheu será exibido num ecrã, em contínuo. Para se ouvir o som serão usados auscultadores.

Como os filmes são exibidos em contínuo, é possível "ver todo o programa" do projecto

Sobre a iniciativa, acredita que deveria ser mantida para "manter viva" uma zona comercial da cidade que acredita "estar esquecida". Uma estrutura como o Batalha envolver o comércio local e outras entidades nas suas iniciativas poderá ter um impacto positivo, defende.

Mais espaços foram convidados a participar no projecto Vai e Vem, feito no âmbito do programa Vizinhos, do Batalha Centro de Cinema. Além do Café Java e da Kate Skateshop, o cinema também será exibido no Orfeão do Porto, Centro Comercial Alexandre Herculano, Teatro Nacional São João, Hotel NH Collection, Restaurante Bangla Spicey e na loja O Jogador – Aurélio & Martins, Lda..

"Circular entre espaços"

O evento decorre no sábado e arranca às 17h30, no Orfeão do Porto, com uma selecção de curtas-metragens do curso A Nebulosa, da produtora Rua Escura, que contará com a presença dos realizadores. Entre as 18h e as 20h30, outros filmes de um conjunto de obras que integram o arquivo de cinema do Batalha – a Filmoteca – serão exibidos em *loop* em todos os espaços que fazem parte do projecto. Toda a filmografia escolhida tem ligação com a cidade. O evento termina no Centro Comercial Alexandre Herculano, com o filme *Canção de Amor e Saúde*, de João Nicolau, sobre o Shopping Brasília.

A programadora de cinema do Batalha, Joana Canas Marques, diz ao PÚBLICO que o formato do evento – realizado no âmbito do programa Vizinhos, que também pôs anteriormente em marcha o projecto contínuo Batalhawood, feito com a comunidade do Porto com raízes no Bangladesh – permite ao público "circular entre espaços". A maioria dos espaços não permitem acolher muita gente ao mesmo tempo, mas como os filmes são exibidos em contínuo, é possível "ver todo o programa".

Só os filmes de abertura e de encerramento é que não estarão em *loop*. Mas, no caso do último filme, foi escolhido o Centro Comercial Alexandre Herculano por ser "mais amplo" e por lá caber mais gente.

As adaptações dos locais onde serão exibidos os filmes serão realizadas "na sexta-feira" e no "sábado de manhã" para que não se interfira "com a actividade" de cada um deles. Antes de o evento acontecer não consegue prever quantas pessoas vão aderir ao projecto. Porém, afirma que se tudo correr como tem corrido com o projecto Batalhawood a adesão será elevada. "Estamos à espera que venham muitas pessoas que estão curiosas, não só por este modelo de instalação em diferentes espaços, mas também para descobrir alguns dos espaços, que, nalguns casos, até nem são assim tão conhecidos", conclui Joana Canas Marques.

Festival de Marionetas do Porto regressa a 11 de Outubro com 14 companhias

Estarão presentes 14 companhias, sendo dez portuguesas e quatro da Bélgica, França, Inglaterra e Líbano

O Festival Internacional de Marionetas do Porto – fimp'24 regressa a 11 de Outubro, sob o signo da trilogia "Existir. Resistir! Desistir...", expressa no trabalho de 14 companhias, dez portuguesas e quatro estrangeiras, provenientes de Bélgica, França, Inglaterra e Líbano.

"As três ideias que presidem ao processo de estruturação do programa entrelaçam-se, e enquanto atitudes simbólicas são possíveis de encontrar ao longo de todo o programa", refere Igor Gandra, director artístico do fimp, em comunicado.

Para compreender esta filosofia, Igor Gandra explica que "nesta coisa de Existir" há propostas que "nos levam a questionar a nossa própria existência e coexistência", salientando que o projecto que melhor materializa tudo isto é *In Many Hands*, de Kate McIntosh, artista neozelandesa sediada na Bélgica, que poderá ser visto nos dias 19 e 20 de Outubro, no Teatro Campo Alegre.

"Trata-se de existirmos quer como objectos, quer através dos objectos. E essa ideia está de igual modo presente no espectáculo inicial *Géologie D"Une Fable*, que chega do Líbano, pelas mãos da companhia Collectif Kahraba" (Teatro Carlos Alberto/TeCA, dias 11 e 12), salienta o director artístico do fimp.

Esta peça "propõe-nos de uma forma muito acessível, mas simultaneamente bela, repensarmos questões ancestrais que têm a ver com a nossa ligação à terra e aos animais, e à nossa história comum através de uma matéria tão primordial como o barro".

A ideia de resistência (Resistir) também percorre o programa e é nítida em peças como *Prometeu*, pela Companhia Lafontan·Formas Animadas, de Portugal (Rivoli Teatro Municipal, dia 19 Outubro), e *Dura Dita Dura*, do Teatro de Ferro (TeCA, 16 e 17 de Outubro), mas está igualmente muito presente na criação de Ainhoa Vidal, *Aruna e a Arte de Bordar Inícios* (12, 13, 14 e 15 de Outubro, Teatro Campo Alegre).

A desistência "assume um lugar um pouco provocatório, pois é uma ideia que está ligada tradicionalmente ao falhanço. A peça *Lullaby for Scavengers*, de Kim Noble, do Reino Unido, tem a ver com a desistência de saltar fora das regras e do que é socialmente aceitável. Desistir também contempla a possibilidade de iniciar outro caminho", explica Igor Gandra.

Do programa destacam-se ainda duas estreias nacionais, *Lullaby for Scavengers* e *In Many Hands*, bem como as estreias absolutas de *Capital Canibal*, Sonoscopia/ Teatro de Ferro, no Teatro Municipal do Porto – Rivoli, *Aruna e a Arte de Bordar Inícios*, de Ainhoa Vidal, *Inacabados*, da companhia Radar 360 (em lugar a definir), e o novo trabalho da Limite Zero *Próxima Estação*, no Teatro Municipal de Matosinhos Constantino Nery, dias 16 e 19 de Outubro.

O responsável salientou ainda a presença da italiana Marta Cuscunà, com *Sorry Boys*, também no Constantino Nery, no dia 18 de Outubro, "uma peça que congrega a resistência, a existência e também uma forma de desistência criativa".

A organização do festival convidou a fotógrafa Susana Neves, que dedicou uma década de trabalho ao fimp, a expor alguns dos seus trabalhos fotográficos no espaço do Teatro Carlos Alberto, no âmbito desta 35.ª edição. A mostra, intitulada *Fimpografias*, estará disponível ao público de 11 de Outubro a 10 de Novembro.

A fotógrafa Susana Neves, que dedicou uma década de trabalho ao fimp, vai expor algumas fotografias

Entre outras, o fimp aposta também em sugestões "capazes de cativar as crianças e as famílias", envolvendo-as em acções de carácter pedagógico e didáctico, por isso não faltarão os tradicionais Fimpalitos (a mascote mutante do fimp), assim como outras oficinas e sessões do tipo *"masterclass"* com alguns dos artistas participantes e convidados, destinadas a estudantes de teatro e profissionais do sector.

O fimp decorrerá entre 11 e 20 de Outubro, no Porto, nos palcos do Teatro Carlos Alberto, Teatro Municipal do Porto (Rivoli e Campo Alegre), Teatro do Bolhão, Teatro de Ferro, Teatro de Belomonte, Círculo Católico de Operários do Porto, Mosteiro de São Bento da Vitória, Jardim da Cordoaria e Metro da Trindade. Em Matosinhos, estará no Teatro Constantino Nery.

PAULO PIMENTA

O festival decorrerá até 20 de Outubro

BRIAN SNYDER/REUTERS

Harris faz esquecer pesadelo de Biden e mantém vivo o sonho da Casa Branca

Candidata democrata foi declarada a vencedora do primeiro debate com Donald Trump. Falta saber até que ponto isso se traduzirá nas sondagens

Análise

Alexandre Martins

Se os debates presidenciais nos Estados Unidos existissem num universo paralelo, sem qualquer influência na decisão de voto dos eleitores, seria difícil negar uma vitória a Kamala Harris no seu primeiro frente-a-frente com Donald Trump, na madrugada de quarta-feira.

O problema da candidata do Partido Democrata – e o principal trunfo do seu opositor, cujo apoio a nível nacional se cristalizou, há vários anos, à volta dos 46% – é que a fatia do eleitorado que ainda não decidiu em quem irá votar é cada vez mais pequena, e o período de votação antecipada arranca já nos próximos dias em cinco estados. Pelo menos um deles – a Pensilvânia – é decisivo no caminho de Harris para a Casa Branca. Mais do que avaliar quem ganhou o primeiro debate entre Harris e Trump, o que está em causa é tentar perceber se uma vitória da candidata do Partido Democrata, à luz dos critérios tradicionais de análise, pode traduzir-se em ganhos efectivos frente a um adversário como Trump.

Segundo as médias das sondagens feitas no último mês, Harris reconquistou grande parte do apoio que Biden chegou a ter no início da campanha. Tanto a nível nacional, como nas eleições nos sete estados que vão decidir a corrida – Michigan, Pensilvânia, Wisconsin, Arizona, Carolina do Norte, Georgia e Nevada –, é impossível, nesta altura, arriscar qualquer prognóstico.

Tal como tem afirmado o governador da Pensilvânia, Josh Shapiro – visto, até há poucas semanas, como o parceiro ideal de Harris na sua candidatura, por ter uma popularidade considerável junto do eleitorado republicano num estado muito importante –, a eleição de Novembro vai ser decidida por algumas dezenas de milhares de votos numa mão-cheia de estados, pelo que o eventual impacto do debate nas sondagens a nível nacional pouco dirá sobre o que resta da campanha.

Nos próximos dias e semanas, as atenções vão estar viradas para as sondagens que vão ser feitas em cada um dos sete estados decisivos, já depois de os eleitores terem digerido o debate desta semana.

Harris passa no teste

Desde o primeiro momento do debate, Harris tentou estar à altura daquilo que lhe foi pedido pelos seus conselheiros de campanha nas últimas semanas.

Segundo vários relatos nos principais *media* do país, a fase em que se encontra a corrida presidencial deste ano aconselhava Harris a passar três testes no seu primeiro debate: dar-se a conhecer a um eleitorado que só acompanha a política ao longe e que ainda não tem a certeza se vai votar em Novembro; apresentar-se ao país como uma candidata forte e com um discurso articulado e coerente, e que apagasse da memória colectiva a prestação de Biden no debate de 27 de Junho; e, se possível, em jeito de cereja no topo do bolo, que obrigasse Trump a assumir uma postura defensiva durante a maior parte do debate.

Visto por este prisma, a

candidata do Partido Democrata parece ter executado o plano na perfeição, a avaliar pela reacção de alguns apoiantes de Trump.

"Podia ter corrido melhor", disse o senador republicano Lindsey Graham, para quem o debate foi "uma oportunidade perdida" por Trump para forçar Harris a responder a uma única pergunta: porque é que os eleitores que temem pela saúde da economia nos próximos anos – 63%, segundo uma sondagem da Gallup, de Agosto – devem votar numa vice-presidente que está em funções desde 2021?

Logo após o final do debate, o senador republicano terá sido mais incisivo nas suas críticas a Trump, afirmando que a prestação do candidato republicano foi "uma desgraça", segundo o comentador político Tim Miller, do *site* de centro-direita e anti-Trump The Bulwark.

Um outro apoiante e conselheiro de Trump, o congressista republicano Byron Donalds, reconheceu a capacidade de Harris para "picar pessoas", numa referência às várias alusões da candidata do Partido Democrata a conhecidas fragilidades do ex-Presidente dos EUA quando é confrontado com a quantidade de público presente nos seus comícios, com a afirmação de que deve a sua fortuna a uma herança milionária deixada pelo pai, ou com a sua fixação em líderes autoritários.

"Kamala Harris respondeu à pergunta sobre se o Partido Democrata tem uma candidata que parece estar à altura? Sim, mas não demonstrou ter substância", disse o congressista republicano, num sinal de que a entrada de Harris na corrida, em substituição de Biden, privou Trump de uma mensagem monocórdica, mas eficaz, centrada nas aparentes debilidades físicas – e cognitivas, segundo a narrativa republicana – do actual Presidente dos EUA.

"Segundo o cronómetro do *New York Times*, Trump falou durante 43 minutos e Harris durante 38, mas é difícil imaginar que ela tenha ficado incomodada por ter falado menos cinco minutos. Na verdade, Harris teria beneficiado ainda mais se tivesse falado menos dez minutos do que Trump", diz o jornalista John F. Harris, no *site* Politico.

Nos próximos dias e semanas, as atenções vão estar viradas para as sondagens que vão ser feitas em cada um dos sete estados decisivos

Irritações

Os pormenores do plano de Harris para o debate frente a Trump – incluindo o uso de expressões faciais que pudessem ser transformadas em memes para alimentar as redes sociais – tinham sido transmitidos ao grande público no início do mês por James Carville, um veterano consultor do Partido Democrata que liderou a campanha presidencial de Bill Clinton em 1992.

"No debate de 10 de Setembro, Harris tem de provocar aquilo que a campanha de Trump mais teme: deixar que Trump se comporte como ele próprio", disse Carville num texto publicado no *New York Times* a 3 de Setembro.

No entender de Carville, Harris teria de levar Trump a "enunciar as mais loucas teorias da conspiração" – o que acabou por acontecer, quando Trump fez referência a uma informação falsa, segundo a qual imigrantes haitianos estariam a comer animais de estimação em Springfield, no Ohio –, e de o "irritar" – o que também aconteceu, em várias situações, incluindo quando Harris disse que muitos dos apoiantes de Trump abandonavam os comícios antes do fim por se sentirem "aborrecidos".

Em outras partes do universo Trump, a vitória de Harris no debate foi apresentada como uma derrota do candidato republicano contra três adversários – Harris e os dois moderadores, os jornalistas do canal ABC David Muir e Linsey Davis –, o que reforça, em parte, a avaliação consensual de que o candidato republicano esteve pior do que a candidata democrata.

"Eles insistiram em fazer verificação de factos com Donald Trump, mas não o fizeram com Kamala Harris", disse o senador republicano Tom Cotton, um de vários políticos do partido que repetiram a mesma justificação nas horas que se seguiram ao debate.

Nos jornais e *sites* favoráveis a Trump – onde uma grande parte dos seus eleitores se informa exclusivamente –, os títulos foram no mesmo sentido. "Harris e os moderadores da ABC atacam Trump no debate", lia-se no *Washington Times*; "Moderadores causam indignação com agressiva verificação de factos de Trump e benevolência em relação a Harris", lia-se na Fox News.

O debate presidencial em cinco pontos

Os momentos-chave do embate entre a candidata do Partido Democrata, Kamala Harris, e o candidato do Partido Republicano, Donald Trump.

Economia
Em Filadélfia, Kamala Harris estava obrigada a um equilíbrio difícil no tema que os eleitores mais valorizam na campanha: teria de defender o legado da Administração Biden, de crescimento económico e desemprego mínimo, sem deixar de reconhecer que a classe média se encontra esmagada pelo aumento do custo de vida. A democrata promete criar uma "economia de oportunidades", que passará por apoios à aquisição da primeira casa, créditos fiscais para famílias com filhos e incentivos à abertura de pequenos negócios. Trump, por seu turno, propõe reduzir a inflação através de tarifas sobre a importação de produtos, que tanto Harris como os moderadores do debate alertaram poder ter o efeito contrário.

Aborto
"Se Donald Trump for eleito, vai promulgar uma proibição nacional do aborto", acusou Harris, citando o *Projecto 2025*, documento da ultraconservadora Fundação Heritage que os democratas descrevem como esboço do programa de governo republicano. "Não há razão para decretar uma proibição" nacional, respondeu Trump, porque a revogação de *Roe vs. Wade* pelo Supremo Tribunal veio permitir que cada estado decida o seu quadro legal. "Não sou a favor da proibição do aborto", afirmou o republicano, que tem ziguezagueado sobre o tema nas últimas semanas. Harris, contudo, voltou a apontar os riscos de quadros legais restritivos que surgiram em vários estados desde a decisão do Supremo, referindo casos de vítimas de violação e de incesto obrigadas a levar a gravidez a termo e de mulheres "a sangrar em parques de estacionamento".

Imigração
No momento mais caricato da noite, Trump referiu um boato que tem circulado nos últimos dias nas redes sociais e em imprensa alinhada com o campo republicano: que imigrantes ilegais do Haiti estarão a roubar cães e gatos de estimação em Springfield, no Ohio, para se alimentarem dos animais. "Estão a comer os cães! Estão a comer os gatos!", acusou, perante a gargalhada de Harris, estupefacta. O republicano seria desmentido em directo por David Muir, moderador da ABC News, que disse que as autoridades não tinham qualquer informação credível que corroborasse o rumor. A democrata, por seu turno, lembrou a influência decisiva de Trump para que os republicanos recusassem este ano, no Congresso, um pacote legislativo que teria levado a um reforço de meios de segurança na fronteira.

Democracia
Trump acusou ainda os democratas, infundadamente, de deixar entrar imigrantes ilegais no país para recolher os seus votos. Para além de preparar o terreno para a contestação dos resultados eleitorais caso perca as presidenciais, Trump deu um passo atrás e disse que as recentes declarações em que admitia a derrota de 2020 "por um cabelo" eram "sarcásticas". Ou seja, que continua, afinal, a não reconhecer ter perdido as últimas presidenciais para os democratas, e que se considera vítima de fraude. "Donald Trump foi despedido por 81 milhões de pessoas, sejamos claros sobre isso...", atacou Harris.

Política externa
Na frente externa, Trump apelidou a caótica retirada do Afeganistão em 2021, marcada pela morte de vários militares norte-americanos e o rápido regresso dos taliban ao poder, como "o momento mais embaraçoso da história" dos EUA. Sobre a Ucrânia, Trump voltou a afirmar que dialogará com Putin e Zelensky e que a paz será alcançada, sem detalhar o que um acordo implicará. Quanto a Gaza, Harris repetiu o que tem dito: que os EUA mantêm os seus compromissos históricos perante Israel, mas que a Administração Biden continua a trabalhar por um cessar-fogo e pela libertação dos reféns. Trump foi apocalíptico: "Se ela se tornar Presidente, acredito que Israel não vai existir daqui a dois anos." **P. G.**

Fim da especulação

Taylor Swift declara apoio a Kamala Harris e irrita Trump

Pedro Guerreiro

A cantora pop norte-americana Taylor Swift declarou logo após o debate o seu apoio à candidata dos democratas às eleições presidenciais de Novembro, Kamala Harris.

"Irei votar em Kamala Harris e Tim Walz nas eleições presidenciais de 2024. Vou votar em Kamala Harris porque ela luta pelos direitos e pelas causas que eu creio precisarem de uma guerreira que as defenda", escreveu Taylor Swift na rede social Instagram, elogiando também a escolha da democrata para a vice-presidência: "Fiquei comovida e impressionada pela sua selecção de Tim Walz como companheiro de campanha, que tem lutado há décadas pelos direitos das pessoas LGBTQ+, pela IVF [fertilização *in vitro*], e pelo direito de uma mulher sobre o seu próprio corpo."

Taylor Swift assinou a publicação como "Senhora com gatos e sem filhos", em referência às declarações de J. D. Vance, o candidato republicano à vice-presidência, que ridicularizou mulheres que não têm filhos.

O anúncio de Swift vem colocar um ponto final a meses de especulação sobre quem Taylor Swift apoiaria, apesar de já ser expectável que a artista ficaria do lado de Kamala Harris – em 2020, apoiou a candidatura de Joe Biden.

Numa entrevista ao programa *Fox & Friends*, Trump não resistiu a mostrar a sua irritação pelo apoio de Swift à candidata democrata: "Ela é uma pessoa muito liberal, parece que apoia sempre um democrata e provavelmente irá pagar o preço por isso no mercado."

Swift assinou como "Senhora com gatos e sem filhos"

Venezuela: Congresso espanhol vota a favor de reconhecimento da vitória de González

Leonete Botelho

Governo de Sánchez não quer repetir "erro Guaidó" e mantém pressão diplomática, embora esta não dê sinais de avançar

De valor simbólico, mas sem consequências práticas, o Congresso de Deputados (câmara baixa do parlamento) espanhol aprovou ontem a recomendação do Partido Popular para reconhecer a vitória de Edmundo González Urrutia nas eleições presidenciais da Venezuela.

A proposta do PP contou com 177 votos a favor (deputados do PP, Vox, do PNV, da UPN e da Coligação Canária), 164 contra (PSOE e Sumar, dos partidos do Governo, e a maioria dos seus aliados de investidura) e a abstenção de um deputado não inscrito, e foi aprovada na presença da filha de Edmundo González, exilado em Espanha desde domingo.

O Governo de Pedro Sánchez, porém, não deverá acolher a recomendação aprovada, pois continua alinhado com a estratégia da União Europeia, que também é a de Portugal, de continuar a exigir ao regime de Nicolás Maduro a publicação das actas eleitorais antes de reconhecer qualquer vencedor nas eleições.

Numa visita à China, Sánchez afirmou que a posição de Madrid era clara e não iria mudar. "Pedimos a publicação das actas, não reconhecemos a vitória de Nicolás Maduro e fazemos algo muito importante: trabalhamos para que a unidade da União Europeia nos permita ter uma margem de mediação daqui até ao final do ano", disse aos jornalistas, citado pela Reuters. Espanha e outros países europeus e latino-americanos ainda têm esperança no sucesso de negociações diplomáticas do Brasil e da Colômbia para que Maduro deixe o poder de forma negociada antes do acto de posse, a 10 de Janeiro. No entanto, essa frente diplomática não tem tido nenhum sucesso, e as anunciadas reuniões entre os Presidentes dos três países não se têm realizado.

Assim, o que esses países tentam evitar, acima de tudo, é repetir o "erro Guaidó", ou seja, repetir o fiasco diplomático de reconhecer como Presidente eleito o principal opositor de Maduro, como fizeram com Juan Guaidó em 2019. "Estamos muito castigados, o que aconteceu com Guaidó foi uma operação política fracassada do Ocidente que acabou por cortar as vias de comunicação da Europa e dos Estados Unidos com a Venezuela e empurrou Caracas ainda mais para a Rússia e o Irão", disse ao *El País* uma fonte europeia que esteve envolvida nas negociações com a América Latina naquela época. "Há consciência de que o reconhecimento de Guaidó não teve os efeitos desejados", concorda outra fonte comunitária.

SUSANA VERA7REUTERS

A proposta do PP tem apenas um efeito simbólico

Por outro lado, o exílio de Edmundo González Urrutia, consentido pelo regime chavista, foi também negociado com Espanha, através de José Luis Zapatero, o que reduz a margem para o Governo de Sánchez reconhecer a vitória do opositor de Maduro.

Embora não sejam conhecidos os termos acordados, o jornal argentino *Clarín* noticiou que o cerco da Embaixada da Argentina em Caracas e a decisão de revogar a autorização dada ao Brasil para representar os interesses daquele país sul-americano fez parte da estratégia do regime chavista para forçar o exílio de Urrutia. A intenção seria debilitar a liderança da oposição e gerar uma frustração nas bases da dissidência para reduzir os protestos. "Usaram a embaixada argentina sob a protecção do Brasil como parte de uma enorme pressão sobre González Urrutia para convencê-lo a abandonar o país", disse ao jornal uma "alta fonte da diplomacia brasileira".

Certo é que o cerco foi levantado no domingo à noite e a energia eléctrica foi restabelecida naquela embaixada, onde se encontram refugiados, desde Março, seis dirigentes do partido Vamos Venezuela, de Urrutia e María Corina Machado, o principal rosto da oposição. "Esta foi uma operação de uma notável audácia, sem nenhuma ética, mas realmente muito bem armada para dar o resultado que é este triunfo para o regime", acrescentou a mesma fonte.

A partir de Espanha, Edmundo González publicou uma mensagem na rede social X em que afirma que a sua decisão pelo exílio foi tomada "a pensar na Venezuela": "Só a democracia e a realização da vontade popular pode ser o caminho para o nosso o futuro como país e é nisso que sigo comprometido." Mas a sua saída da Venezuela reduziu ainda mais as esperanças de mudança política, como disseram vários analistas à Reuters, pois Maduro tem ignorado todas as pressões diplomáticas.

Sob contestação, México aprova reforma judicial em que juízes passam a ser eleitos

Enquanto os senadores discutiam a reforma, manifestantes invadiram o edifício do Senado entre gritos de "traidores"

O Senado do México aprovou, na madrugada de ontem, uma ampla reforma do sistema judicial cuja pedra angular é a eleição de todos os juízes por voto popular, uma transformação profunda assente numa medida rara que os críticos temem que possa ameaçar o Estado de direito e prejudicar a economia.

O Senado vai agora debater as reservas levantadas pelos legisladores antes de dar a aprovação final à reforma proposta pelo Presidente cessante, Andrés Manuel López Obrador, e que foi aprovada pela câmara baixa na semana passada. A favor da aprovação geral votaram 86 senadores, o número mínimo exigido, enquanto 41 votaram contra.

Miguel Angel Yunes, do partido da oposição PAN, que está a braços com um processo judicial, rompeu dramaticamente com as fileiras do partido para dizer que seria a favor da reforma, dando efectivamente ao partido Morena, no poder, e aos seus aliados a maioria de dois terços necessária para aprovar a reforma constitucional.

Os principais parceiros comerciais do México, os Estados Unidos e o Canadá, advertiram que a revisão poderia minar o pacto comercial USMCA (EUA, México e Canadá) e provocar impactos negativos no investimento.

A reforma também assustou os mercados, com o peso mexicano a desvalorizar-se 17% desde as eleições de 2 de Junho, em que o partido no poder, o Morena, venceu por uma esmagadora maioria, elegendo Claudia Sheinbaum para suceder a Obrador.

Os deputados da oposição acusaram o bloco no poder de utilizar tácticas dissimuladas para garantir os votos necessários, alegando que um senador tinha sido detido numa tentativa de o impedir de votar e que outros tinham sido pressionados ou subornados. O partido Morena, no poder, negou as alegações.

López Obrador considera a reforma vital para manter a integridade do sistema judicial mexicano e garantir que este serve o povo e não os interesses criminosos. Os críticos, no entanto, preocupam-se com o facto de se tratar de uma concentração alarmante de poder por parte do Morena.

Os críticos consideram que as medidas ameaçam o Estado de direito e prejudicam a economia

A espinha dorsal da reforma constitucional prevê a eleição por voto popular de mais de 6500 juízes e magistrados, incluindo os do Supremo Tribunal.

A reforma reduz igualmente o número de juízes do Supremo Tribunal de Justiça de 11 para nove, reduz a duração dos seus mandatos para 12 anos, suprime o requisito de idade mínima de 35 anos e diminui para cinco anos a experiência profissional necessária.

Enquanto os senadores discutiam a reforma, na terça-feira, dezenas de manifestantes invadiram o edifício do Senado agitando bandeiras mexicanas e gritando "traidores", forçando a sessão a ser interrompida.

Os manifestantes forçaram a entrada no edifício do Senado quando o debate estava a decorrer, marcando uma escalada de semanas de protestos generalizados contra a reforma, que os críticos temem que possa minar o Estado de direito do país.

O presidente do Senado, José Gerardo Fernández, suspendeu a sessão e pediu aos deputados que mantivessem a calma, enquanto os manifestantes invadiam o piso superior do hemiciclo, gritando "traidores" em oposição à reforma. O debate foi transferido para a antiga base do Senado, o edifício Xicotencatl, e retomado já à noite, prolongando-se até de madrugada.

López Obrador e a Presidente eleita, Claudia Sheinbaum, defenderam vigorosamente a reforma como essencial para responsabilizar os juízes e reduzir a corrupção. Sheinbaum, que tomará posse a 2 de Outubro, terá de gerir as consequências da reforma, que corre o risco de dominar os primeiros meses do seu mandato. **PÚBLICO/Reuters**

Governo Barnier na próxima semana

André Certã

O primeiro-ministro francês, Michel Barnier, nomeado por Emmanuel Macron no início do mês, afirmou ontem que a composição do próximo Governo francês será divulgada na próxima semana.

Michel Barnier falou aos *media* durante uma visita à *rentrée* parlamentar do Horizontes, partido da coligação macronista, anteriormente conhecida como "maioria presidencial".

"Na próxima semana, teremos um governo", anunciou Barnier, acrescentando que queria "escolher metódica e seriamente" os membros do novo executivo.

O novo primeiro-ministro afirmou que iria ouvir "toda a gente" e que já se tinha encontrado com a maior parte dos presidentes dos grupos parlamentares.

A composição do governo de Michel Barnier, nomeado depois de um longo período de 51 dias após a demissão do antecessor, Gabriel Attal, é ainda uma incógnita face a que forças irão encontrar representação, tendo o próprio afirmado que queria ter "homens e mulheres com competências" de centro, da direita e também "gente de esquerda".

Michel Barnier assegurou que a escolha do novo Governo francês será feita "metódica e seriamente

Nos partidos de esquerda, mantém-se a intransigência na rejeição ao governo de Barnier, um militante do partido de centro-direita Os Republicanos escolhido por Macron, apesar da vitória da coligação de esquerda Nova Frente Popular nas eleições legislativas de Junho.

Uma fonte próxima de Olivier Faure, secretário-geral do Partido Socialista (PS) francês, contactada pela FranceInfo, afirma que "Michel Barnier só vai conseguir recrutar pessoas antiquadas e de segunda categoria à esquerda".

Karim Bouamrane, membro do PS e presidente da câmara da cidade de Saint-Ouen, nos arredores de Paris, afirmou à FranceInfo que foi convidado para fazer parte do governo, mas recusou por considerar "um embaraço" juntar-se a este executivo, por entender que Barnier é "um primeiro-ministro de direita, validado e apoiado pela União Nacional".

Em Kiev, Blinken não se compromete com mísseis contra território russo

João Ruela Ribeiro

Biden tinha dito que a Casa Branca está a trabalhar para autorizar a Ucrânia a usar mísseis de longo alcance contra a Rússia

Os aliados ocidentais da Ucrânia estão a ponderar autorizar Kiev a utilizar mísseis de longo alcance para atacar o território russo em profundidade. Os chefes da diplomacia norte-americana e britânica reuniram-se ontem com o Presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, em Kiev.

O encontro de Antony Blinken e de David Lammy com Zelensky ontem na capital ucraniana é visto como crucial para os esforços da Ucrânia em conseguir persuadir os seus parceiros ocidentais, sobretudo os EUA, a permitir que os mísseis de longo alcance fornecidos às forças ucranianas sejam usados para atacar o território da Federação Russa.

Há meses que a Ucrânia tem apelado aos seus parceiros ocidentais para que seja dada autorização para usar os mísseis de longo alcance – os norte-americanos ATACMS e os franco-britânicos Storm Shadow – para atacar alvos militares na Rússia. No entanto, a relutância dos aliados, sobretudo dos EUA e da Alemanha, tem travado essa decisão, por receio de despertar uma escalada por parte da Rússia no conflito que já leva mais de dois anos e meio.

À chegada à Ucrânia, Blinken apenas disse que pretende "escutar directamente da liderança ucraniana" quais são os seus "objectivos" e o que podem os EUA fazer "para apoiar essas necessidades".

"Escutar" foi também o verbo utilizado por Lammy para se referir à sua missão na primeira viagem a Kiev desde que foi nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros. "Estamos aqui para escutar, para perceber o plano, para perceber a estratégia e perceber quais são as necessidades ao longo de uma grande quantidade de frentes", afirmou numa conferência de imprensa conjunta.

Em termos concretos, Lammy anunciou um pacote de assistência militar no valor de 600 milhões de libras (709 milhões de euros), que até ao final do ano vai garantir o envio de centenas de mísseis antiaéreos, dezenas de milhares de munições de artilharia e mais veículos blindados.

Ao seu lado, Zelensky manifestava um optimismo moderado para as conversações com os chefes da diplomacia norte-americana e britânica. "É uma pena que não dependa do meu optimismo; depende do optimismo deles. Vamos contar com decisões fortes sobre isto", afirmou.

Antes de Blinken ter embarcado para Kiev, o Presidente norte-americano, Joe Biden, deu um sinal importante de que a linha vermelha fixada contra o uso de mísseis de longo alcance contra o território russo poderá estar a perder força. Questionado sobre se a Casa Branca iria permitir o recurso a este armamento contra alvos russos, Biden respondeu: "Estamos a trabalhar nisso neste momento."

Na capital ucraniana, no entanto, nada foi adiantado publicamente em relação a esta decisão. Numa entrevista na véspera à Sky News, Blinken manteve uma postura cautelosa e disse que, embora Washington não rejeite totalmente essa opção, o processo será lento. "Nunca excluímos [a possibilidade de autorizar a Ucrânia a atacar alvos na Rússia com mísseis de longo alcance], mas quando decidirmos queremos ter a certeza de que isso é feito de uma forma que possa ajudar a Ucrânia a avançar rumo ao que está a tentar alcançar", explicou.

O Kremlin voltou a lançar alertas para uma eventual resposta dura por parte da Rússia perante esse cenário. "O envolvimento dos EUA e dos países europeus no conflito com a Ucrânia é directo e cada novo passo aumenta o grau deste envolvimento", afirmou o porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov.

Sem poder ainda celebrar o apagamento de mais uma linha vermelha que condiciona o apoio ocidental ao esforço de guerra ucraniano, Zelensky empenhou-se em falar do seu plano para acabar com a guerra, cujos pormenores não são ainda publicamente conhecidos, mas que pretende apresentar a Biden e aos dois candidatos à Casa Branca ainda neste mês.

"Se os aliados o apoiarem, será mais fácil que a Ucrânia force a Rússia a acabar a guerra", afirmou.

MARK SCHIEFELBEIN/REUTERS

Blinken e Lammy visitaram Kiev para se reunirem com Zelensky

600

O novo ministro dos Negócios Estrangeiros britânico anunciou um pacote no valor de 600 milhões de libras

Amnistia alerta para "repressão brutal" no Irão

Os iranianos continuam a sofrer as consequências devastadoras da repressão brutal das autoridades contra os protestos de 2022

A Amnistia Internacional (AI) alertou ontem para a continuação da "repressão brutal das autoridades" do Irão e da impunidade que as protege, dois anos após os grandes protestos para exigir igualdade de género e respeito pelos direitos fundamentais.

"As pessoas no Irão continuam a sofrer as consequências devastadoras da repressão brutal das autoridades contra o protesto 'Mulher, Vida e Liberdade', num contexto de impunidade sistemática dos crimes cometidos ao abrigo do direito internacional", acusa a AI em comunicado ontem divulgado para assinalar o segundo aniversário das manifestações ocorridas entre Setembro e Dezembro de 2022.

Os protestos foram desencadeados pela morte, em 16 de Setembro, de uma jovem curda de 22 anos, Mahsa Amini, detida três dias antes pela polícia dos costumes iraniana, por suposto uso indevido do véu islâmico.

Os protestos contra o uso da força no Irão foram dando lugar a manifestações de apoio às mulheres cada vez maiores e em mais cidades, e alargando-se às denúncias contra a actuação da Guarda Revolucionária, a força ideológica do regime de Teerão.

A repressão que se seguiu provocou a morte a mais de 400 pessoas e cerca de 17 mil foram detidas, gerando ampla condenação da comunidade internacional.

Dois anos depois, a Amnistia Internacional lamenta que não tenham sido realizadas "investigações criminais eficazes, imparciais e independentes sobre as graves violações dos direitos humanos e os crimes de direito internacional", que incluíram o uso de armas de fogo, espingardas de assalto, balas, gás lacrimogéneo e espancamentos com bastões.

"As autoridades têm procurado silenciar os familiares que procuram a verdade e a justiça para as mortes ilegais dos seus entes queridos através de detenções arbitrárias, acções judiciais injustas, ameaças de morte e outras perseguições implacáveis", declara a AI. Além disso, as autoridades intensificaram os seus abusos e desencadearam "uma guerra contra as mulheres e as raparigas" que desafiam "as leis draconianas sobre o uso obrigatório do véu".

Mundo

“Programar o esquecimento de Cabral só pode ser uma grande estupidez”

Paula Torres de Carvalho

Sem honras oficiais na Guiné-Bissau e tímida solenidade em Cabo Verde, celebra-se o centenário de Amílcar Cabral

Líder da luta anticolonialista e de libertação nacional em Cabo Verde e na Guiné-Bissau, assassinado na Guiné-Conacri com 49 anos, Amílcar Cabral é hoje considerado um dos mais prestigiados políticos do século XX. Os seus ideais ultrapassaram fronteiras e influenciaram gerações de africanos e a celebração do aniversário do seu nascimento, a 12 de Setembro de 1924, estende-se, hoje, a vários países.

Em Cabo Verde, as principais iniciativas estão nas mãos da sociedade civil e da Fundação Amílcar Cabral, com a participação da Presidência da República. O ponto alto foi um simpósio internacional que decorreu na passada segunda-feira na cidade da Praia e que se realiza hoje em Bissau, onde Cabral nasceu, com a presença de alguns dos seus companheiros de luta.

Carlos Nunes Fernandes dos Reis foi um deles. Natural da ilha de S. Vicente, foi ministro do Governo de Transição para a Independência de Cabo Verde e ministro da Educação e da Cultura, tendo sido ainda embaixador de Cabo Verde em Portugal. Hoje com 78 anos, recorda Cabral como um homem “simples, sedutor como ser humano, excepcionalmente inteligente e um comunicador nato.”

Em reacção à recente posição do Parlamento cabo-verdiano de rejeitar o projecto de resolução das comemorações do centenário de Cabral em Cabo Verde, Carlos Reis é peremptório: “Quando se cospe para o céu, corre-se sempre o risco de receber o cuspo no próprio rosto. Programar o esquecimento de Cabral só pode ser uma grande estupidez.”

Foi em Agosto de 1968, em Argel, que conheceu Amílcar Cabral, tinha então 21 anos e era estudante em Lisboa. Frequentava o Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, tendo aderido ao Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) em 1965, então uma organização clandestina em Portugal e Cabo Verde.

“Como membro do PAIGC, através da mensageira que ele enviara a Portugal, a Elisabeth Monteiro, encontrei-me com Cabral durante a V Cimeira da Organização da Unidade Africana (OUA). Recebi instruções sobre a luta política em Cabo Verde e informações sobre a situação da luta na Guiné-Bissau”, conta. “Foi um encontro marcante e ainda hoje revejo a sua linguagem gestual quando me disse que estava com muitas perguntas cujas respostas exigiam tempo, pelo que seria melhor adiar o regresso para poder falar comigo com calma e conhecer outros camaradas.” Foi a oportunidade de Reis “reencontrar a Elisa Andrade que já conhecia, conhecer o grande intelectual angolano que foi Mário de Andrade, e outras pessoas como Manuel Alegre.”

“Sólida cultura política”

Mesmo antes de conhecer Amílcar Cabral, 20 anos mais velho, Carlos Reis afirma que já nutria por ele uma enorme admiração. “Depois disso, só tive razões para o admirar ainda mais. A leitura dos seus textos sempre me motivou para a luta. Ele conseguia fazer acreditar no que escrevia. A sua inteligência aliava-se a uma sólida cultura política, que facilitava a grande capacidade de comunicação de que era possuidor.”

Carlos Reis regressou a Lisboa e seguiu depois para Cabo Verde, onde ajudou a “dinamizar a frágil organização partidária existente, numa altura em que a PIDE tinha prendido vários jovens acusados de pertencerem ao movimento para a independência de Cabo Verde.”

Em Janeiro de 1970, desembarcou em Conacri, capital da Guiné-Conacri, onde estava instalada a sede do secretariado do PAIGC, aderindo à luta armada pela independência da Guiné e de Cabo Verde. Começou então a dar aulas na Escola-Piloto do PAIGC com a conhecida directora Lilica Boal. Amílcar Cabral era visita assídua da escola. “Os jovens adoravam-no e as suas visitas frequentes eram sempre recebidas com muita alegria, como se fosse algo novo. Conhecia o nome de quase todos, e fazia questão de falar com eles.” Recorda que os jovens, a maioria camponeses, “eram, geralmente, pessoas muito educadas, apesar da dureza das condições da sua proveniência. Eram autênticas esponjas prontas a absorver ensinamentos. Guardo ainda hoje recordações de muito afecto com os adultos que muitos deles são.”

Nesse tempo, Carlos Reis recebeu também formação no Centro de Instrução Político-Militar de Boé e, mais tarde, foi colocado na pequena Marinha em formação, no porto de Conacri, onde aprendeu a ser marinheiro e navegador, com o conhecido capitão Herculano Vieira.

BEN MARTIN/GETTY IMAGES

Amílcar Cabral foi assassinado a 20 de Janeiro de 1973

> **Cabral legou ideias que incomodam. São ideias que não pertencem só ao passado. São também ideias do futuro**
>
> **Carlos Reis**
> Antigo embaixador de Cabo Verde em Portugal

E era lá que estava quando as Forças Armadas coloniais portuguesas invadiram a cidade, em 22 de Novembro de 1970, para matar Cabral, decapitar a direcção do PAIGC e derrubar o Governo do Presidente Sékou Touré. Essa operação secreta recebeu o nome de código *Operação Mar Verde*, comandada por Alpoim Calvão, o mesmo que viria a ser, depois do 25 de Abril, um dos operacionais da organização de extrema-direita conhecida como o Exército de Libertação de Portugal (ELP).

Carlos Reis não tinha experiência de guerra. “Limitei-me a juntar-me aos outros. Coincidiu com uma altura em que estava entre a escola-piloto e a Marinha. Um grupo de fuzileiros com experiência de guerra, como o Mateus, Erineu, destacaram-se nas trocas de tiros. A rádio – o principal meio de comunicação – chegou a ser ocupada pelos assaltantes, para serem escorraçados depois. Nem Cabral nem o Presidente Sékou Touré se encontravam em Conacri.”

A operação foi considerada um fracasso. Aumentavam os sinais da perda de poder dos militares portugueses na luta contra o PAIGC: “O uso e abuso de bombardeamentos contra a população. Até bombardearam a delegação da ONU que visitou as regiões libertadas em Outubro de 1972, dando lugar a um comunicado do PAIGC assinado pelo seu secretário-geral, Amílcar Cabral, intitulado *Ataques Terroristas dos Colonialistas Portugueses contra a Delegação da ONU em Visita às Regiões Libertadas*”.

Ideias do futuro

Na noite de 20 Janeiro de 1973, Cabral foi assassinado à porta de sua casa, em Conacri. Carlos Reis não esquece o ambiente de tensão que culminou nesses acontecimentos. “Calhou-me estar de serviço, com um grupo de camaradas. Percebemos que algo estava a ser preparado, sem se saber muito bem o quê, nem de onde nem de quem. Reforçámos a segurança, pessoal e do nosso barco, mais por instinto. Só depois da meia-noite é que tivemos a confirmação do terrível assassinato do nosso líder, através do comandante do destacamento cubano em Conacri. Os primeiros momentos foram de uma forte carga emocional”, conta.

Na “hora da razão” era preciso reunir esforços para assumir as grandes tarefas que Cabral tinha entre mãos: “Atacar Guiledge até à rendição da tropa colonial ocupante, continuar a organização de eleições para a Assembleia Nacional Popular, proclamar a independência da República da Guiné-Bissau, conseguir o apoio diplomático necessário visando o reconhecimento do jovem país e intensificar o trabalho político em Cabo Verde de apoio à independência nacional.”

Carlos Reis realizou várias missões de mobilização política junto das comunidades cabo-verdianas e, depois do 25 de Abril de 1974, foi o primeiro quadro do PAIGC a regressar a Cabo Verde. Hoje, 49 anos depois da independência de Cabo Verde e 51 anos depois de ter sido proclamada a independência da Guiné-Bissau, não tem dúvidas de que a luta de Amílcar Cabral valeu a pena.

“Cabral legou ideias que incomodam. São ideias que não pertencem só ao passado. São também ideias do futuro.” Por isso, diz e repete, sem dúvidas: “Cabral sempre!”

Preço do petróleo dá conforto ao BCE para voltar a cortar juros

Segundo corte de taxas de juro é dado como quase certo na reunião do BCE que se realiza hoje. Christine Lagarde, no entanto, não deverá dar novas pistas em relação ao futuro

Sérgio Aníbal

Com o conforto adicional dado pela recente descida dos preços do petróleo e cumprindo aquelas que são as expectativas dos mercados há já várias semanas, Christine Lagarde deverá anunciar hoje um novo corte nas taxas de juro da zona euro. Continua a haver, no entanto, motivos para pensar que a presidente do Banco Central Europeu (BCE) não se quererá ainda comprometer com novas descidas do custo do dinheiro nos meses seguintes.

Quando o Eurostat revelou, nos últimos dias de Agosto, que no decorrer desse mês a inflação na zona euro tinha caído de 2,6% para 2,2% – o valor mais baixo em mais de três anos –, a generalidade dos analistas concluiu que acabavam aí as dúvidas em relação ao que o BCE irá fazer na reunião agendada para hoje: depois do primeiro corte realizado em Junho e de uma pausa na reunião de Julho, vai ser feita uma nova descida de 0,25 pontos percentuais na taxa de juro de depósito, que passará a ficar assim situada nos 3,5%.

Desde a divulgação dos dados da inflação de Agosto até hoje, não houve motivos que levassem a mudar esta perspectiva. Antes pelo contrário.

Para além de continuarem a surgir sinais claros de que a economia europeia está a crescer a um ritmo muito lento (variação do produto interno bruto de 0,2% no segundo trimestre) e que a sua principal potência, a Alemanha, pode estar mesmo em recessão (contracção de 0,1% no segundo trimestre), as notícias provenientes dos mercados da energia, que em 2022 tinham desempenhado um papel decisivo na explosão das pressões inflacionistas mundiais, foram também positivas.

O preço de petróleo Brent caiu, pela primeira vez em três anos, abaixo dos 70 dólares por barril e vários bancos de investimento estão agora a apostar que a barreira dos 60 dólares possa também vir ser a quebrada até ao final deste ano.

Isto torna inevitável que se venham a sentir nos preços, não só da gasolina como de outros produtos, os efeitos positivos da redução da factura do petróleo, dando assim um maior conforto aos responsáveis do BCE relativamente à forma como irá evoluir a inflação na zona euro ao longo dos próximos meses.

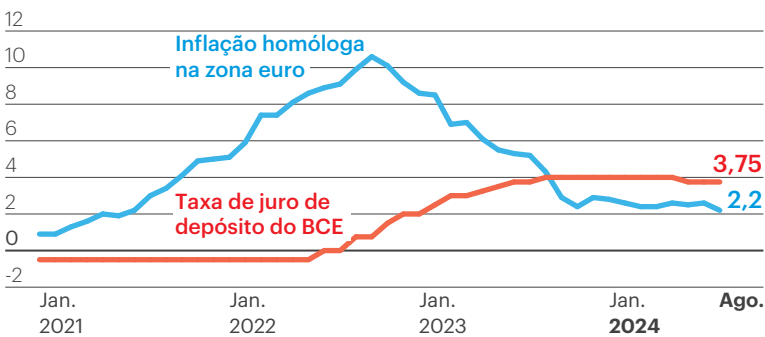
RONALD WITTEK/LUSA

Presidente do BCE deverá optar, nesta fase, por não se comprometer com um ritmo específico de descida das taxas

O que fará o BCE perante o abrandamento dos preços?
Em percentagem

12
10
8
6
4
2
0
-2

Inflação homóloga na zona euro
Taxa de juro de depósito do BCE
3,75
2,2

Jan. 2021 | Jan. 2022 | Jan. 2023 | Jan. 2024 | Ago.

Fonte: BCE, Eurostat | PÚBLICO

O preço de petróleo Brent caiu, pela primeira vez em três anos, abaixo dos 70 dólares por barril

Para além disso, o outro motivo para Christine Lagarde e os seus pares estarem convencidos a voltar a cortar as taxas de juro hoje é a expectativa também bastante forte de que a Reserva Federal norte-americana, na reunião agendada para a próxima semana, irá também ela dar início a um ciclo de corte de taxas de juro. Isto reduz o risco de uma depreciação do euro face ao dólar nos mercados cambiais, que teria como efeito um aumento das pressões inflacionistas por via das importações.

Ainda dependente dos dados

Se em relação ao que acontecerá hoje às taxas de juro não há praticamente dúvidas, já no que diz respeito àquilo que será feito pelo BCE nos próximos meses mantêm-se algumas incertezas. E Christine Lagarde, tudo indica, fará questão de não as dissipar, quando responder aos jornalistas na conferência de imprensa a seguir à reunião. Tudo aponta para que a presidente do BCE prefira, nesta fase, não se comprometer com um ritmo específico de descida das taxas de juro. O lema irá ser, como em anteriores reuniões, o de que o banco central é uma entidade "dependente dos dados", pelo que eventuais decisões de novas descidas de taxas de juro apenas irão ser tomadas se a evolução dos indicadores continuar a ser, a cada momento, aquela que o BCE quer ver.

Esta prudência no discurso, sem dar muitas pistas em relação ao futuro, acontece porque dentro do conselho do BCE um elevado número de governadores ainda está longe de estar convencido de que a batalha contra a inflação está vencida. E continuam a considerar que o risco de o BCE não fazer o suficiente para eliminar o risco de inflação ainda é maior do que o risco de o BCE estar a ir longe de mais, empurrando a zona euro para uma recessão.

O principal argumento usado por estes responsáveis é a persistência de uma taxa de inflação bastante elevada nos serviços. Em Agosto, este indicador cifrou-se em 4,2%, um valor que representou mesmo uma subida face aos 4% de Julho.

A inflação nos serviços é vista como uma pista para aquilo que pode ser o impacto da evolução dos salários na inflação futura. É neste sector que a remuneração dos trabalhadores tem mais peso no preço final pago pelo consumidor e o facto de a inflação nos serviços dar, para já, pouco sinais de descida faz aumentar os receios de que a zona euro possa entrar numa espiral salários-preços.

Noutros indicadores, começam a observar-se sinais de um arrefecimento do mercado de trabalho, com um ligeiro abrandamento das actualizações salariais, mas, ainda assim, os membros mais conservadores do banco central preferem ver uma evolução mais favorável da inflação nos serviços, antes de avançarem para novos cortes.

Nos mercados, a expectativa é neste momento, em média, que o BCE, depois do corte de taxas de juro de hoje, venha a realizar nova pausa nas reuniões de Outubro e Novembro, regressando a uma tendência descendente de taxas de juro apenas em Dezembro.

Governo demite presidente do IAPMEI e escolhe gestor do BCP

Victor Ferreira

Luís Guerreiro iria cumprir o primeiro ano de mandato no sábado. Segue-se José Pulido Valente à frente do IAPMEI

O ministro da Economia, Pedro Reis, demitiu o presidente do IAPMEI, Luís Guerreiro, a quatro dias de este último cumprir o seu primeiro ano de mandato na liderança da Agência para a Competitividade e Inovação. O sucessor será José Pulido Valente, um gestor do BCP que o Governo apresenta como alguém com "uma vasta carreira na área da banca, tendo passado pelas diversas áreas que se cruzam com as competências do IAPMEI". Ao que o PÚBLICO confirmou, o ministro Pedro Reis convocou Luís Guerreiro na terça-feira, 10 de Setembro, ao fim da tarde, para lhe comunicar que seria dispensado.

Apesar de ter tecido elogios ao agora ex-presidente – que tinha sido nomeado pelo anterior ministro António Costa Silva –, Pedro Reis terá justificado a demissão com a vontade de imprimir uma nova dinâmica ao IAPMEI, que é uma das agências públicas mais importantes no apoio às empresas portuguesas.

Num comunicado do Ministério da Economia, emitido depois da notícia da exoneração avançada pelo PÚBLICO, o gabinete de Pedro Reis disse que pretende "dar um novo impulso" àquela agência, que tem um papel fundamental na gestão de diversos programas de fundos europeus, em particular nas componentes do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e do PT 2030 direccionadas ao tecido empresarial.

"Inicia-se assim uma nova etapa do IAPMEI, focada na necessidade de melhorar o nível de serviço com as empresas e a eficiência da instituição, bem como a celeridade na avaliação e resposta aos programas de incentivo em curso", acrescenta o mesmo comunicado, aludindo assim, nas entrelinhas, às críticas que têm sido feitas por empresários, deputados e outras partes interessadas por causa dos atrasos ou da demora na avaliação, aprovação ou pagamento de apoios às empresas.

A direcção, que tem quatro lugares (presidente, vice-presidente e dois vogais), fica assim reduzida a duas pessoas: Sara Carrasqueiro (vice-presidente) e Nuno Gonçalves (vogal). Ambos estão numa situação precária. A "vice" está no cargo em regime de substituição, havendo um processo de selecção a decorrer na Cresap – Comissão de Recrutamento e Selecção para a Administração Pública, e o vogal terminou o seu mandato em Março. O concurso para essa posição ainda nem sequer foi aberto.

Na Cresap há um segundo processo de recrutamento em curso, que diz respeito à posição de vogal que era exercida por Marisa Garrido, que deixou o IAPMEI para assumir, em Abril, um lugar no Governo actual, como secretária de Estado da Administração Pública. Luís Guerreiro despediu-se ontem da instituição e hoje já não estará a trabalhar. Reuniu-se ontem com as equipas do IAPMEI para anunciar a saída.

José Pulido Valente assume o cargo em substituição, até à conclusão do procedimento concursal na Cresap. Sobre o gestor, o ministério afirma que "começou o seu percurso em 1983, no Banco Pinto & Sottomayor, como analista do departamento de Internacional. Em 1985, foi liderar o departamento jurídico do BCP, onde mais tarde veio a desempenhar funções de responsável pelo marketing, de director-geral do Private Banking e director-geral do Departamento de Qualidade. Em 1997 assumiu a presidência do antigo Banco 7 e em 2001 o cargo de CEO do ActivoBank. Foi ainda vice-CEO do ActivoBank em Espanha, até 2003, director-geral da rede de retalho do Millennium BCP para a região sul, até 2006, e director de Corporate Banking até 2021. Foi director coordenador da Direcção de Crédito Especializado e Imobiliário até ao momento. José Pulido Valente é licenciado em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa, foi bolseiro da Hanns-Seidel Stiftung em Munique, é pós-graduado em Direito Comunitário pela Universidade Católica e em Direito da Internet pela Faculdade de Direito de Lisboa. Concluiu o INSEAD Eureko Program e o Programa de Alta Direcção de Empresas da AESE".

RUI GAUDÊNCIO

Ministro comunicou exoneração a Luís Guerreiro na terça-feira

Mas, ao contrário do que aconteceu na AICEP, cuja administração foi dissolvida, no caso do IAPMEI mantêm-se em funções a vice-presidente e o vogal. Nesta agência o Governo vai aguardar pelas decisões da Cresap, em relação aos candidatos que se apresentaram nos dois concursos de recrutamento que estão a decorrer, e depois, escolher entre os candidatos que vierem a se aprovados. E que podem muito bem ser os mesmos que hoje em dia já estão na cúpula do IAPMEI.

Rendas aumentam 2,16% em 2025, confirma o INE

Rafaela Burd Relvas

Dados da inflação até Agosto levam a que as rendas possam ser actualizadas até um máximo de 2,16% em 2025

As rendas actualmente em vigor vão estar sujeitas a uma actualização máxima de 2,16% no próximo ano. O valor resulta dos dados da inflação ontem divulgados, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), que confirma os dados preliminares que tinham sido publicados no final do mês passado.

A actualização anual das rendas em vigor resulta das normas definidas no Novo Regime do Arrendamento Urbano (NRAU) e no Novo Regime do Arrendamento Rural, que determinam que o valor cobrado pelos senhorios pode ser actualizado, anualmente, em função da variação média dos últimos 12 meses do índice de preços no consumidor, sem a componente de habitação, registada em Agosto do ano anterior a que respeita a actualização, de acordo com os dados apurados pelo INE.

Em Agosto deste ano, de acordo com os dados definitivos agora confirmados pelo INE, fixou-se em 2,16%. Assim, o coeficiente de actualização de rendas em 2025 será de 1,0216, depois de, este ano, os senhorios já terem actualizado as rendas no valor máximo de 6,94%, o nível mais elevado em três décadas.

Em termos práticos, este coeficiente significa que, por cada 100 euros de renda, os senhorios poderão pedir mais 2,16 euros por mês no próximo ano, se assim o entenderem (uma vez que a actualização não é obrigatória). Numa renda que hoje seja de 1000 euros, por exemplo, poderá haver uma actualização para 1021,6 euros a partir de 2025. Para que isso aconteça, os senhorios que decidam actualizar as rendas devem comunicá-lo ao arrendatário através de carta registada, com aviso de recepção, com uma antecedência mínima de 30 dias.

Não é ainda certo que esta actualização venha a aplicar-se sem qualquer medida de apoio para aqueles que sejam afectados por ela, à semelhança do que foi feito nos últimos dois anos. Em 2023, recorde-se, o Governo de então impôs um limite de 2% à actualização das rendas, impedindo que houvesse um aumento de 5,43%, como aconteceria se tivesse sido aplicado o coeficiente que resultava dos dados da inflação. Já em 2024, não foi imposto qualquer travão à actualização máxima de 6,94%

Uma renda que hoje seja de 1000 euros poderá ser actualizada para 1021,6 euros a partir de 2025

que resultou dos dados da inflação, mas o Governo reforçou o apoio extraordinário à renda para mitigar o impacto da actualização.

Quanto ao próximo ano, fica por esclarecer, para já, se haverá alguma medida. Em declarações recentes ao PÚBLICO, fonte oficial do Ministério das Infra-estruturas e da Habitação referiu que "o Governo ainda está a analisar o assunto", sem esclarecer se admite, ou não, vir a criar novos apoios para os inquilinos que vejam as rendas a ser actualizadas em 2025.

Inflação recua para 1,9%

O INE confirmou ontem que a variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor (IPC) foi de 1,9% em Agosto, uma taxa inferior em 0,6 pontos percentuais (p.p.) à que havia sido registada em Julho.

A influenciar a descida esteve a evolução dos preços dos produtos energéticos, cujo índice diminuiu para -1,5%, depois de uma subida de 4,2% em Julho. O INE explica que este efeito se deve à combinação da redução mensal nos preços dos combustíveis e lubrificantes (-2,5%) "com o efeito de base associado ao aumento registado em Agosto de 2023 (9,3%)". Por exemplo, a variação do preço do gasóleo foi de -2,93%.

Também contribuiu para a descida do IPC a desaceleração dos preços dos alimentos não transformados (a variação do índice foi 0,8%, que compara com os 2,8% em Julho), e em particular da fruta fresca e frigorificada, em que houve uma diminuição de 4,20%. Mais uma vez, o contributo é mais evidente devido ao efeito de base associado ao aumento de 3,9% registado em Agosto de 2023.

Excluindo da análise os preços dos produtos energéticos e alimentares não transformados, o indicador de inflação subjacente aumentou 2,4%, que é uma variação idêntica à observada em Julho. **com Ana Brito**

CIP admite entrar num novo acordo de concertação social

Pedro Crisóstomo

Governo lança reuniões bilaterais com os parceiros sociais já na próxima semana para preparar a fixação do salário mínimo

RUI GAUDÊNCIO

Concertação Social teve ontem presença de três ministros

O presidente da CIP – Confederação Empresarial de Portugal, Armindo Monteiro, admite voltar a assinar um acordo de concertação social, se o compromisso incluir algumas das propostas que a confederação apresentou para fazer crescer a economia portuguesa.

No final da reunião de ontem entre os parceiros sociais e o Governo, a ministra do Trabalho, Rosário Palma Ramalho, anunciou que o executivo irá fazer uma ronda de reuniões bilaterais com todas as confederações patronais e centrais sindicais. A previsão é que haja, depois, um novo encontro de concertação a 25 de Setembro, adiantou o presidente da Confederação do Turismo de Portugal (CTP), Francisco Calheiros.

Não é certo que haja um novo compromisso formal que reveja ou substitua o "acordo de médio prazo" negociado pelo anterior Governo de António Costa em 2022 e actualizado em 2023. Mas há, para já, um palco de negociações nas próximas semanas para ver onde é que o actual Governo de Luís Montenegro e os parceiros se encontram em relação a medidas que melhorem os "rendimentos" e a "competitividade" da economia portuguesa.

E, em relação a isso, o presidente da CIP admite que "vale a pena pensar no longo-médio prazo". Se, há um ano, a CIP ficou de fora da nova versão do acordo, agora admite regressar a um entendimento, impondo como contrapartida que algumas das propostas do "pacto social" que a confederação já apresentou sejam acolhidas.

"Não estamos a dizer que têm de ser todas aceites, mas aquelas que nos parecem mais importantes, que têm que ver com a retenção dos jovens, o aumento da produtividade, a capitalização das empresas", afirmou Monteiro. E observou que, se o executivo do PSD e CDS-PP, em relação à subida do salário mínimo, projecta uma meta de mil euros em 2028, deve também apostar num compromisso plurianual.

"Se pudermos acrescentar a ambição que temos de aumento de rendimento, crescimento da economia e simplificação da economia, estaremos todos satisfeitos para fazer um *upgrade* do acordo. A CIP não faz finca-pé (mas também não faz de conta)", disse.

O 15.º mês

Uma das iniciativas que a CIP já colocou em cima da mesa há um ano passa por isentar de IRS e de contribuições sociais as remunerações que as empresas paguem aos seus trabalhadores como uma espécie de prémio salarial (um 15.º mês). A ideia, correspondendo às aspirações da confederação empresarial, faz parte do programa do Governo, onde aparece justamente uma medida para isentar de imposto e taxa social única os prémios de valor até 6% da remuneração-base anual.

Questionada se essa iniciativa avançará já na proposta de Orçamento do Estado para 2025, a ministra do Trabalho não o clarificou, mas disse duas vezes que está "confiante" e recordou que a medida faz parte do programa do Governo.

Uma das matérias a discutir será o salário mínimo. Ontem, o executivo não apresentou uma proposta para o valor a fixar para 2025

Quanto à possibilidade de assinar com os parceiros um novo acordo, Rosário Palma Ramalho não o deu como certo, mas também não o excluiu, respondendo: "Ver-se-á." Contudo, disse-o depois de lembrar que o compromisso anterior tem um "horizonte temporal até 2026" e que o horizonte a discutir agora "será aquilo que os parceiros decidirem".

Uma das matérias a discutir entre as partes será a actualização do valor do salário mínimo, que está neste momento nos 820 euros mensais. Na reunião de ontem, porém, o executivo não apresentou uma proposta para o valor a fixar para 2025.

O jornal *Eco* noticiou a intenção do executivo em subir a retribuição mínima para 860 euros, mas a ministra lembrou que "esse valor é completamente especulativo" e que a negociação será com os parceiros e que só mais tarde o número será divulgado oficialmente.

A Confederação do Comércio e de Portugal (CCP) prefere esperar pela divulgação de mais dados económicos do terceiro trimestre para debater o assunto mais à frente, até ao fim do ano; por isso, não quer falar em "números" neste momento, disse o presidente da entidade, João Vieira Lopes.

A ministra do Trabalho salientou que as reuniões são muito mais do que discutir o salário mínimo e que essa é também a perspectiva dos parceiros.

Em nome da União Geral de Trabalhadores (UGT), Mário Mourão ficou satisfeito com as perspectivas económicas apresentadas pelo Governo, dizendo, tal como à entrada para a reunião, haver condições para subir o salário mínimo acima dos 855 euros previstos no acordo de rendimentos de 2022.

E em relação ao objectivo de actualização geral dos salários, a central acredita que será possível fixar de novo uma meta de 5% (igual à deste ano), em vez dos 4,7% previstos no acordo inicial.

Para a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP), que reclamou um aumento do salário mínimo para mil euros já para este ano, a estratégia do Governo não responde aos problemas concretos dos trabalhadores. "Mais uma reunião em que a questão dos salários, dos direitos, da melhoria das condições de vida de quem trabalha passaram completamente à margem", disse Tiago Oliveira.

IRC mínimo de 15% para multinacionais avança

O Governo aprovou ontem, em Conselho de Ministros, uma proposta de lei para que as multinacionais que operam no país estejam sujeitas uma taxa mínima de 15% de IRC, adiantou o ministro da Presidência, Leitão Amaro.

"Hoje aprovámos o regime do IRC mínimo que obriga as multinacionais que operam em Portugal a pagar pelo menos 15% de IRC. É justiça, é equidade social, é permitir que, para que o conjunto dos portugueses paguem menos impostos, todos aqueles que podem, e ainda mais aqueles que podem mais, também paguem a sua parte", destacou o governante. O ministro lembrou o "fenómeno global" de "deslocação de lucros para reduzir a tributação".

Assim, o Governo aprovou "com esta proposta de lei, que transpõe uma directiva europeia, que vem no enquadramento de um acordo global ao nível da OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico], o regime da tributação global mínima, 15% para as multinacionais com presença em Portugal". Garante assim, acrescentou o ministro, que "para reduzir impostos para todos" se possa "fazer com que aqueles que podem também paguem o que não estavam a pagar". Esta é uma "medida de equidade de justiça económica e social", defendeu.

Executivo avança com proposta de lei que transpõe directiva comunitária, mas que ainda tem de passar na AR

Questionado sobre a receita fiscal esperada e o universo de empresas que poderão estar abrangidas, o ministro remeteu respostas para o Ministério das Finanças e para o debate no Parlamento.

A Comissão Europeia propôs em 2021 uma tributação mínima de 15% sobre os lucros das multinacionais na União Europeia (UE), como acordado na OCDE, visando "equidade e estabilidade" fiscal no espaço comunitário. Portugal estava inclusivamente atrasado em cumprir a transposição da directiva, e a Comissão Europeia chegou a abrir um processo de infracção.

Como sinalizou o ministro de Estado e das Finanças, Joaquim Miranda Sarmento, em Julho, a transposição, que "devia ter sido feita até ao final de 2022, já está com um ano e meio de atraso". **Lusa**

CLASSIFICADOS

FACULDADE DE CIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

Dá-se conhecimento público que se encontra aberto um processo de recrutamento e seleção de **um Dirigente Intermédio de 2.º grau,** em regime de contrato de trabalho em comissão de serviço, para os **Serviços Económico-Financeiros,** da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, ao qual podem candidatar-se os indivíduos que reúnam as condições fixadas no aviso disponível nas Notícias do SIGARRA FCUP/Recrutamento, no seguinte endereço:

https://sigarra.up.pt/fcup/pt/NOTICIAS_GERAL.LISTA_NOTICIAS

Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, 12 de setembro de 2024

Vacancy - Embassy of Pakistan, Lisbon

Requisites:

- Higher Secondary School Certificate with proficiency in MS Office and Social Media
- Fluency in English and Portuguese
- Portuguese Nationality/ Residence with a valid driving licence

Applications (Cv and relevant documents) to be submitted by 27 September

To: pareplisbon@outlook.com

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

CONVOCATÓRIA

De acordo com os artigos 23º e seguintes dos Estatutos da APAV, convoca-se a Assembleia Geral da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, para uma sessão ordinária no dia **27 de setembro de 2024,** pelas **17H00,** nas instalações da sua sede na Rua José Estêvão, 135 A, em Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apreciação e votação do orçamento e do plano de atividades para o ano de dois mil e vinte e cinco;
2. Atribuição da qualidade de Associada Honorária a título póstumo a Maria Joana Raposo Marques Vidal.

Recorda-se que não estando presente mais de metade dos Associados com direito a voto à hora supra indicada, a Assembleia Geral reunirá trinta minutos depois com qualquer número de presentes.

Lisboa, 5 de setembro de 2024

Álvaro José Brilhante Laborinho Lúcio
Presidente da Mesa da Assembleia Geral

DMGT - DIREÇÃO MUNICIPAL DE GESTÃO DO TERRITÓRIO

EDITAL N.º ED/561/2024

Alteração N.º 5 À Licença Da Operação De Loteamento Titulada Pelo Alvará De Loteamento N.º 4/2002 - Processo 15/2000/6061/0 - E/50007/2024

João Vasconcelos Barros Rodrigues, Vereador do Pelouro do Urbanismo, Ordenamento e Planeamento, da Câmara Municipal de Braga:
Faz saber que, nos termos do art.º 78.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09 de setembro, por despacho do Vereador do Pelouro do Urbanismo de 2024/07/06, praticado no uso de competências subdelegadas por despacho do Sr. Presidente da Câmara de 2021/10/18, são alteradas as prescrições do **alvará de loteamento n.º 4/2002**, em nome de José Veloso De Azevedo E Minho Investe – Empreendimentos Imobiliários, Lda, respeitante ao prédio sito no lugar da Mourisca, da freguesia de Gualtar, deste concelho, alterações essas que cumprem o PDM e constam do seguinte:
Mantém-se a área total a lotear;
A presente alteração refere-se ao **lote 8 – Banda O** e estabelece o seguinte: a Cota de Implantação passa a ser de 243.04 e a Cota de Soleira de 245.90. Em todo o restante, mantém-se as restantes prescrições do alvará em vigor. Não há lugar à execução de obras de urbanização.
Para constar se mandou passar o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares de estilo, publicitado no site do Município e publicado num jornal de âmbito nacional.

Braga e Direção Municipal de Gestão do Território (DMGT), 12 de setembro de 2024

O VEREADOR,
João Vasconcelos Barros Rodrigues

DMGT - DIREÇÃO MUNICIPAL DE GESTÃO DO TERRITÓRIO

EDITAL N.º 563/2024

Alteração N.º 3 à Licença da Operação de Loteamento Titulada pelo Alvará de Loteamento N.º 97/1983 - Processo 1/1988/9224/0 - E/5449/2024

João Vasconcelos Barros Rodrigues, Vereador do Pelouro do Urbanismo, Ordenamento e Planeamento, da Câmara Municipal de Braga:
Faz saber que, nos termos do art.º 78.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09 de setembro, por despacho do Vereador do Pelouro do Urbanismo de 2024/06/28, praticado no uso de competências subdelegadas por despacho do Sr. Presidente da Câmara de 2021/10/18, são alteradas as prescrições do **alvará de loteamento N.º 97/1983**, em nome de Abimen – Sociedade De Construções, Lda, respeitante ao prédio sito no lugar da Quinta de Gróias, da freguesia de Lamaçães, atualmente integrada na União das Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamaçães deste concelho, alterações essas que cumprem o PDM e constam do seguinte:
Mantém-se a área total a lotear; piscina descoberta no logradouro do **lote 44** (dimensão irregular), 45,00m2. A presente alteração refere-se ao lote 44 e estabelece o seguinte: construção de piscina no logradouro do lote (dimensão irregular): 45,00m2. Em tudo o resto, mantém-se as restantes prescrições do alvará em vigor. Não há lugar à execução de obras de urbanização.
Para constar se mandou passar o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares de estilo, publicitado no site do Município e publicado num jornal de âmbito nacional. Braga e Direção Municipal de Gestão do Território (DMGT).

Braga e Direção Municipal de Gestão do Território (DMGT), 12 de setembro de 2024

O VEREADOR,
João Vasconcelos Barros Rodrigues

EDITAL

ROCHA NEVES, Presidente do Conselho de Deontologia do Porto da Ordem dos Advogados Portugueses, em cumprimento do disposto nos artigos 174.º e 202.º do Estatuto da Ordem dos Advogados, aprovado pela Lei 145/2015, de 9 de setembro, com as alterações introduzidas pela lei 6/2024, de 19 de Janeiro;
Faz saber publicamente que, por Acórdão do Conselho de Deontologia do Porto de 23 de setembro de 2022, ratificada, nos termos do disposto no artigo 140.º/2 do Estatuto da Ordem dos Advogados, por Acórdão do Conselho Superior da Ordem dos Advogados de 5 de junho de 2023, foi aplicada ao **Sr. Dr. Luis Gonzaga Silva Bastos,** atualmente com a inscrição como Advogado suspensa e que, enquanto com a inscrição ativa, foi portador da cédula profissional n.º 3380L, com último domicílio profissional conhecido na Rua Prof. José Ruela Ramos, 10, em Pardilhó, Estarreja, **a pena disciplinar de Expulsão,** por violação dos deveres previstos nos artigos 70.º/1, 88.º, 97.º/1/2 e 101.º/1/2 do Estatuto da Ordem dos Advogados em vigor.
O cumprimento da presente pena teve o seu início a 2 de setembro 2024, findo o prazo previsto no artigo 173.º, n.º 1 do Estatuto da Ordem dos Advogados atualmente em vigor - conjugado com o artigo 6.º, n.º 3 do mesmo diploma legal e artigo 58.º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos -, desde a data em que o aludido Acórdão do Conselho de Deontologia do Porto, formou caso resolvido na ordem jurídica interna da Ordem dos Advogados.

Porto, 6 de setembro de 2024

Rocha Neves
Presidente do Conselho de Deontologia do Porto

Margarida Santos
Chefe de Serviços

DMGT - DIREÇÃO MUNICIPAL DE GESTÃO DO TERRITÓRIO

EDITAL N.º 559/2024

Alteração N.º 4 À Licença Da Operação De Loteamento Titulada Pelo Alvará De Loteamento N.º 99/1981 - Processo 15/1986/2898/0 - E/22543/2024

João Vasconcelos Barros Rodrigues, Vereador do Pelouro do Urbanismo, Ordenamento e Planeamento, da Câmara Municipal de Braga:
Faz saber que, nos termos do art.º 78.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09 de setembro, por despacho do Vereador do Pelouro do Urbanismo de 2024/07/06, praticado no uso de competências subdelegadas por despacho do Sr. Presidente da Câmara de 2021/10/18, são alteradas as prescrições do **alvará de loteamento n.º 99/1981**, em nome de Maria Lucinda Vieira Fernandes Filhos E Alda Ester Vieira Fernandes Lopes, respeitante ao prédio sito no lugar de Quintãos, da freguesia de Gondizalves, atualmente integrada na União das Freguesias de Ferreiros e Gondizalves deste concelho, alterações essas que cumprem o PDM e constam do seguinte:
Mantém-se a área total a lotear; alterando a cota de implantação prevista no loteamento. A presente alteração refere-se ao **lote 20** e estabelece o seguinte: eliminação do Anexo; alteração da Tipologia para 1G/H+1H; redesenho da mancha de implantação prevista no loteamento em vigor; área de implantação: 143,70m2; área de construção: 270,90m2; construção de Piscina: 3,47m x 6,50m; área de Impermeabilização: 166,26m2. Em todo o restante, mantém-se as restantes prescrições do alvará em vigor. Não há lugar à execução de obras de urbanização. Para constar se mandou passar o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares de estilo, publicitado no site do Município e publicado num jornal de âmbito nacional.

Braga e Direção Municipal de Gestão do Território (DMGT), 12 de setembro de 2024

O VEREADOR,
João Vasconcelos Barros Rodrigues

EDITAL

ROCHA NEVES, Presidente do Conselho de Deontologia do Porto da Ordem dos Advogados Portugueses, em cumprimento do disposto nos artigos 174.º e 202.º do Estatuto da Ordem dos Advogados, aprovado pela Lei 145/2015, de 9 de setembro, com as alterações introduzidas pela lei 6/2024, de 19 de Janeiro;

Faz saber publicamente que, por Acórdão do Conselho de Deontologia do Porto de 22 de Março de 2024, **foi aplicada ao Sr. Dr. Fernando Barbosa e Silva,** portador da cédula profissional n.º 2767P, com domicílio profissional no Largo Barão S. Martinho, 68, 1º, em Braga, **a pena disciplinar de suspensão pelo período de 6 (seis) meses,** por violação dos deveres previstos nos artigos 88.º e 91.º, al. e) do Estatuto da Ordem dos Advogados, por referência ao incumprimento dos artigos 37.º, n.º 2 al. a) e 39.º, n.º 1 do Regulamento de Inscrição de Advogados e Advogados Estagiários.

O cumprimento da presente pena teve o seu início a 2 de setembro de 2024, findo o prazo previsto no artigo 173.º, n.º 1 do Estatuto da Ordem dos Advogados atualmente em vigor - conjugado com o artigo 6.º, n.º 3 do mesmo diploma legal e artigo 58.º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos -, desde a data em que o aludido Acórdão do Conselho de Deontologia do Porto, formou caso resolvido na ordem jurídica interna da Ordem dos Advogados.

Porto, 6 de setembro de 2024

Rocha Neves
Presidente do Conselho de Deontologia do Porto

Margarida Santos
Chefe de Serviços

DMGT - DIREÇÃO MUNICIPAL DE GESTÃO DO TERRITÓRIO

EDITAL N.º 560/2024

Alteração N.º 6 À Licença Da Operação De Loteamento Titulada Pelo Alvará De Loteamento N.º 24/2004 - Processo 1/1999/3650/0 - E/48393/2024

João Vasconcelos Barros Rodrigues, Vereador do Pelouro do Urbanismo, Ordenamento e Planeamento, da Câmara Municipal de Braga:
Faz saber que, nos termos do art.º 78.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09 de setembro, por despacho do Vereador do Pelouro do Urbanismo de 2024/07/06 praticado no uso de competências subdelegadas por despacho do Sr. Presidente da Câmara de 2021/10/18, são alteradas as prescrições do **alvará de loteamento n.º 24/2004**, em nome de Luis Monteiro Soares Fernandes Magalhães, respeitante ao prédio sito no lugar da Bela Vista, Areias ou Estrada Nova, da freguesia de Este São Pedro, atualmente integrada na União das Freguesias de Este (São Pedro e São Mamede) deste concelho, alterações essas que cumprem o PDM e constam do seguinte:
Mantém-se a área total a lotear; alterando a área máxima total de implantação para 4.973,82m2; a área máxima total de construção para 10.715m2; a área máxima total de construção, abaixo da C.S., Piso-1, Garagem para 2.872,42m2; a área máxima total de construção, acima da C.S., R/Chão, Garagem para 186,95m2; a área máxima total de construção, acima da C.S., R/Chão e Andar, Habitação para 7.656,59m3 e o volume máximo total de construção para 31.539,20m2. A presente alteração refere-se ao lote 11 e estabelece o seguinte: área máxima de implantação passa para 168,10m2; a área máxima de construção para 278,85m2; o volume máximo de construção para 975,98m3; número de pisos passa para 2 pisos, acima da cota de soleira; cota de soleira passa para 241.80; alteração da tipologia para 1G/H+1H. Consequentemente, a área máxima, acima C.S, no Rés-do-Chão destinada a Garagem passa para 57,35m2; a área máxima, acima C.S, no Rés-do-Chão destinada a Habitação passa para 110,75m2; área máxima, acima C.S, ao nível do andar destinada a Habitação passa para 110,75m2. Em tudo o resto, mantém-se as restantes prescrições do alvará em vigor. Não há lugar à execução de obras de urbanização.
Para constar se mandou passar o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares de estilo, publicitado no site do Município e publicado num jornal de âmbito nacional.

Braga e Direção Municipal de Gestão do Território (DMGT), 12 de setembro de 2024

O VEREADOR,
João Vasconcelos Barros Rodrigues

EDITAL

Torna-se público, para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 20 do Código das Expropriações aprovado pela Lei 168/99 de 18 de setembro, na sua atual redação e do art.º 4 do DL 15/2021 de 23 de fevereiro que por deliberação da Assembleia Municipal datada de 29 de Abril de 2024 foi autorizada a tomada da posse administrativa das seguintes parcelas necessárias à concretização da Projeto da Estratégia Local de Habitação - RE-C02-101 - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, Componente 02 - Habitação do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR):
A - Prédio urbano com área total de 25 m2, situado na Rua das Árvores, na União de freguesias de Peso da Régua e Godim, concelho do Peso da Régua, inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 438 e descrito na Conservatória do Registo Predial do Peso da Régua sob o n.º 1561;
B - Prédio urbano com área total de 100 m2, situado na Rua das Árvores, na União de freguesias de Peso da Régua e Godim, concelho do Peso da Régua, inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 436 e descrito na Conservatória do Registo Predial do Peso da Régua sob o n.º 952;
C - Prédio urbano com área total de 167 m2, situado na Rua das Árvores, na União de freguesias de Peso da Régua e Godim, concelho do Peso da Régua, inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 428 e descrito na Conservatória do Registo Predial do Peso da Régua sob o n.º 1151;
D - Prédio urbano com área total de 140 m2, situado na Rua Visconde da Régua, na União de freguesias de Peso da Régua e Godim, concelho do Peso da Régua, inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 1226 e descrito na Conservatória do Registo Predial do Peso da Régua sob o n.º 548;
Mais se informa que, em conformidade com o n.º 2 do art.º 20 de referido diploma legal, o ato de transmissão da posse administrativa será oportunamente comunicado aos interessados.
Notifica-se ainda ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do art.º 20 do Código das Expropriações aprovado pela Lei 168/99 de 18 de Setembro com as alterações introduzidas pela Lei 56/2008 de 4 de Setembro conjugado com a alínea c) do art.º 115 do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pela Lei 4/2015 de 7 de Janeiro na sua atual redação, que se realizou o depósito à ordem dos interessados, na agência da Caixa Geral de Depósitos do Peso da Régua.
Os interessados poderão obter informações sobre a expropriação a realizar, dirigindo-se ao Edifício dos Paços do Concelho, Praça do Município, Peso da Régua, nos dias úteis entre as 09h00m e as 13h00m e das 14h00m e as 16h00m.

Peso da Régua, 11 de setembro de 2024

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO PESO DA RÉGUA
José Manuel Gonçalves

A ciência de como reconhecemos a cara dos outros vale um milhão de euros

Prémio António Champalimaud de Visão distingue um quarteto de cientistas que se dedicaram a desvendar os mecanismos do nosso cérebro para reconhecer caras, cores e formas

Margaret Livingstone e Winrich Freiwald são dois dos quatro vencedores da edição deste ano do prémio em ciências da visão da Fundação Champalimaud

Tiago Ramalho

Quando temos um rosto familiar pela frente, há pequenas pistas que nos dão indicações sobre o outro. Quase como se de uma série televisiva de investigação forense se tratasse: aquele sorriso que não é claramente bem-humorado ou um esgar que permite adivinhar palavras de discórdia nos segundos seguintes. Tudo isto faz também parte da forma como o nosso cérebro processa o que vemos: as formas, as características faciais ou até a identificação das pessoas. Mas sabemos como funciona o cérebro para detectar todas estas pistas que percorrem a face de quem está à nossa frente? Em parte, sim – fruto de uma longa história científica, agora premiada.

Tanto Margaret Livingstone como Winrich Freiwald dizem ao PÚBLICO que ainda falta descobrir muito sobre estes fenómenos que explicam como reconhecemos o mundo à nossa volta. Mas é precisamente pelo que já sabemos – e isso contempla 50 anos de história da neurociência e das ciências da visão – que estes dois cientistas, juntamente com Doris Tsao e Nancy Kanwisher, receberão o Prémio António Champalimaud de Visão deste ano.

"É o maior prémio no campo das ciências da visão", resume Winrich Freiwald, realçando a incredulidade com que recebeu a notícia. Esta distinção contempla um milhão de euros para os seus vencedores e será entregue nesta quarta-feira, a partir das 18h15, no auditório do Centro Champalimaud, em Lisboa, numa cerimónia que conta com a presença do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa.

As provas neurológicas mostram que há toda uma máquina dedicada ao processamento e reconhecimento facial no cérebro humano. Desde os anos 1970, quando o norte-americano Charlie Gross (1936-2019) identificou neurónios, em macacos, que respondem selectivamente a caras, que esta intersecção entre a visão e o cérebro se tem densificado. Winrich Freiwald, investigador da Universidade Rockefeller (Estados Unidos), é testemunha e participante em parte destes 50 anos de história – afinal, é o único que trabalhou com as outras três vencedoras do prémio agora atribuído pela Fundação Champalimaud.

Depois da descoberta dessas primeiras "células faciais" por Charlie Gross, como são apelidados estes neurónios, Nancy Kanwisher, investigadora do Instituto de Tecnologia do Massachusetts (Estados Unidos), descobriu as áreas faciais, ou seja, áreas do cérebro fundamentais para reconhecer rostos – o que permitiu perceber, em certa medida, como o cérebro processa as características faciais até identificar a pessoa. Estes trabalhos juntaram-se ao de Margaret Livingstone, da Universidade de Harvard (Estados Unidos), cuja investigação permitiu demonstrar que as primeiras áreas do cérebro a processar o que vemos são especializadas. Ou seja, organizam-se separadamente, de forma a serem especialistas na cor, na forma ou na profundidade do que vemos.

1970

Marcou a descoberta de neurónios que respondem selectivamente às caras dos outros, abrindo as portas à área do reconhecimento facial

Para Margaret Livingstone, tudo começou com as discussões que tinha com David Hubel (1926-2013), que foi um dos vencedores do Nobel da Medicina em 1981 pelas descobertas sobre o processamento da informação através da visão. "Toda a minha carreira, depois de começar a trabalhar com David Hubel, é sobre como o cérebro se separa em todos estes domínios especializados", explica Margaret Livingstone. "Há domínios para caras ou cenários, para cores ou orientação."

"A maioria dos investigadores neste campo pensa que o cérebro é modular porque cada módulo faz um trabalho específico e é responsável por ele. É como um computador em que se colocam algoritmos para resolver um problema específico", refere. "Acredito que todas estas áreas emergem como consequência de os neurónios gostarem de se ligar a neurónios que respondem às mesmas coisas [estímulos]. Ou seja, um sistema auto-organizado", defende a investigadora da Universidade de Harvard. A arquitectura do cérebro ainda tem muitas vertentes desconhecidas, incluindo as interacções dentro de todo este complexo órgão humano.

As investigações que sustentam o prémio a estes cientistas revelaram fenómenos desconhecidos, sobretudo na identificação do que existe e de como funcionam estes mecanismos que permitem ao cérebro reconhecer uma pessoa ou compreender a profundidade. Mas este desconhecimento que ainda se mantém sobre o cérebro justifica o muito que ainda continua por descobrir.

Quando a área era intratável

Winrich Freiwald puxa da modéstia para sublinhar a surpresa que todos os avanços nesta área científica lhe foram provocando. "O sucesso que tivemos é muito surpreendente porque tornou algo viável que, quando era estudante, pensava ser intratável", diz.

Depois das descobertas estruturais, de Margaret Livingstone e Nancy Kanwisher, a dupla Winrich Freiwald e Doris Tsao (investigadora da Universidade da Califórnia em Berkeley, Estados Unidos) descobriu uma rede de processamento facial, ou seja, áreas agrupadas para a análise do movimento e do reconhecimento de rostos que ligam a visão à memória, por exemplo. Esta descoberta já é mais recente, do início do século XX.

> **O sucesso que tivemos é muito surpreendente porque tornou algo viável que, quando era estudante, pensava ser intratável**
>
> **Winrich Freiwald**
> Neurocientista

Pelo caminho, o alemão Winrich Freiwald já tinha trabalhado com Nancy Kanwisher no Instituto de Tecnologia do Massachusetts (MIT, na sigla em inglês) "porque queria aprender a trabalhar com ressonância magnética funcional [também conhecida como fMRI]" – a técnica utilizada para descobrir muitas destas áreas importantes para o reconhecimento facial.

Depois de já trabalhar com Doris Tsao, na altura uma estudante de Margaret Livingstone, surgiu a busca de um espaço para fazer experiências. "Se queríamos ter uma oportunidade de entender o cérebro, tínhamos de primeiro localizar uma função particular e aí estudá-la em detalhe", conta. O espaço foi cedido pela própria Margaret Livingstone, "muito generosa", qualifica o cientista alemão. E daí surgiram mais pormenores sobre estes processos, como a descoberta da rede de processamento facial mencionada.

Estudar o reconhecimento e o processamento de rostos permite também compreender melhor como reconhecemos os próprios objectos, como uma chávena de café. Mas no caso do reconhecimento de caras, isto é particularmente importante "porque somos criaturas sociais",

CATARINA PÓVOA

explica Winrich Freiwald. "As caras são centrais na nossa socialização."

E, para além da identidade da pessoa, as expressões e as ligeiras mudanças na face têm um papel importante na nossa socialização e interacção em diversos contextos. "Há muito mais numa cara do que ela revela e muito disso é bastante subtil", reforça. "O que estudamos até agora não são [pormenores] subtis e são muito mais sobre identidade", acrescenta.

Potencial ajuda ao autismo

Os mecanismos do cérebro no reconhecimento de caras e dessas outras pistas que os cientistas ainda querem explorar mais no futuro têm outras funções. Por exemplo, o trabalho de Margaret Livingstone com os domínios especializados do cérebro dá a base para uma hipótese que poderá explicar a causa da dislexia. No caso, as falhas nos circuitos visuais do cérebro poderão provocar dislexia, um conjunto de doenças que afecta a capacidade de ler, por exemplo. No entanto, esta hipótese não está comprovada, sendo que os factores genéticos têm ganho particular preponderância nas tentativas de explicar a sua origem. Mesmo assim, a causa permanece desconhecida.

Winrich Freiwald dá outras sugestões para futuras aplicações médicas dos trabalhos neste campo: o autismo e a depressão. Para tal, seria necessário ter uma teoria sobre como funciona o cérebro no processamento e reconhecimento da informação – "um enorme passo em frente", diz, e que necessitaria de fortes avanços nos próximos tempos.

As redes neuronais artificiais, forjadas com inteligência artificial, podem ser uma solução para galgar caminho mais rapidamente.

"Se conseguirmos perceber o que está a acontecer numa pessoa com autismo que não reconhece a expressão emocional na face de alguém, também poderemos depois tentar desenvolver algo que ajude a colmatar isso", sublinha Winrich Freiwald.

O prémio da Fundação Champalimaud é atribuído todos os anos, alternando entre as contribuições para a investigação fundamental na área da visão e contribuições para o alívio dos problemas da visão, fundamentalmente nos países em desenvolvimento. No ano passado, a distinção foi atribuída aos hospitais que dão acesso a cuidados oftalmológicos na Palestina.

Astrónomos observam com detalhe bolhas na superfície de uma estrela (sem ser o Sol)

Filipa Almeida Mendes

Imagens da R Doradus, uma gigante vermelha, mostram bolhas gigantes de gás quente, 75 vezes maiores do que o Sol

Os astrónomos capturaram, pela primeira vez, imagens de uma estrela – sem ser o Sol – com detalhe suficiente para acompanhar o movimento do gás borbulhante à sua superfície, anunciou ontem o Observatório Europeu do Sul (ESO, na sigla em inglês).

As imagens da estrela R Doradus, uma gigante vermelha, foram obtidas com o radiotelescópio Alma (Atacama Large Millimetre/submillimetre Array) em Julho e Agosto de 2023 e mostram "bolhas gigantes de gás quente, 75 vezes maiores do que o Sol, que aparecem à superfície e se afundam no interior da estrela mais depressa do que o esperado", destaca o Observatório Europeu do Sul em comunicado.

"Trata-se da primeira vez que vemos desta maneira a superfície borbulhante de uma verdadeira estrela", explica, em comunicado, Wouter Vlemmings, professor na Universidade de Tecnologia Chalmers, na Suécia, e autor principal do estudo, publicado na revista *Nature*, que descreve a descoberta. "Na realidade, não esperávamos que os dados tivessem uma tal qualidade que nos possibilitasse ver tantos detalhes da convecção a ocorrer na superfície estelar."

Importa salientar que tinham sido já observadas com pormenor bolhas de convecção na superfície de estrelas. No entanto, as novas observações do Alma registam o movimento das bolhas de uma forma que não era possível até agora.

Como um candeeiro de lava

É através da fusão nuclear que as estrelas produzem energia nos seus núcleos – energia essa que pode ser transportada para a superfície da estrela por enormes bolhas de gás quente que, depois, arrefecem e se afundam, "um pouco como um candeeiro de lava", explica o Observatório Europeu do Sul.

Esse processo de mistura – ao qual se dá o nome de "convecção" – leva à distribuição dos elementos pesados formados no núcleo, como o carbono e o azoto, por toda a estrela. Acredita-se que este mesmo fenómeno possa ser responsável pelos ventos estelares que transportam estes elementos para o cosmos – onde, depois, são reutilizados para formar novas estrelas e planetas.

> **É a convecção que cria a estrutura granular que vemos na superfície do nosso Sol, mas que é tão difícil de ver noutras estrelas**
> **Theo Khouri**
> Investigador

Até agora, destaca o comunicado do Observatório Europeu do Sul, "os movimentos de convecção nunca tinham sido observados em pormenor noutras estrelas que não o Sol". Foi aqui que entrou o Alma, que possibilitou à equipa obter imagens de alta resolução da superfície de R Doradus ao longo de um mês.

A R Doradus é uma estrela gigante vermelha, com um diâmetro cerca de 350 vezes superior ao do Sol, localizada a aproximadamente 180 anos-luz de distância da Terra, na constelação do Espadarte. Já a sua massa é idêntica à do Sol, o que significa que R Doradus é provavelmente muito semelhante a como será o nosso Sol daqui a cinco mil milhões de anos, quando se transformar numa gigante vermelha.

"É a convecção que cria a estrutura granular que vemos na superfície do nosso Sol, mas que é tão difícil de ver noutras estrelas", acrescenta, em comunicado, Theo Khouri, investigador da Universidade de Tecnologia Chalmers e co-autor deste estudo. "Com o Alma, conseguimos agora não só ver directamente grânulos convectivos – com um tamanho 75 vezes superior ao do nosso Sol –, mas também medir, pela primeira vez, a velocidade a que se movem."

Segundo o comunicado do ESO, os grânulos da R Doradus parecem mover-se num circuito com a duração de um mês, o que corresponde a uma velocidade maior do que aquela que os cientistas esperavam, tendo por base a maneira como a convecção funciona no Sol. "Ainda não sabemos qual é a razão desta diferença, mas parece que a convecção muda à medida que a estrela envelhece, de formas que ainda não compreendemos", comenta Vlemmings.

Observações como as agora feitas da R Doradus ajudam os investigadores a compreender melhor como é que estrelas como o Sol se comportam, mesmo quando se transformam em objectos tão frios, grandes e borbulhantes como é o caso da R Doradus.

"É fantástico podermos agora capturar directamente os detalhes da superfície de estrelas tão distantes e observar fenómenos físicos que até agora só eram observados sobretudo no nosso Sol", conclui Behzad Bojnordi Arbab, estudante de doutoramento da Chalmers, que também participou no estudo.

ESO/DIGITIZED SKY SURVEY 2/DAVIDE DE MARTIN

Imagem da região do céu em torno da estrela R Doradus

Há “festa” na Gulbenkian com a reabertura do CAM, mas onde está o museu?

Quatro anos depois, muitas obras depois, o museu dedicado à Colecção Moderna da Gulbenkian vai reabrir com uma série de exposições que mostram cerca de 350 obras do acervo. O modelo está em teste

Isabel Salema e Lucinda Canelas Texto **Catarina Povoa** Fotografia

Serão dois dias de “festa” com entrada gratuita no fim-de-semana de 21 e 22 de Setembro, e “todos estão convidados”, prometeu ontem a directora adjunta, Ana Botella, na apresentação do novo Centro de Arte Moderna (CAM) da Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa.

O CAM, como é conhecido o edifício que alberga a maior colecção de arte moderna e contemporânea portuguesa, irá, finalmente, reabrir depois de ter estado encerrado quatro anos. “Queremos começar este capítulo a dançar, juntos, no *engawa*”, afirmou ainda, referindo-se ao alpendre desenhado pelo arquitecto japonês Kengo Kuma que marca a fachada virada a sul, mas também à festa que contará com os DJ Nídia e Tim Reaper (dia 21) e Samon Takahashi (dia 22).

É preciso descer até ao piso subterrâneo para encontrar, escavados debaixo do *engawa*, os novos espaços e o verdadeiro crescimento do CAM em área expositiva: a Galeria da Colecção, com 645 metros quadrados, e a Sala de Desenho, com 108. Há ainda considerar a extensão permitida pelas Reservas Visitáveis, que acrescenta 113 metros quadrados e vai dar a ver mais obras de uma colecção de quase 12 mil, considerada o mais importante acervo de arte moderna e contemporânea portuguesa, com um núcleo muito importante de pinturas de Amadeo Souza-Cardoso, só para citar o mais amado dos modernistas. Cerca de 900 metros quadrados, ganhos que se espalham ainda por outros espaços, assegura a Gulbenkian, embora a sala principal, a “Nave”, tal como o mezanino, tenham perdido cerca de 300 metros quadrados no conjunto.

Onde está o museu; onde estão os Amadeos? — perguntámos ao director, Benjamin Weil, depois da visita guiada, junto a duas obras do pintor, vizinhas de duas de Miguel Branco e de uma outra de Lourdes Castro, numa exposição temática que ficará dois anos na Galeria da Colecção. “Temos uma colecção muito grande: 12 mil obras de arte, das quais quatro mil são pinturas e esculturas, e cerca de oito mil obras sobre papel. Temos uma galeria onde não podemos apresentar mil obras e temos de fazer uma selecção muito mais rigorosa.”

A abordagem inicial do curador e da equipa foi pensar “como é que este museu se enraíza no século XXI”. Concluíram que “faz sentido ter uma exposição inaugural que apresenta obras da colecção que não são necessariamente as que as pessoas esperam ver, quase como uma evidência”. Pretende-se despertar a curiosidade propondo um olhar sobre o panorama artístico português a reboque de um tema. “Neste caso, as curadoras trabalharam sobre o que significa a ideia de revolução hoje, porque estamos em 2024. Esta, claramente, não é uma exposição histórica clássica, com as obras do século XIX, [seguidas] das do início do XX, até chegar a hoje.”

Além disso, acrescenta Benjamin Weil, o CAM tem outros dois espaços onde vai apresentar obras da colecção de maneira mais informal. Mesmo ao lado da Galeria da Colecção, estão as Reservas Visitáveis, onde ficarão acessíveis mais de 200 obras em pouco mais de 100 metros quadrados. Cerca de 30 pinturas serão visíveis todos os dias, as restantes apenas à segunda-feira à tarde, explica Margarida Mafra, gestora da colecção. Mais Amadeos, mas também Almada Negreiros, Sarah Affonso, Eduardo Viana ou Julião Sarmento.

No mesmo piso subterrâneo, abrirá no próximo ano a Sala de Desenho, dedicada ao papel, que funcionará como uma espécie de sala de leitura. “Nestes dois espaços, a selecção de obras vai mudar de uma maneira muito mais rápida do que numa exposição”, continua Weil, o que permite complementar, com outra flexibilidade, a oferta da Galeria da Colecção.

Mas há mais obras da colecção para ver no CAM, que estão misturadas com as exposições temporárias, um modelo a repetir no futuro.

900
O novo Centro de Arte Moderna, resultado da intervenção de Kengo Kuma, acrescenta 900 metros quadrados à área expositiva

Carta branca aos artistas

*da desigualdade constante dos dias de leonor**, exposição em dois andamentos sob a batuta de Leonor Antunes (n. 1972), artista portuguesa radicada em Berlim, toma agora conta ampla da Nave, com uma parede envidraçada voltada a norte. Aí instalou 39 das suas esculturas em diversos materiais, suspensas do tecto, que parecem evocar uma floresta densa, carregada de lianas; no mezanino, mostra 54 obras de 32 artistas mulheres pertencentes ao acervo do CAM (excepção feita a cinco empréstimos).

“São dois espaços, mas um só projecto”, diz ao PÚBLICO Rita Fabiana, curadora desta exposição que inaugura o formato “Carta Branca”, em que o CAM passará a convidar um artista a instalar-se na Nave e a servir de comissário à mostra no mezanino, feita sempre a partir da colecção

As esculturas de Leonor Antunes dominam a Nave do CAM, que tem no "alpendre" a sua faceta mais icónica; na foto da direita, a Galeria da Colecção

moderna e contemporânea da casa.

As peças da Nave, quase todas feitas para a ocasião em materiais como couro, espuma, alumínio, madeira, corda de algodão ou de cânhamo, missangas de vidro e fio de nylon, criam um conjunto que Leonor Antunes unifica graças a *forty five*, uma escultura de chão em cortiça que se pode atravessar (é como um grande tapete), criando um "espaço habitado, sensorial", diz Rita Fabiana.

O projecto, explica, foi buscar o seu título a um desenho de Ana Hatherly que integra a colecção do CAM e tem por objectivo promover a reflexão sobre a invisibilidade das mulheres na história da arte moderna, ao mesmo tempo que permite a Leonor Antunes olhar para a sua própria prática a partir da de outras artistas, arquitectas e *designers*.

"Ao ler sobre o CAM, a Leonor Antunes percebeu logo que o projecto [do edifício], que é quase sempre atribuído só ao Leslie Martin, também resultou do trabalho da sua companheira, a Sadie Speight, que partilhava com ele o atelier. A partir daí ela questiona, nas suas esculturas e nas obras que escolhe da nossa colecção, a subalternização da mulher", acrescenta a curadora Rita Fabiana.

Espaços novos e encomendas

Leonor Antunes e as artistas que escolheu para o mezanino disputarão a atenção do visitante com outros artistas representados nas restantes salas do renovado CAM, em particular na Galeria da Colecção, numa exposição intitulada *Linha de Maré*, sendo já certo que algumas das obras que integram os seus seis núcleos serão substituídas por outras de seis em seis meses.

Alberto Carneiro, Pedro Vaz, Graça Pereira Coutinho, Filipa César e Antony Gormley são os artistas cujas obras funcionam como âncoras desta exposição que questiona a relação do homem com o mundo natural, partindo da revolução de Abril para evocar aquelas que a preservação do planeta hoje exige. Ângelo de Sousa, Hein Semke, Mónica de Miranda, Joaquim Rodrigo, Miguel Branco, João Queiroz, António Pedro, Mário Cesariny e Lourdes Castro estão entre os nomes expostos nesta sala que mostra obras que vão desde 1857 – *Recuar da Onda*, de João Cristino da Silva – até à actualidade. Amadeo de Souza-Cardoso também lá está em duas pinturas, uma paisagem e a magnífica *A Chalupa*, de 1914.

Na Sala de Desenho está agora *Bardo Loop*, uma instalação vídeo encomendada pela Gulbenkian que formalmente faz parte de *Linha de Maré*, mas que mereceu das curadoras – Ana Vasconcelos, Helena de Freitas e Leonor Nazaré – um espaço à parte.

Atribuir comissões a artistas para que produzam obras a integrar na colecção é, aliás, um dos principais instrumentos de que Benjamin Weil vai socorrer-se para apoiar a criação, em linha com o que a fundação fez ao longo de décadas com o seu programa de bolsas.

Foi este programa, de resto, que levou ao Japão para estudar caligrafia o artista Fernando Lemos (1926-2019), que fez parte do grupo dos surrealistas portugueses antes de se radicar no Brasil, onde trabalhou essencialmente em design gráfico. *O Calígrafo Ocidental* ocupa o Espaço *Engawa*, no antigo piso -1, que tem agora luz natural, vinda do jardim desenhado pelo paisagista libanês Vladimir Djurovic. Nele se expõem fotografia e desenho de Lemos, a par de estampas antigas da colecção de Calouste Gulbenkian e até de um desenho de Amadeo.

Tal como Benjamin Weil, o presidente da fundação, António Feijó, disse que o modelo de musealização da colecção vai começar agora a ser testado. "A direcção tem autonomia artística e nós somos completamente solidários com o projecto", afirmou ao PÚBLICO, acrescentando que a abordagem temática da Galeria da Colecção será colmatada pelo espaço das Reservas Visitáveis, bem como pelas exposições temporárias.

Juntos, segundo os números da fundação, mostrarão 292 obras da colecção, num total de 357 que o CAM vai expor a partir da próxima semana. A entrada é gratuita até 7 de Outubro.

Orçamento final do projecto de renovação subiu aos 58 milhões de euros

Reforço anti-sísmico e subida do preço dos materiais inflacionaram o custo

"O preço total da obra foi de 58 milhões de euros", disse ontem António Feijó, presidente da Fundação Calouste Gulbenkian, à margem da conferência de imprensa de apresentação do CAM renovado. "Houve uma série de circunstâncias imprevistas que levaram a um agravamento de custos", explicou o presidente em conversa com o PÚBLICO, referindo-se a um orçamento que inclui a renovação e ampliação do CAM, projecto da autoria do arquitecto japonês Kengo Kuma, e os jardins do arquitecto paisagista libanês Vladimir Djurovic.

Quando o projecto vencedor de Kengo Kuma foi apresentado, em 2019, na sequência de um concurso por convites a 12 arquitectos portugueses e estrangeiros, a administração da Gulbenkian, na altura liderada por Isabel Mota, avançou com um valor estimado de dez milhões de euros para o desenvolvimento do novo CAM. Agora, António Feijó esclarece que nunca houve um orçamento final e que o projecto foi avançando por "tranches cumulativas". "Os dez milhões era numa fase muito inicial."

Para este orçamento final de 58 milhões contribuiu, sobretudo, o "acréscimo" de 7,5 milhões de euros resultante do reforço anti-sísmico. A face mais visível deste reforço são as treliças de grandes dimensões que marcam a estrutura do novo CAM no exterior e no interior, nomeadamente a maior sala de exposições, a chamada "nave principal".

"A guerra [na Ucrânia] e a pandemia", acrescentou o presidente, fizeram subir "o valor dos materiais em 20%, mais de cinco milhões." Depois, os "solos contaminados" encontrados na zona, e que precedem a construção do edifício original, em 1983, sob projecto do britânico Leslie Martin, obrigaram a uma prolongada intervenção de limpeza. "Houve uma interrupção da obra durante nove meses e meio, num acréscimo de 2,5 milhões." Finalmente, a intervenção no jardim custou 3,3 milhões de euros.

Feitas as contas, os imprevistos contabilizados pelo presidente totalizam um acréscimo orçamental superior a 18 milhões de euros. A diferença entre os dez milhões inicialmente anunciados e reportados por vários órgãos de comunicação social e os actuais 58 milhões é de 48 milhões de euros.

Os dez milhões, explicou numa segunda conversa António Feijó, rejeitando a ideia de uma grande derrapagem nos custos, correspondiam à estimativa surgida no concurso de ideias — ou seja, foi com este valor de referência que terão trabalhado os outros 11 arquitectos, muitos deles portugueses, como Inês Lobo, Patrícia Barbas, Pedro Domingos e os ateliers Aires Mateus, Menos É Mais (Francisco Vieira de Campos + Cristina Guedes) e SAMI (Inês Vieira da Silva + Miguel Vieira).

António Feijó explicou também ao *Expresso* que a primeira estimativa orçamental aprovada pelo conselho de administração, numa fase em que o projecto de Kengo Kuma já estaria mais desenvolvido, foi já de 22,3 milhões. "Em 2020, numa reunião, o conselho de administração fixou o valor em 22,3 milhões", confirmou o presidente da fundação ao PÚBLICO. As alterações ao projecto de arquitectura provocadas pelo reforço sísmico também levaram a uma subida de 6,8 milhões de euros. No final, contando com os imprevistos e os seus efeitos no projecto de arquitectura, atinge-se um valor próximo dos 35 milhões, ainda muito longe dos 58 milhões finais.
I.S.

Zé Celso e Augusto Boal: dois geniais insubmissos na Todos São Palco

Mariana Duarte

A partir de hoje, em várias cidades do país, a mostra de teatro faz *zoom* a este par de encenadores brasileiros que se exilou em Portugal

JOSELIA FRASAO

Revolução na América do Sul **abre a mostra no Teatro Académico de Gil Vicente, em Coimbra**

Depois de em 2022 a Mostra São Palco – Teatro Brasileiro em Portugal ter tido como alavanca o bicentenário da declaração da independência do Brasil, a quarta edição, a decorrer de hoje a 31 de Outubro em várias cidades do país, chega à boleia das comemorações do cinquentenário do 25 de Abril pela lente de um par de exilados da ditadura militar brasileira (1964-1985): José Celso Martinez Corrêa (1937-2023), o Zé Celso, e Augusto Boal (1931-2009), dois dos mais influentes e insubmissos criadores do teatro latino-americano.

"Aproveitamos os 50 anos do 25 de Abril para mostrar como continua actual o trabalho de dois encenadores brasileiros que estiveram em Portugal logo a seguir à revolução", introduz Jorge Louraço Figueira, encenador português e curador da mostra, organizada pela companhia Teatrão e renomeada este ano Todos São Palco. "Mantemos o propósito de dar a ver o lado B das efemérides, neste caso o lado brasileiro do 25 de Abril no teatro", acrescenta.

Zé Celso co-fundou o seminal Teatro Oficina, em São Paulo, transportando para o palco o movimento tropicalista brasileiro. Criou algumas das obras mais radicais e inventivas da história do teatro contemporâneo, onde a política, a História, a transgressão, o sexo e a poesia davam corpo a rituais de "teatro-vida" (palavras do próprio) de uma vitalidade desconcertante e de uma liberdade galvanizante. Alvo predilecto do regime, foi detido em 1974 pela polícia militar brasileira. Acabou exilado em Portugal, onde se envolveu com os movimentos populares pós-revolucionários, inclusive a Liga de Unidade e Acção Revolucionária (LUAR).

Já Augusto Boal, filho de um padeiro português, é fundador do também incontornável Teatro Arena e pai do Teatro do Oprimido, ética-prática que alia a arte dramática à acção social. É uma das metodologias teatrais mais trabalhadas um pouco por todo o mundo, aplicada também em projectos sociais e pedagógicos accionados em escolas, prisões, hospitais ou centros comunitários. Para Boal, o teatro podia e devia ser feito por toda a gente –e encarado, sobretudo, como uma ferramenta de emancipação cívica e política. Tal como Zé Celso, foi preso e torturado. Depois de libertado, esteve exilado em vários países, incluindo Portugal, onde colaborou com a companhia A Barraca.

Além do Foco Teatro Oficina/José Celso Martinez Corrêa e do Foco Augusto Boal, outro dos destaques da Todos São Palco é o artista interdisciplinar argentino Tiziano Cruz, com *Wayqeycuna [Meus Irmãos]*, que fez furor na MITSP – Mostra Internacional de Teatro de São Paulo e no Festival de Avignon. Este espectáculo encerra uma trilogia autobiográfica iniciada após a morte da irmã, em que entrelaça memórias de infância e vivências na sua comunidade indígena no Norte da Argentina para se reconectar com as raízes e questionar as hierarquias raciais e de classe alimentadas pelo neoliberalismo.

Peças, filmes e exposições

Esta edição da mostra Todos São Palco – que se desdobra entre Coimbra, Aveiro, Matosinhos, Loulé, Lousã, Águeda, Ourém, Santarém, Marinha Grande e Torres Vedras, saindo propositadamente do eixo Lisboa-Porto – arranca no Teatro Académico Gil Vicente, em Coimbra, com *Revolução na América do Sul*, peça basilar do repertório de Augusto Boal.

O criador faz uma panorâmica da sociedade brasileira minada por desigualdades sociais a partir da figura de José da Silva, operário esfomeado, mas não derrotado. Seguindo depois para Loulé, Ourém e Matosinhos, *Revolução na América do Sul* chega na versão do encenador e actor Wellington Fagner, com aproximações ao teatro cómico brasileiro, em particular o teatro de revista do Rio de Janeiro, mas com língua mais afiada.

"A peça estreou-se em 1960, quando a denúncia das desigualdades estava na ordem do dia: havia uma esperança de mudança que foi frustrada com o golpe de 1964. Esta versão traz a acção para o Brasil actual, tentando perceber não só se e como a desigualdade se mantém, mas também se e como há esperança na mudança", descreve Jorge Louraço Figueira.

O Foco Augusto Boal integra ainda *Hamlet 16x8*, encenação de Marco Antonio Rodrigues a partir de *Hamlet ou o Filho do Padeiro*, a autobiografia de Boal (18 a 23 de Outubro); uma leitura cénica da peça *O Grande Acordo Internacional do Tio Patinhas* (17 de Setembro na Oficina Municipal do Teatro, em Coimbra); e a exposição *Meus Caros Amigos – Augusto Boal – Cartas do Exílio*, que esteve no Museu do Aljube, em Lisboa, e no Mira Fórum, no Porto, e desembarca agora no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de Coimbra.

> **A Todos São Palco quer "dar a ver o lado B das efemérides, neste caso o lado brasileiro do 25 de Abril no teatro"**

Quanto a Zé Celso, o destaque é *Esperando por Godot* (18 a 31 de Outubro), a sua derradeira encenação no Teatro Oficina. Trata-se de uma versão do original de Samuel Beckett que talvez este "não aprovasse", diz Jorge Louraço Figueira. "O mensageiro de Godot é figurado como Zé Pelintra, a figura de fato e chapéu brancos referida na umbanda [religião afro-brasileira], que assegura o trânsito entre a vida e a morte e anuncia a morte de Godot", explica o programador. "A peça foi montada durante a pandemia, de maneira que o tom pós-apocalíptico é ainda mais sublinhado do que no original."

No próximo mês, o Teatro Oficina vai estar em residência no Teatro Aveirense, onde fará um *workshop* "tendo como modelo a encenação de *Bailado do Deus Morto*" e onde apresentará o espectáculo *Paranóia*, com encenação de Marcelo Drummond, "o herdeiro material e espiritual de Zé Celso", com quem o criador se havia casado um mês antes da sua morte.

O programa da Todos São Palco fica completo com a exposição *O Exílio Português de José Celso Martinez Corrêa (1974-1976)*; os filmes *O Parto* e *25*, co-realizados por Zé Celso durante o seu exílio entre Portugal e Moçambique; e uma leitura colectiva da peça *Roda Viva*, de Chico Buarque.

Grand Tour é a indicação de Portugal para os Óscares

Grand Tour, de Miguel Gomes, é o candidato de Portugal a uma nomeação aos Óscares, revelou ontem a Academia Portuguesa de Cinema. A longa-metragem foi escolhida pelos membros da academia entre cinco obras finalistas para entrar na corrida à indicação ao Óscar de Melhor Filme Internacional em 2025. Os outros finalistas eram *A Flor do Buriti*, de João Salaviza e Renée Nader Messora, *Manga d'Terra*, de Basil da Cunha, *O Teu Rosto Será o Último*, de Luís Filipe Rocha, e *O Vento Assobiando nas Gruas*, de Jeanne Waltz.

Grand Tour chega às salas portuguesas na próxima quinta-feira, dia 19. Em Maio, no Festival de Cannes, valeu a Miguel Gomes o prémio de Melhor Realização, inédito para o cinema português.

O filme, cuja acção decorre no início do século XX, segue Edward (Gonçalo Waddington), um funcionário público do império britânico que foge da noiva, Molly (Crista Alfaiate), no dia em que ela chega para o casamento, embarcando numa viagem solitária pela Ásia.

Co-produção da portuguesa Uma Pedra no Sapato com Itália, França, Alemanha, China e Japão, a longa-metragem de ficção foi feita em dois tempos: a uma primeira rodagem durante um périplo do realizador e de uma pequena equipa por vários países do Oriente seguiram-se filmagens com os actores em estúdio, em Roma e em Lisboa.

Grand Tour, que por cá se estreia no dia 19, valeu a Miguel Gomes o prémio de Melhor Realização em Cannes

A 97.ª edição dos Óscares está marcada para 2 de Março, sendo os nomeados revelados a 17 de Janeiro.

Portugal vem submetendo um candidato à categoria de Melhor Filme Internacional desde 1980. Nunca houve, no entanto, um nomeado português nesta categoria. A Academia Portuguesa de Cinema é responsável pela escolha desde 2012 e esta é a segunda vez que selecciona um filme de Miguel Gomes, depois de, em 2016, ter submetido o tríptico *As Mil e Uma Noites*.

À Lusa, Miguel Gomes disse achar difícil que o filme venha efectivamente a ser nomeado. "A academia americana é algo conservadora. Não poria o meu dinheiro nisso." **Lusa**

Cultura

José Augusto Bernardes é o novo comissário das comemorações dos 500 anos de Camões

Luís Miguel Queirós

Camonista e ex-director da Biblioteca da Universidade de Coimbra substitui Rita Marnoto por decisão que esta imputa à tutela

RUI GAUDÊNCIO

José Augusto Bernardes lecciona há 30 anos a cadeira de Estudos Camonianos em Coimbra

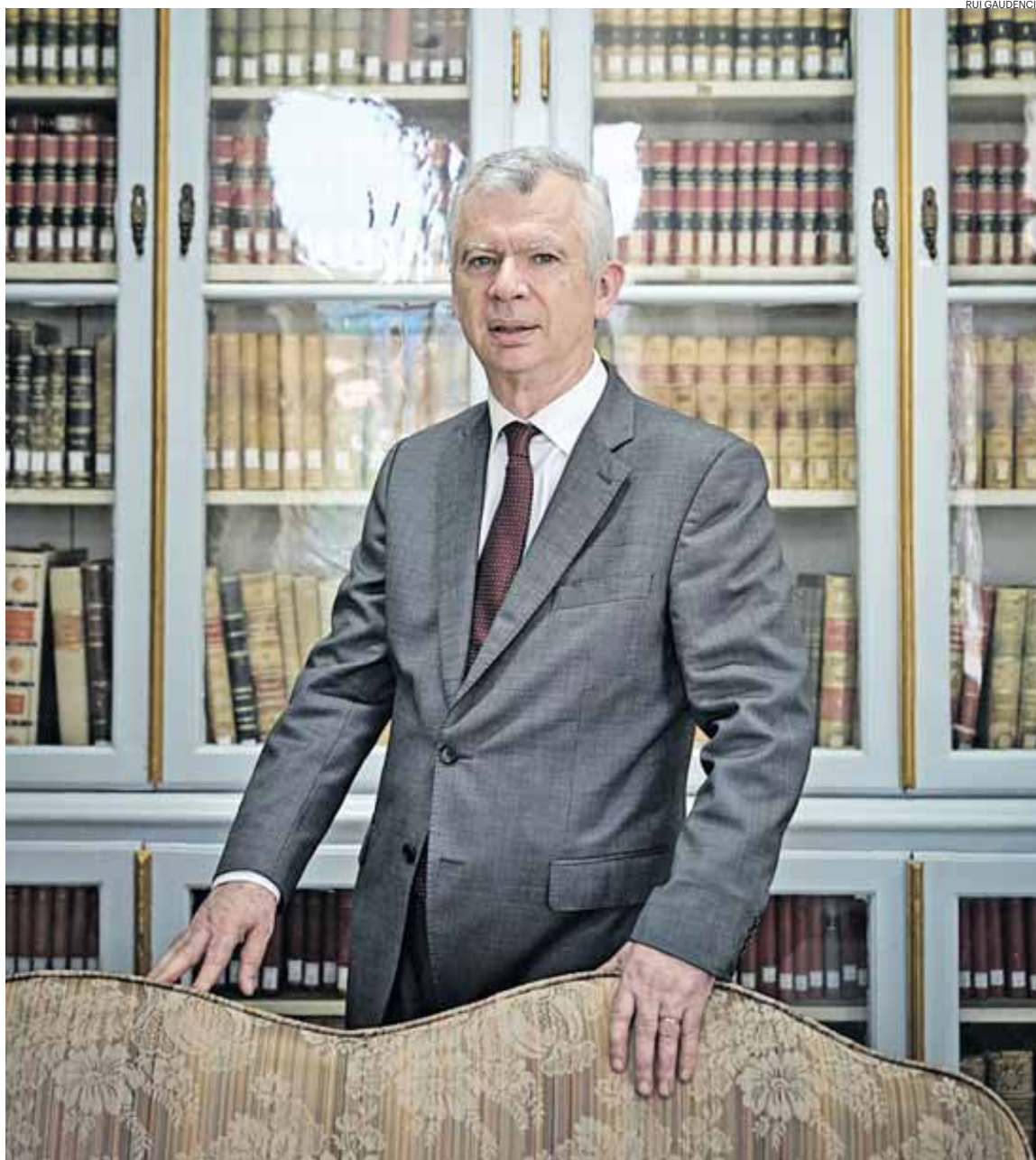
O professor catedrático e camonista José Augusto Bernardes, da Universidade de Coimbra, foi nomeado comissário-geral para as Comemorações do V Centenário do Nascimento de Luís de Camões, sucedendo no cargo a Rita Marnoto, que pedira a exoneração em Julho, anunciou ontem o Ministério da Cultura (MC). A própria o confirmou também ao PÚBLICO, mas deixando claro que a sua saída resultou de uma decisão da tutela.

"Considerando a necessidade de garantir uma melhor execução face ao atraso do anterior Governo na preparação das Comemorações do V Centenário do Nascimento de Luís de Camões, tornou-se necessário proceder a uma alteração da natureza do cargo de comissário-geral, que passa a ser exercido em comissão de serviço, para permitir a dedicação exclusiva", explica o comunicado do MC.

"Com esta alteração, a estrutura de missão passa a ter mais um cargo em dedicação exclusiva, para além do seu director executivo", Vasco Silva, precisa ainda a nota do ministério dirigido por Dalila Rodrigues, que já em Junho passado nomeara comissário-geral adjunto o historiador Diogo Ramada Curto, actual director da Biblioteca Nacional, e confirmara nas mesmas funções o linguista Joaquim José Coelho Ramos, dirigente do Instituto Camões, ao mesmo tempo que alargava o prazo das comemorações, que tiveram o seu início formal a 10 de Junho passado e se prolongarão até à mesma data de 2026.

Nessa ocasião, a camonista Rita Marnoto, também ela catedrática da Universidade de Coimbra, fora ainda confirmada como comissária-geral, cargo para o qual tinha sido nomeada em Maio de 2021 pelo primeiro-ministro António Costa, quando Graça Fonseca era ministra da Cultura.

O comissariado curatorial das celebrações camonianas inclui ainda Manuel Henrique de Melo e Castro de Mendonça Corte-Real, Manuela Pargana da Silva, Isabel Adelaide Penha Dinis Lima Almeida, Maria de Lurdes Correia Fernandes e Vanda Maria Coutinho Garrido Anastácio.

O novo comissário-geral, que lecciona há 30 anos a cadeira de Estudos Camonianos na Universidade de Coimbra, e que é também um grande especialista na obra de Gil Vicente, era já consultor da equipa que agora vai dirigir. Autor de um livro recente sobre a epopeia camoniana – *A Oficina de Camões. Apontamentos sobre* Os Lusíadas, publicado em 2022 –, José Augusto Bernardes deu uma extensa entrevista ao PÚBLICO por ocasião do 10 de Junho, na qual sublinha "a facilidade com que a figura do poeta vem atravessando os séculos, sobrevivendo a todas as mudanças de regime, de atitude mental e de sensibilidade".

Observando que "o fulgor de Camões começa ainda em sua vida e vem até aos nossos dias", Bernardes considera-o "o patrono e o herói da língua portuguesa", lembrando que a própria epopeia nunca deixou de ser editada desde que saiu dos prelos em 1572. Nessa conversa traça também um informado percurso da recepção cultural e política do poeta através dos sucessivos períodos históricos, da dinastia filipina ao romantismo oitocentista, e depois ao longo do século XX, na I República, na ditadura salazarista e no Portugal democrático.

José Augusto Bernardes dirigiu também durante quase uma década, até 2018, a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, sendo co-autor da obra *Biblioteca Joanina: Uma Biblioteca Viva*, lançada em 2019.

Atrasos e queixas

A saída da sua antecessora não surpreende, uma vez que já se tinha tornado claro, no final do ano passado, que a três meses da data então prevista para o arranque das comemorações, que deveriam decorrer entre 12 de Março de 2024 (a primeira edição de *Os Lusíadas* terá sido impressa nesse dia, em 1572) e 1 de Junho de 2025, pouco tinha ainda sido feito. A própria comissária-geral veio a público, no final de Dezembro do ano passado, lamentar que continuassem por criar as estruturas prometidas na mesma resolução do Conselho de Ministros que ditara a sua nomeação, e que fora publicada em *Diário da República* a 11 de Maio de 2021.

Determinava esse diploma "a criação de uma comissão de honra, designada pelo Presidente da República", de "um comissariado consultivo, designado por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas dos negócios estrangeiros e da cultura", e ainda de "uma estrutura temporária com o objectivo de organizar as Comemorações", a cuja comissária deveria caberia "apresentar até ao final de 2022 uma proposta de programa oficial das Comemorações e a respectiva previsão de encargos para aprovação pelo Governo".

No entanto, assegurou publicamente Rita Marnoto no final de 2023, nenhuma dessas instâncias, que considerava necessárias ao desenvolvimento do projecto, fora efectivamente criada, pelo que continuava a aguardar que fossem tomadas medidas nesse sentido. Nunca ficou claro, todavia, se foi chamando a atenção da tutela para este incumprimento, ou se esperou até ser tarde de mais.

Ao PÚBLICO afirmou agora que esteve "em contacto com o Ministério da Cultura, sem que tenha recebido resposta às [suas] mensagens". O período a que se reporta coincide, no essencial, com a tutela de Pedro Adão e Silva, que no final de 2023 criou, por despacho co-assinado pelo secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Francisco André, um "comissariado consultivo", que integrava dirigentes do Instituto Camões, da Biblioteca Nacional, da Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas e da Direcção-Geral das Artes, e que ficou encarregado de definir até Maio de 2024 o programa para as comemorações, que arrancariam a 10 de Junho.

Rita Marnoto esclareceu ainda ao PÚBLICO os factos recentes que desembocaram na sua saída. Diz a ex-comissária que propôs a Dalila Rodrigues, logo no início do seu mandato, "uma comissão de programadores culturais", mas que a ministra "preferiu transferir para as Comemorações a equipa de académicos constituída pela Biblioteca Nacional". E prossegue: "Em finais de Julho, recebi um telefonema da senhora ministra da Cultura, que me comunicou a demissão em bloco dos membros da comissão, desconheço em que termos. Manifestando todo o apreço pelo meu trabalho (...), referiu que a resolução da circunstância passava pela minha saída." Rita Marnoto ter-lhe-á então assegurado a sua "lealdade institucional" e reafirmado a sua "anterior proposta de que pudesse trabalhar com uma equipa de programadores", e, ao mesmo tempo que ficava a aguardar a decisão da tutela, assegurava a Dalila Rodrigues que "nesse mesmo dia receberia respeitosamente o [seu] pedido de exoneração".

O PÚBLICO tentou ouvir o MC, que se limitou a afirmar que o que tinha a dizer sobre este assunto está expresso no comunicado que divulgou.

Do laboratório ao mar, da floresta ao deserto.

Em Agosto conhecemos as investigações dos nossos cientistas. Foram histórias incríveis sobre gatos-bravos, lobos, cavalos-marinhos, morcegos e muito mais, com ilustrações de André Carrilho.

Vote já nas suas três histórias favoritas.

Diário de um Cientista

Entre 5 e 15 de Setembro vote e ganhe automaticamente 10% de desconto na sua assinatura. Habilite-se ainda a ganhar uma assinatura anual gratuita!

Consulte mais informações em
publico.pt/interactivos/diario-de-um-cientista

UM PROJECTO:

O AZUL SÓ É POSSÍVEL GRAÇAS AO APOIO DOS NOSSOS PARCEIROS: FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

electrão

ModaLisboa vai ser "singular", mas multiplicar-se
A 63.ª edição, sob o tema *Singular*, decorre de 10 a 13 de Outubro, com os desfiles principais a terem lugar no Pátio da Galé, mas com a programação a estender-se ao Mude ou à Sociedade Nacional de Belas-Artes, a reflectir a "pluralidade" dos criadores e dos criativos que "constroem a semana de moda".

O ninho vazio pode ser a oportunidade de cuidar (finalmente) de si próprio

A saída dos filhos de casa faz parte do desenvolvimento da família e deve ser encarada com tranquilidade, mantendo o contacto, mas dando espaço para que os miúdos criem autonomia

Inês Duarte de Freitas

A entrada na universidade é uma nova fase para muitas famílias, que vêem os filhos sair de casa para estudarem noutra cidade ou até num país diferente. Levam a bagagem cheia de sonhos, mas, para trás, fica o ninho vazio. Para os pais, a ausência é difícil de colmatar e fala-se mesmo da síndrome do ninho vazio, reconhecem especialistas ao PÚBLICO, que também destacam este momento como um reencontro não só em casal, como a solo. "É o momento de pensar uma nova forma de viver. Todos os momentos de crise representam uma oportunidade", incentiva a terapeuta familiar Joana Garcia Fonseca.

"A família é um organismo sistémico, feito de partes que criam um sistema maior auto-regulado. O que acontece é que, sempre que uma pessoa sai, tira-se uma peça e toda a gente se tem de reequilibrar", contextualiza a psicóloga Ana Beato, que diz que esse reequilíbrio é mais difícil para alguns pais, especialmente os que possam estar em situações mais vulneráveis, como de doença. "É muito natural passar por esta experiência desafiante e a tristeza vai aparecer. Isto porque as emoções não batem à porta – entram e pronto."

E é, aliás, expectável que assim seja, completa a psicóloga Diana Cruz: "Cada ser humano tem um ciclo de vida e a família é igual no seu desenvolvimento." Os pais prepararam os filhos para esta partida e devem alegrar-se das conquistas dos jovens, aceitando em simultâneo o que de menos bom possa advir, como a tristeza e a sensação de vazio. "Todo esse ajustamento exige uma grande verdade e autenticidade, reconhecendo o que o outro está a viver. Os pais devem promover a autonomia – é fundamental para o sucesso – mas não escondendo os desafios que podem estar a ocorrer", defende também Joana Garcia Fonseca.

Os pais podem e devem partilhar o quanto esta mudança está a ser difícil, mas sem "cobrar" aos filhos a culpa de se sentirem assim. "O discurso de 'vais embora e vou ficar sozinha' deve ser substituído por 'vou sentir a tua falta e a tua casa está sempre aqui para ti'", aconselha Ana Beato. A professora da Universidade Lusófona compara este processo a um "pequeno luto".

MANUEL ROBERTO

O reequilíbrio é mais difícil para alguns pais, especialmente os que possam estar em situações mais vulneráveis, como de doença

> **É o momento de pensar uma nova forma de viver. Todos os momentos de crise representam uma oportunidade**
>
> **Joana Garcia Fonseca**
> Psicóloga clínica

Nesta fase, o casal também passa por desafios: alguns aproximam-se, enquanto outros se afastam irremediavelmente. "Se temos um casal que nutriu a relação ao longo do tempo, que tem uma boa vinculação, faz actividades a dois e não exerceu apenas o papel de pai e mãe, todos estes factores diminuem o impacte desta separação", observa Joana Garcia Fonseca, contando que são frequentes os divórcios nesta fase da vida.

Para o evitar, Ana Beato coloca a tónica na comunicação entre os parceiros. "As duas pessoas podem ter formas diferentes de lidar com a ausência dos filhos, mas devem privilegiar a comunicação aberta e afectuosa. Se partilharmos o que sentimos, o outro também se sentirá à vontade para o fazer."

Esse diálogo deve ser construído ao longo de toda a relação, contudo as psicólogas garantem que é sempre possível "revitalizar o vínculo" com novas actividades, projectos e rotinas a dois. "A espontaneidade pode voltar a fazer parte da vida do casal", lembra Diana Cruz, que não esquece as famílias monoparentais para quem o vazio ainda pode ser maior.

Nestes casos, o suporte social é ainda mais importante, por exemplo, através de familiares ou amigos com que não se estava há algum tempo. "Por vezes, há amigos com filhos de idades próximas que podem estar a viver uma fase semelhante", lembra, sugerindo que, caso não se conheça alguém na mesma situação, se pode tentar encontrar grupos de apoio nas redes sociais.

É tempo também de promover novos contactos, através de passatempos que tinham ficado esquecidos, voluntariado ou novos projectos e desafios profissionais. "Muitas vezes os pais já nem sabem quais são os seus interesses além dos filhos, o que gostam de fazer", lamenta a terapeuta familiar. "O ninho vazio é uma sobra de tempo que pode ser preenchido de forma positiva com autocuidado", insiste Diana Cruz.

Participar (mas à distância)

O impacte pode ser minimizado através do contacto com os filhos, seja planeando visitas ou fazendo uso da tecnologia. "Podem organizar jantares em que estão em cidades diferentes, mas todos ligados", propõe Diana Cruz, que avisa, no entanto, que "participar na vida dos filhos é diferente de fazer parte de tudo".

Nestes momentos, pede Joana Garcia Fonseca, os pais devem passar confiança aos filhos, "dizer-lhes de que são capazes", mas assumindo uma nova vertente: "É um papel de parceria mais do que de educadores. Sendo que, nessa parceria, os pais têm um papel protector, mas dão distância."

Ana Beato completa, lembrando que deixa de haver um controlo parental, apesar de os jovens, frequentemente, ainda dependerem dos pais enquanto estudam, e "começa a haver uma maior horizontalidade nos papéis da família". Depois, é fundamental manter firmes algumas dinâmicas. "As tradições familiares devem manter-se nos grandes momentos como o Natal ou aniversários. Os rituais ajudam a que a família não caia", defende a professora.

Se, depois de alguns meses, os pais continuarem com dificuldade em adaptar-se à nova realidade, pode ser preciso procurar ajuda profissional, através de um psicólogo. "É um sinal de alarme quando os pais sentem que não conseguem avançar", avisa Diana Cruz.

Para quem ainda não tem o ninho vazio, mas terá em breve, as especialistas reforçam que a preparação é fundamental, mas descansam os corações mais aflitos. "Quando os relacionamentos são saudáveis e há suporte emocional, os vínculos nunca se vão quebrar e quando estiverem todos novamente juntos vai parecer que não passou tempo nenhum."

Guia

Cinema

Cartaz, críticas, trailers e passatempos em **cinecartaz.publico.pt**

Porto

Batalha Centro de Cinema
Praça da Batalha 47.
Bread and Roses 19h15
Casa das Artes do Porto
R. Ruben A, 210. T. 226006153
Daaaaaali! M12. 21h30
Cinema Trindade
R. Dr. Ricardo Jorge. T. 223162425
A Fonte da Virgem 15h; **Dulcineia** 14h30; **Ubu** 18h; **Geração Low-cost** M14. 19h15; **Motel Destino** M14. 19h30; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 21h45; **A Pedra Sonha dar Flor** 21h30; **Reality** 16h
Cinemas Nos Alameda Shop e Spot
R. dos Campeões Europeus 28 198. T. 16996
Ubu 19h, 21h; **Gru - O Maldisposto 4** M6. 13h30, 16h (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 13h10, 15h40 (VP); **Deadpool & Wolverine** M12. 18h20, 21h30; **Oh Lá Lá!** M12. 18h50, 21h10; **Isto Acaba Aqui** M12. 14h30, 17h40, 20h50; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 18h40, 21h40 ; **Um Sinal Secreto** M14. 13h45, 16h10; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h40, 16h20, 19h10, 21h50 ; **A Pedra Sonha dar Flor** 13h50, 16h30; **Não Fales do Mal** 13h20, 15h50, 18h30, 21h20
Medeia Teatro Municipal Campo Alegre
R. das Estrelas. T. 226063000
Uma Luz nas Trevas 21h30

Braga

Cineplace Nova Arcada - Braga
C. C. Nova Arcada, Av. De Lamas. T. 253112913
Ubu 20h; **Gru - O Maldisposto 4** M6. 13h 15h, 17h (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 13h, 15h, 17h10, 19h20 (VP); **Deadpool & Wolverine** M12. 21h30; **Isto Acaba Aqui** M12. 19h, 21h40; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 14h, 17h10, 19h30, 21h50; **Cão e Gato** M6. 15h50 (VP); **Ozi: A Voz da Floresta** M6. 13h50 (VP); **Hellboy e o Homem Torto** 19h20; **Justiça Artificial** 21h30; **Um Gato Com Sorte** M6. 11h30, 13h20, 15h20, 17h20 (VP); **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h, 15h10, 17h20, 19h30, 21h40; **Zona de Risco** M14. 17h40; **100% Lobo** 15h30, 17h30 (VP); **Não Fales do Mal** 14h10, 16h30, 18h50, 19h30, 21h20, 21h50; **Reality** 21h40; **Jogo de Assassinos** 13h30, 15h30, 17h30, 19h30, 21h30

Castelo Branco

Cinebox
C.C. Alegro Castelo Branco. T. 760789789
Divertida-Mente 2 M6. 16h40 (VP); **Isto Acaba Aqui** M12. 19h; **Um Gato Com Sorte** M6. 14h (VP); **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 14h, 16h30, 21h40; **Zona de Risco** M14. 19h10; **Não Fales do Mal** 14h, 16h30, 21h40; **Jogo de Assassinos** 19h, 21h35

Coimbra

Casa do Cinema de Coimbra
Av. Sá da Bandeira 33. T. 239851070
Ubu 16h30; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 21h30; **A Pedra Sonha dar Flor** 14h30; **Não Fales do Mal** 18h30

Gondomar

Cinemas Nos Parque Nascente
Praceta Parque Nascente, nº 35. T. 16996
Gru - O Maldisposto 4 M6. 12h30, 15h20, 17h50 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 13h20, 16h (VP) 21h20 (VO); **Podia Ter Esperado por Agosto** 20h20; **Deadpool & Wolverine** M12. 14h, 17h10, 20h50, 23h40; **Isto Acaba Aqui** M12. 15h, 18h10, 21h, 23h50; **Alien: Romulus** M16. 14h30, 17h30, 20h40, 23h30; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 13h10, 15h10, 16h20, 18h, 19h20, 21h10, 22h20, 24h; **Um Sinal Secreto** M14. 19h10, 21h50, 00h25; **Hellboy e o Homem Torto** 00h30; **Um Gato Com Sorte** M6. 14h40, 17h (VP); **Beetlejuice**

Estreias

100% Lobo

De Alexs Stadermann. Com Loren Gray (Voz), Adriane Daff (Voz), Akmal Saleh (Voz), Alexs Stadermann (Voz). GB/EUA/Austrália/BEL/RUS. 2020. 96m. Animação, Aventura.
A família de Freddy Lupin é de lobisomens. Seria de esperar, quando chegasse aos 14 anos, que a sua transformação corresse como a dos seus familiares. O problema? Transforma-se, afinal, num caniche.

A Pedra Sonha dar Flor

De Rodrigo Areias. Com Paulina Almeida, Carlos André, Rodolfo Areias, Pedro Bernardino, Miguel Borges. POR. 2024. m. Drama.
Rodrigo Areias, que tem vindo a construir uma obra regular à volta de Guimarães, a sua terra natal, atira-se a Raul Brandão (1867-1930), adaptando "A Morte do Palhaço", misturado com outras obras do escritor que viveu e trabalhou também em Guimarães.

Jogo de Assassinos

De Phillip Noyce. Com Pierce Brosnan, Morena Baccarin, James Caan, Gbenga Akinnagbe. EUA. 2023. 90m. Thriller, Acção.
Um assassino que trabalha para um chefe da máfia decide vingar-se quando um rival mata o seu patrão.

Justiça Artificial

De Simón Casal. Com Alberto Ammann, Monti Castiñeiras, Melania Cruz, Marco D'Almeida. ESP. 2024. m. Ficção Científica.
O Governo espanhol decide, para despolitizar o sistema de justiça, substituir todos os juízes por um programa de inteligência artificial.

Não Fales do Mal

De James Watkins. Com James McAvoy, Mackenzie Davis, Scoot McNairy, Aisling Franciosi, Alix West Lefler. EUA. 2024. 110m. Drama, Terror.
"Remake" do filme homónimo dinamarquês de 2022, uma história de terror psicológico com "thriller" e sátira social em que um casal vai passar, a convite de outro, um fim-de-semana numa casa idílica de campo, o que depressa se torna um pesadelo.

Reality

De Tina Satter. Com Sydney Sweeney, Josh Hamilton, Marchánt Davis, Benny Elledge. EUA. 2023. 83m. Drama, Documentário.
O interrogamento da delatora Reality Winner, que passou documentos sobre interferência russa nas eleições americanas de 2016, é dramatizado neste filme de Tina Satter.

Ubu

De Paulo Abreu. Com Miguel Loureiro, Isabel Abreu, Dinarte Branco, Sérgio Silva, Vicente Gil, Laura Frederico, Álvaro Correia. POR. 2023. 77m. Ficção.
Ubu é convencido pela esposa a matar o Rei Venceslau da Polónia e assim usurpar o seu trono. Adaptação de "Ubu Roi", a peça do francês Alfred Jarry de 1896.

Reality

As estrelas P

	Jorge Mourinha	Luís M. Oliveira	Vasco Câmara
Alien — Romulus	★★☆☆☆	—	★★☆☆☆
Beetlejuice, Beetlejuice	★★★☆☆	★★★★☆	★★★☆☆
Breves Encontros	★★★★☆	★★★★☆	★★★★☆
Bruno Reidal — Confissões...	★★★☆☆	★★★☆☆	★★★☆☆
Daddio, uma Noite em Nova Iorque	—	★☆☆☆☆	—
Dulcineia	—	★☆☆☆☆	—
O Longo Adeus	★★★★★	★★★★★	★★★★★
O Monge e a Espingarda	★★☆☆☆	★★☆☆☆	—
Não Fales do Mal	—	★☆☆☆☆	—
Na Terra de Santos e Pecadores	—	★★★☆☆	★★★☆☆
A Pedra Sonha Dar Flor	★☆☆☆☆	★☆☆☆☆	★☆☆☆☆
Ubu	★★☆☆☆	★★☆☆☆	—
Verdade ou Consequência?	★★★★☆	★★★★☆	★★★☆☆
24 Frames	★★★☆☆	★★★★☆	★★★☆☆

● Mau ★☆☆☆☆ Medíocre ★★☆☆☆ Razoável ★★★☆☆ Bom ★★★★☆ Muito Bom ★★★★★ Excelente

Beetlejuice M12. 12h40, 15h40, 18h40, 21h30, 00h15; **Zona de Risco** M14. 19h, 22h10; **100% Lobo** 14h10, 16h30 (VP); **Não Fales do Mal** 13h30, 16h10, 18h50, 21h40, 00h20; **Reality** 23h10; **Jogo de Assassinos** 13h, 15h30, 17h40, 19h50, 22h

Matosinhos

Cinemas Nos MarShopping
Av. Dr. Óscar Lopes. T. 16996
Gru - O Maldisposto 4 M6. 13h30, 16h (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 13h, 15h50, 18h30 (VP); **Deadpool & Wolverine** M12. 18h50, 22h; **Isto Acaba Aqui** M12. 12h10, 15h, 18h, 21h20, 00h20; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 12h20, 15h20, 18h20, 21h, 23h50; **Um Sinal Secreto** M14. 17h40, 20h40, 23h20; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h20, 16h10, 18h40, 21h40, 00h15; **100% Lobo** 12h30, 15h10 (VP); **Não Fales do Mal** 12h50, 15h40, 19h, 21h30, 00h10; **Daddio - Uma Noite em Nova Iorque** 21h50; **Não Apagues a Luz** 00h25; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 12h40, 15h30, 18h10, 20h50, 23h30 (IMAX)
Cinemas Nos NorteShopping
C.C. Norteshopping, Lj 1117. T. 16996
A Menina da Comunhão 00h10; **Gru - O Maldisposto 4** M6. 11h10, 12h50, 15h20 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 11h10, 14h30, 17h, 19h30 (VP); **Deadpool & Wolverine** M12. 12h10, 15h10, 18h10, 21h10; **Isto Acaba Aqui** M12. 12h30, 15h30, 18h30, 21h30, 00h25; **Alien: Romulus** M16. 18h50, 21h50, 00h30; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 13h25, 16h10, 18h50, 21h50, 00h30; **Um Sinal Secreto** M14. 19h50; **Hellboy e o Homem Torto** 00h35; **Um Gato Com Sorte** M6. 11h20, 14h05, 16h30 (VP); **Zona de Risco** M14. 22h10; **100% Lobo** 11h, 13h30, 15h50 (VP); **Não Fales do Mal** 13h40, 16h20, 19h, 21h40, 00h20; **Daddio - Uma Noite em Nova Iorque** 22h; **Alien: Romulus** M16. 17h50, 20h30, 23h10 (SCREENX); **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h20, 16h, 18h40, 21h20, 24h (NOS XVISION)

Penafiel

Cinemax - Penafiel
Ed. Parque do Sameiro. T. 255214900
Divertida-Mente 2 M6. 15h, 19h30 (VP); **Deadpool & Wolverine** M12. 17h; **Isto Acaba Aqui** M12. 14h30, 19h20; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 14h40, 21h30; **Gracie e Pedro - Dupla Improvável** M6. 19h30; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 17h10, 21h50; **Não Fales do Mal** 17h20, 21h40

Vila Nova de Famalicão

Casa das Artes de V. N. de Famalicão
Parque de Sinções. T. 252371297
No Interior do Casulo Amarelo 21h45

Vila Nova de Gaia

Cinemas Nos GaiaShopping
C.C. Gaiashoping, Lj 2.25. T. 16996
A Menina da Comunhão 23h40; **Gru - O Maldisposto 4** M6. 13h (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 13h40, 16h, 18h, 20h30, 22h50 (VP); **Deadpool & Wolverine** M12. 15h20, 18h10, 21h, 00h10; **Isto Acaba Aqui** M12. 14h20, 17h30, 20h40, 23h30; **Alien: Romulus** M16. 18h20, 21h10, 23h50; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 13h30, 16h10, 19h, 21h50, 00h30; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 12h50, 15h50, 21h40, 00h20; **100% Lobo** 13h20, 15h40 (VP); **Não Fales do Mal** 13h50, 16h20, 18h50, 21h30, 24h; **Jogo de Assassinos** 14h, 16h30, 18h40, 21h20; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h10, 15h30, 17h50, 20h50, 23h10 (4DX)
UCI Arrábida 20
Arrábida Shopping. T. 223778800
Dulcineia 13h45, 19h10; **Como Por Magia** 13h55, 18h50; **Ubu** 16h25, 21h10; **Gru - O Maldisposto 4** 13h50, 16h10, 18h30 (VP); **Divertida-Mente 2** 13h40, 16h20, 18h40, 21h10 (VP); **Deadpool & Wolverine** 13h20, 16h05, 18h50, 21h40; **Oh Lá Lá!** M12. 13h55, 16h35, 18h55, 21h45; **Isto Acaba Aqui** M12. 13h15, 16h, 18h40, 21h25; **O Corvo** M16. 18h55, 21h35; **Alien: Romulus** M16. 19h05, 21h50; **Balas e Bolinhos** 13h45, 16h20, 19h10, 22h; **Cão e Gato** 14h25, 16h35 (VP); **Um Sinal Secreto** 16h25, 21h55; **Campeões 2** 18h20, 21h15; **Longing - À Descoberta do Passado** 15h50; **Um Gato Com Sorte** 14h15, 16h55 (VP); **Beetlejuice Beetlejuice** 13h40, 16h10, 18h55, 21h30; **Zona de Risco** M14. 13h35, 16h15, 18h40, 21h20; **Pequenas Grandes Vitórias** 13h30, 18h25; **100% Lobo** 13h35, 15h55 (VP); **A Pedra Sonha dar Flor** 13h25, 16h30, 18h45, 21h15; **Não Fales do Mal** 14h05, 16h40, 19h15, 21h50; **Reality** 14h, 16h15, 19h, 21h20; **Daddio - Uma Noite em Nova Iorque** 14h10, 16h45, 19h15, 21h40; **Jogo de Assassinos** 13h30, 16h30, 18h35, 21h30; **Ardaas Sarbat De Bhalle Di** 21h; **Usher: Rendezvous in Paris** 21h

Lazer

MÚSICA

Tiago Iorc
PORTO Teatro Sá da Bandeira. Dia 12/9, às 21h30. 15€ a 30€
Amei te ver, *Coisa linda* e *Tangerina* são alguns dos temas saídos da pena de Tiago Iorc que marcam os 16 anos de carreira do músico brasileiro. Nas pautas deste serão, estes e outros êxitos passados convivem com as notas recentes de *Daramô*, álbum lançado em 2022 e nomeado para dois Grammys Latinos. Centro de Artes de Águeda (dia 14), Casino Estoril (17), Casa da Cultura de Ílhavo (18) e Casino da Figueira da Foz (21) são os lugares que se seguem no mapa desta digressão.

Fink
PORTO Hard Club. Dia 12/9, às 21h. 20€
Beauty In Your Wake (2024) é o mais recente álbum de Fin Greenall, o DJ que um dia pegou numa guitarra e se revelou como cantautor de estilo único, responsável por sucessos como *Looking too closely*, um dos trunfos da banda sonora da série *Anatomia de Grey*.

Ney Matogrosso
PORTO Coliseu Porto Ageas. Dia 12/9, às 21h. M/6. 25€ a 90€
Ney Matogrosso está de volta a Portugal para pôr novamente o seu *Bloco na Rua*. Já esteve por cá com este espectáculo em 2019 e no Rock In Rio Lisboa 2022. Agora, vem de alinhamento refrescado e com o mesmo espírito e corpo irrequieto de quem, aos 83 anos, não pára nem quer parar de deixar rendido quem o vê actuar. Combinando canções suas e alheias, mostra de que é feita a sua liberdade criativa e excentricidade, que tem no figurino – aqui assinado por Lino Villaventura – uma parte essencial ao espectáculo.

TEATRO

Maclet, de Shakespeare - Peça Coral
BRAGA Theatro Circo. Dia 12/9, às 21h30. M/12. 10€
Estreada em 2019, a peça do Teatro Art'Imagem é definida como uma "colagem de fragmentos" dos clássicos *Macbeth* e *Hamlet*, de William Shakespeare. No elenco estão Carlos Martins, Flávio Hamilton, Pedro Carvalho, Pedro Bastos e o encenador José Abreu Fonseca.

Jogos

Jogue também online. Palavras-cruzadas, bridge e sudoku em publico.pt/jogos

Totoloto

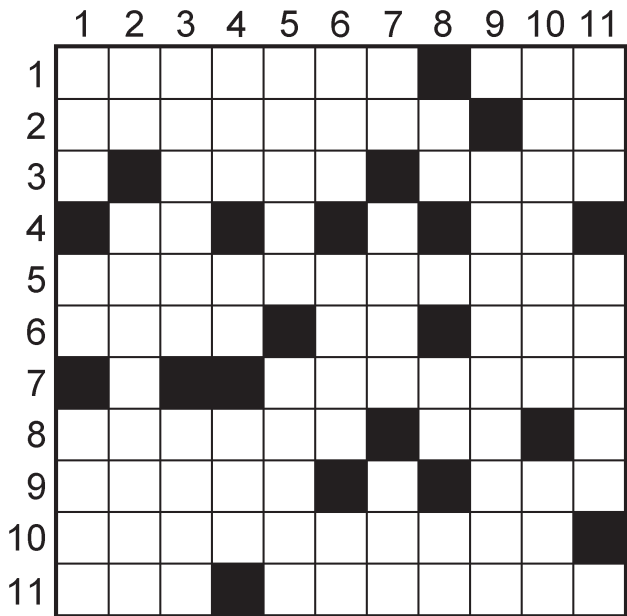
1.º Prémio 4.100.000€

Esta informação não dispensa a consulta da lista oficial de prémios

Cruzadas 12.550

Paulo Freixinho
palavrascruzadas@publico.pt

HORIZONTAIS: 1. (...) Cabral, fundador do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, faria hoje 100 anos. Salto brusco. **2.** Eliminariam. Quarto. **3.** Entrelinha tipográfica. Lucília (...), esteve no Parlamento para responder às perguntas dos deputados. **4.** Indicativo de conformidade obrigatória para diversos produtos comercializados no Espaço Económico Europeu. A unidade. **5.** Vão precisar de autorização electrónica para ir ao Reino Unido a partir de Abril. **6.** Adorou. Gargalha. Solteirão (fig.). **7.** Auferiram. **8.** Aumentam 2,16% em 2025, confirma o INE. Apelido. **9.** Arruinar. Rio que banha a cidade de Leiria. **10.** Estado onde teve lugar o primeiro debate entre Trump e Harris. **11.** Argola. Cama de palha ou feno.
VERTICAIS: 1. Abecedário. Símbolo de Pascal. Miséria (gíria). **2.** Meia maçã. Forçar. **3.** Lugar inferior. Ineficaz. **4.** Borra, sedimento. A tua pessoa. "Se maior era o (...), maior era a romaria". **5.** Gerou. Fora de tempo. **6.** Geme. Cinzento-azulado. Tens a natureza de. **7.** Rádio (s. q.). Desmoronar-se. Abreviatura de altitude. **8.** Magnésio (s. q.). Elas. França (Internet). **9.** Quer limitar o acesso dos jovens às redes sociais: "Isto é um flagelo". **10.** Mulher muito pequena. Avançavam. **11.** Partícula. Desapareces.

Solução do problema anterior
HORIZONTAIS: 1. Urrutia. Mod. **2.** Retrair. Are. **3.** Ti. Donas. **4.** Margarida. **5.** Geo. Ui. Arar. **6.** Ano. DOS. **7.** PE. Apple. **8.** Lobo. Mirio. **9.** Amargar. Ruh. **10.** Pastel. Fere. **11.** Areola. Usam.
VERTICAIS: 1. Urtiga. Lapa. **2.** Rei. Engomar. **3.** RT. Moo. Base. **4.** Urna. Porto. **5.** Ta. Rude. Gel. **6.** Il. Gio. Mala. **7.** Arda. Sair. **8.** Ora. PR. Fu. **9.** Manir. Pires. **10.** Orada. Loura. **11.** Desarme. Hem.

Bridge

João Fanha
fanhabridge.pt

Dador: Sul
Vul: Todos

NORTE
♠ 1093
♥ AK52
♦ J82
♣ Q53

OESTE
♠ AQ864
♥ QJ63
♦ 63
♣ J7

ESTE
♠ 75
♥ 9874
♦ K104
♣ 10984

SUL
♠ KJ2
♥ 10
♦ AQ973
♣ AK62

Oeste	Norte	Este	Sul
			1♦
1♠	X	passo	2ST
passo	3ST	Todos passam	

Leilão: Qualquer forma de bridge.

Carteio: Saída: 6♠. O 9 de espadas do morto faz a primeira vaza do jogo. Como continuaria?

Solução: Para cumprir esta partida é necessário contar com pelo menos três vazas no naipe de ouros, mas evitando que Este tenha a mão, de onde o retorno a espadas seria fatal. Podemos escolher jogar para um Rei de ouros à segunda em Este, mas há melhor! Avance com o Valete de ouros do morto. Se Este cobrir com o Rei, será preso pelo Ás e remontamos ao morto através do Ás de paus para fazer, de seguida, a passagem ao 10 de ouros. No caso de uma ou das duas passagens falharem, Oeste ficará em mão e não conseguirá dispor de um retorno letal.

Considere o seguinte leilão:

Oeste	Norte	Este	Sul
	1♣	1♠	?

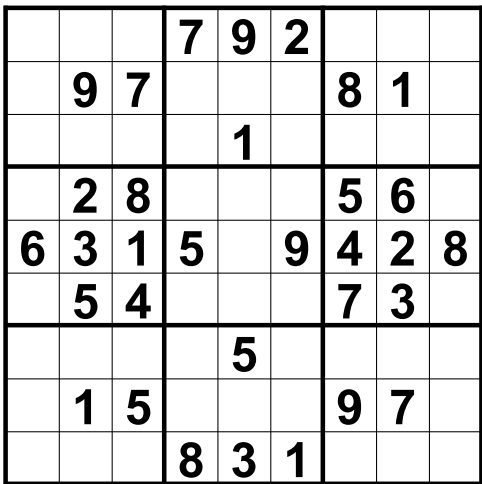
O que marca em Sul com a seguinte mão?
♠ A2 ♥ KQ73 ♦ AQ642 ♣ 82

Resposta: Havendo força e comprimento, anuncie os ouros: 2♦. Haverá espaço para investigar as copas, pois temos força para continuar o leilão até ao nível de partida.

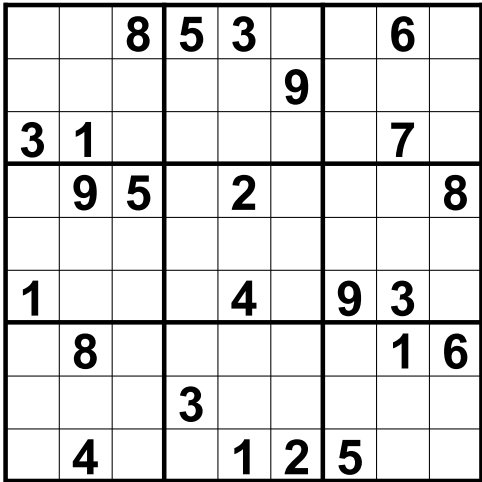
Se tem pouca experiência, ou se já não joga bridge há algum tempo, todas as segundas às 19h00 estarei à sua espera no Centro de Bridge de Lisboa para um torneio especial onde os iniciados são o foco das atenções. Mesmo sem parceiro, basta aparecer.

Sudoku

© Alastair Chisholm 2008
www.indigopuzzles.com

Problema 12.866 (Fáci)

Solução 12.864

4	3	1	5	2	6	8	9	7
5	2	9	4	7	8	6	3	1
8	7	6	1	9	3	4	5	2
7	6	5	3	4	2	9	1	8
2	9	3	8	1	5	7	6	4
1	8	4	7	6	9	5	2	3
3	5	2	9	8	7	1	4	6
6	1	8	2	5	4	3	7	9
9	4	7	6	3	1	2	8	5

Problema 12.867 (Difícil)

Solução 12.865

2	8	5	3	4	7	9	6	1
1	7	9	6	5	2	3	4	8
6	3	4	9	1	8	5	7	2
7	6	8	2	3	5	4	1	9
9	4	3	7	8	1	2	5	6
5	1	2	4	9	6	7	8	3
8	9	7	5	6	3	1	2	4
4	5	6	1	2	9	8	3	7
3	2	1	8	7	4	6	9	5

Guia

CINEMA

Gravidade
Hollywood, 15h35
Numa importante missão espacial, a inexperiente Dr.ª Ryan Stone e o veterano Matt Kowalski são surpreendidos por uma explosão que os lança no espaço. Sem contacto com a equipa de controlo, lutam pela sobrevivência enquanto lidam com traumas e se reinventam num cenário que deixa pouco lugar à esperança. George Clooney e Sandra Bullock dão vida às únicas personagens deste intenso *thriller* psicológico, dirigido por Alfonso Cuarón e musicado por Steven Price. Conquistou sete Óscares.

Alice
AXN Movies, 22h52
Passaram 193 dias desde que Alice foi vista pela última vez. Todos os dias, o pai (Nuno Lopes) repete o percurso que fez no dia em que ela desapareceu. A dor e a obsessão levam-no a instalar câmaras de vídeo nas ruas, numa busca desesperada por uma pista, uma ajuda, um sinal. *Alice* foi a primeira longa-metragem de Marco Martins, que a dedicou à mãe de Rui Pedro. Em Cannes, ganhou o Prémio Regards Jeunes na Quinzena dos Realizadores.

A Rapariga Que Roubava Livros
AXN White, 23h
Munique, II Guerra Mundial. Liesel é uma menina de nove anos que se entrega aos livros que vai roubando e partilhando com amigos e vizinhos. É assim que nasce uma amizade profunda com um jovem judeu que vive escondido na cave da casa dela e que também se refugia na literatura para escapar à realidade. Um dia, ele é obrigado a partir e Liesel fica desesperada. Narrado pela voz da morte, este filme dramático é dirigido por Brian Percival (conhecido pelo trabalho nas séries *Norte e Sul* e *Downton Abbey*), com base no *best-seller* de Markus Zusak. A banda sonora foi composta por John Williams e esteve nomeada para o Óscar. Sophie Nélisse, Geoffrey Rush, Emily Watson e Nico Liersch fazem parte do elenco.

SÉRIES

Meia-Noite no Hotel Pera Palace
Netflix, *streaming*
Começa a segunda temporada do drama turco de época que envolve viagens no tempo e as consequências históricas de perturbar o contínuo espácio-temporal.

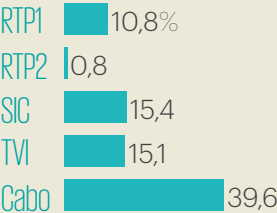
Televisão

Os mais vistos da TV

Terça-feira, 10

	%	Aud.	Share
Cacau	TVI	8,8	18,6
Jornal da Noite	SIC	8,7	18,2
Telejornal	RTP1	8,1	17,5
A Promessa	SIC	8,0	17,6
O Preço Certo	RTP1	7,1	18,4

FONTE: CAEM

RTP1	10,8%
RTP2	0,8
SIC	15,4
TVI	15,1
Cabo	39,6

RTP1

6.00 Bom Dia Portugal **10.00** Praça da Alegria **12.59** Jornal da Tarde **14.15** Hora da Sorte - Lotaria Popular **14.23** Amor sem Igual **15.22** A Nossa Tarde **17.30** Portugal em Directo **19.07** O Preço Certo

19.59 Telejornal

21.01 Linha da Frente

21.45 Joker

22.46 Alguém Tem de o Fazer

23.44 Só Como e bebo. Por Acaso, Trabalho!

0.44 Grande Entrevista **1.46** Anatomia de Grey **2.27** Amor sem Igual

RTP2

6.32 Repórter África **7.00** Espaço Zig Zag **13.07** As Coisas em Volta: A Vida Misteriosa dos Objectos **13.46** Outra Escola **14.16** O Substituto **15.01** A Fé dos Homens **15.36** Salto Mortal **16.04** Defender a Família **16.56** Espaço Zig Zag **20.31** Folha de Sala **20.36** Heróis de Verde **21.30** Jornal 2 **22.01** Hotel à Beira-Mar **22.51** Folha de Sala

23.00 Ensaio de Amor

0.11 Os Nossos Corpos São os Vossos Campos de Batalha

1.54 Fantasmas do Império

3.47 Folha de Sala **3.52** Portugal Que Dança **4.26** Afazeres do Mês **4.30** Lusitânia Expresso **5.32** Nada Será Como Dante **5.52** Folha de Sala **5.58** A Fé dos Homens

SIC

6.00 Edição da Manhã **8.10** Alô Portugal **9.40** Casa Feliz **12.59** Primeiro Jornal **14.25** Querida Filha **16.05** Linha Aberta **16.45** Júlia

18.30 Terra e Paixão

19.57 Jornal da Noite

22.10 A Promessa

22.55 Senhora do Mar

0.10 Nazaré

0.45 Papel Principal

1.05 Travessia

1.45 Passadeira Vermelha **2.05** Cartaz **2.55** Volante **3.10** Terra Brava

TVI

6.15 Diário da Manhã **9.55** Dois às 10 **12.58** TVI Jornal **14.00** TVI - Em Cima da Hora **14.40** A Sentença **15.55** A Herdeira **16.40** Goucha **18.10** A Sentença **19.49** IVR - TVi Dá+

19.57 Jornal Nacional

21.50 Cacau

23.05 Festa É Festa

0.00 TVI Extra

2.00 O Beijo do Escorpião

2.50 Sedução

TVCINE TOP

18.15 O Despertar do Tigre **19.55** Beautiful Wedding: Um Casamento Maravilhoso **21.30** Tudo na Boa! **23.10** Visões **1.10** Prisioneiras do Deserto

STAR MOVIES

17.53 Django Mata **19.50** O Regresso de Clint, o Solitário **21.15** A Terra das Mil Aventuras **23.22** Cjamango, o Vingador **0.54** A Honra de Um Herói

HOLLYWOOD

17.05 Harry Potter e os Talismãs da Morte: Parte 1 **19.25** Assalto ao Aeroporto **21.30** As Pequenas Coisas **23.40** Max Payne

AXN

17.42 The Rookie **21.06** Hudson & Rex **22.00** S.M.A.R.T. Chase: Perseguição Explosiva **23.45** O Golpe: The Drop

STAR CHANNEL

17.12 Investigação Criminal: Los Angeles **18.53** FBI **20.36** Hawai Força Especial **22.15** Matrix Resurrections **1.02** Chicago P.D.

DISNEY CHANNEL

17.15 Miraculous - As Aventuras de Ladybug **18.30** Hamster & Gretel **19.40** Os Green na Cidade Grande **20.50** Vamos Lá, Hailey! **21.35** A Raven Voltou

DISCOVERY

17.12 Mestres do Restauro **19.06** Aventura à Flor da Pele XL **21.00** Last Chance Garage **22.54** Sin City Tow **23.51** Camionistas da Alemanha **0.44** Last Chance Garage

HISTÓRIA

17.18 O Inexplicável **20.07** Top 10 da Antiguidade **22.16** Antigo Egipto: Crónicas de Um Império **0.09** Encontros com Ovni

ODISSEIA

17.42 Predadores de África **18.29** Hospital de Elefantes **20.04** Mascotes com as Patas Partidas **20.59** Escola de Cachorros **21.46** Resgate de Cães: Segunda Oportunidade **22.30** Os Cães de Lisa Vanderpump **23.12** A Mentalista de Animais de Estimação **23.59** Os Cães de Lisa Vanderpump **0.43** Resgate de Cães: Segunda Oportunidade

So Help Me Todd
Star Life, 22h20
É também o início da segunda (e última) temporada para o drama legal criado por Scott Prendergast e protagonizado pela oscarizada Marcia Gay Harden, na pele de uma advogada de sucesso que tem um dos filhos, Todd (Skylar Astin), a trabalhar com ela e, nos novos capítulos, decidido a abrir a sua própria empresa de investigação privada. Os episódios sucedem-se semanalmente.

DOCUMENTÁRIOS

Ángel Di María: Quebrar a Barreira
Netflix, *streaming*
Estreia. Mais um documentário para o filão de olhares intimistas sobre desportistas, desta vez focado na estrela argentina do futebol - e jogador do Benfica - Ángel Di María, "desde as suas origens humildes até se tornar campeão do mundo", descreve a Netflix.

Ensaio de Amor
RTP2, 23h
Realizado por Zé G. Pires, entra nos bastidores de uma peça levada à cena pelo Crinabel Teatro: a adaptação do romance de Gonçalo M. Tavares *Uma Menina Está Perdida no Seu Século à Procura do Pai*, com encenação de Marco Paiva. A protagonista é Hanna, uma adolescente com trissomia 21 que procura o pai usando cartões de instruções que são uma espécie de curso de aprendizagem.

Os Nossos Corpos São os Vossos Campos de Batalha
RTP2, 00h11
Isabelle Solas documenta o percurso político e a vida íntima de Claudia e Violeta, mulheres transgénero que enfrentam uma Argentina por um lado mais aberta a todas as expressões de identidade e, por outro, muito conservadora.

INFORMAÇÃO

Linha da Frente
RTP1, 21h01
A reportagem de hoje vai à Base Naval de Lisboa (no Alfeite, em Almada) conhecer o Camp Abilities Portugal, um projecto de integração através do desporto, único por cá. Trata-se de "um campo de férias inclusivo para crianças e jovens cegos e normovisuais", descreve a Associação de Actividade Motora Adaptada, que o promove. *A Cor do Mundo* é um trabalho da jornalista Sandra Claudino, com imagem de João Serra Martins e edição de Vanessa Brízido.

Meteorologia

PORTUGAL

Viana do Castelo 14º 22º
Bragança 9º 25º
Braga 12º 26º
Vila Real 9º 24º
Porto 14º 24º
14º 1,8m
Aveiro 11º 24º
Viseu 12º 29º
Guarda 12º 27º
Coimbra 11º 25º
Castelo Branco 17º 30º
Leiria 13º 22º
Santarém 15º 30º
Portalegre 16º 29º
Lisboa 17º 26º
Setúbal 16º 27º
Évora 16º 31º
Sines 16º 23º
Beja 16º 31º
15º 1,8m
Sagres 17º 20º
Faro 22º 27º
18º 0,8m

Açores

Corvo
Flores 22º 25º
25º 1,0m
Graciosa
São Jorge
25º 0,8m
Faial
Pico
Terceira 20º 25º
24º 1,0m
São Miguel 19º 25º
Ponta Delgada
Sta Maria

Madeira

Porto Santo 21º 24º
Madeira 20º 25º
Funchal
24º 1,2m
24º 2,8m

MARÉS

Preia-mar / Baixa-mar *de amanhã

Leixões	m	Cascais	m	Faro	m
10h04	2,5	09h44	2,6	09h48	2,5
16h37	1,5	16h21	1,6	16h13	1,5
23h02	2,4	22h40	2,5	22h44	2,4
05h17*	1,5	04h55*	1,6	04h46*	1,5

PRÓXIMOS DIAS PORTO

	Sexta-feira, 13	Sábado, 14	Domingo, 15
Mín.	15º	13º	14º
Máx.	28º	27º	30º
Índice UV	Médio	Médio	Médio
Vento	Fraco	Fraco	Fraco
Humidade	49%	42%	42%

MEDIDOR DE CO2

Mauna Loa, Havai

Partes por milhão (ppm) na atmosfera
Valores por semana

Semana de 1 Set.	422,33
Há um ano	418,64
Há dez anos	396,29
Semana de 25 Ago.	421,36
Nível de segurança	350
Nível pré-industrial	280

QUALIDADE DO AR

Portugal

- Excelente
- Razoável
- Mau
- Não é saudável
- Nada saudável
- Perigoso

Porto, Coimbra, Lisboa, Évora, Faro

SOL

Nascente 07h16
Poente 19h49

LUA

18 Set. 03h34
24 Set. 20h52
2 Out. 18h49
10 Out. 18h55

Nascente 16h24
Poente 01h18*
*de amanhã

EUROPA

Oslo, Estocolmo, Helsínquia, Talin, Riga, Copenhaga, Vílnius, Dublin, Berlim, Amesterdão, Varsóvia, Londres, Bruxelas, Praga, Paris, Viena, Budapeste, Genebra, Milão, Roma, Istambul, Madrid, Lisboa, Atenas

TEMPERATURAS ºC

	Mín.	Máx.
Amesterdão	8	14
Atenas	21	31
Berlim	8	16
Bruxelas	7	14
Bucareste	15	29
Budapeste	14	24
Copenhaga	8	16
Dublin	5	13
Estocolmo	10	17
Frankfurt	7	16
Genebra	7	15
Istambul	21	29
Kiev	17	26
Londres	6	16
Madrid	12	27
Milão	12	23
Moscovo	17	26
Oslo	8	16
Paris	7	15
Praga	8	14

	Mín.	Máx.
Roma	16	25
Viena	8	13
Bissau	25	30
Buenos Aires	12	16
Cairo	26	39
Caracas	21	29
Cid. do Cabo	10	17
Cid. do México	15	25
Dili	22	33
Hong Kong	26	35
Jerusalém	22	33
Los Angeles	16	27
Luanda	21	27
Nova Deli	24	26
Nova Iorque	18	27
Pequim	18	29
Praia	25	30
Rio de Janeiro	22	34
Riga	15	22
Singapura	26	32

Fontes: AccuWeather; Instituto Hidrográfico; QualAR/Agência Portuguesa do Ambiente; NOAA-ESRL

Em 15 das 24 negociações o clube não pagou comissões

FC Porto poupa milhões ao "desligar-se" dos intermediários

"Dragões" reduziram significativamente o valor pago em comissões aos agentes dos jogadores nas transferências realizadas neste mercado de Verão. Uma opção que comporta vantagens e desvantagens

NELSON GARRIDO

André Villas-Boas está a começar a romper com o paradigma anterior na abordagem ao mercado

Diogo Cardoso Oliveira

André Villas-Boas prometeu e está a cumprir: o FC Porto está a baixar drasticamente os custos com despesas de intermediação nas transferências de jogadores. Os clubes portugueses estão habituados a pagar comissões avultadas aos agentes dos futebolistas que negoceiam, mas o novo presidente portista, que tinha prometido cortar nessa despesa, desembolsou "apenas" 2,88 milhões de euros neste mercado de Verão – uma "poupança" significativa.

O valor que os "dragões" despenderam em comissões é muito elevado? Depende do ponto de vista. Se olharmos para o montante sem contexto, como um número, quase três milhões de euros (2,88) são, sem dúvida, muito dinheiro. Mas, se colocarmos esse número em perspectiva, talvez não seja assim tanto.

O PÚBLICO foi contabilizar os custos de intermediação de jogadores suportados pelo FC Porto nos últimos cinco mercados de Verão e chegou a uma média de 6,44 milhões de euros por mercado – valor que deverá, em rigor, ser ainda superior a esse, já que em relatórios de contas mais antigos só estão especificados os custos de intermediação em compras de jogadores. Mas fiquemos com estes 6,44.

Estamos, portanto, perante uma descida acentuada deste tipo de despesa na tesouraria portista, que neste mercado de transferências de Verão conseguiu não ter qualquer custo de intermediação em 15 das 24 negociações realizadas, entre entradas e saídas de jogadores.

"Poupança" de 4,5 milhões

Há outra forma de contextualizar esse valor, que é estimando a poupança feita com esta nova forma de negociar. Empresas como a Gestifute cobram sempre 10% por transferência e essa é, em geral, a bitola utilizada por grande parte dos agentes e empresas no mercado.

Em contas rápidas, presumindo que todos os negócios portistas seriam "taxados" a 10%, isso significaria qualquer coisa como 7,5 milhões de euros gastos em intermediação neste mercado. Terá sido, portanto, uma "poupança" de mais de 4,5 milhões em relação à anterior postura negocial dos "dragões".

Há, ainda assim, a ter em conta que este valor é meramente indicativo, além de ter de ser enquadrado com o peso de uma intermediação. É que um clube que conte com serviços de intermediação estará a beneficiar dos contactos e *know-how* de agentes que, em teoria, conseguem vender melhor o jogador – seja por serem mais hábeis, por terem mais portas abertas ou por terem favores a cobrar e contas a saldar com o clube X ou Y.

Uma terceira forma de colocar este valor portista em perspectiva é comparar com o dos rivais. É certo que a falta de um relatório de contas actualizado limita o detalhe sobre os montantes pagos, mas é possível estimar que o Sporting, neste Verão, já desembolsou pelo menos quatro milhões de euros em intermediação e o Benfica já chegou aos 12,8 milhões – só com vendas, nos negócios de João Neves, David Neres e Marcos Leonardo.

Se analisarmos os últimos cinco exercícios financeiros (sempre relativos ao primeiro semestre de cada época desportiva), o Sporting anunciou uma média de 5,93 milhões gastos, entre Julho e Dezembro, em comissões e o Benfica 3,57 milhões – o valor dos "encarnados" pode parecer inferior ao que o senso comum sugere, já que alguns dos grandes negócios nos últimos anos foram feitos no segundo semestre da temporada, entre Janeiro e Junho, não tendo repercussão no primeiro da época seguinte, que é o objecto desta análise pós-Verão.

No caso do FC Porto, os negócios que mais impacto tiveram nos 2,88 milhões até agora gastos em 2024-25 foram a compra de Samu Omorodion ao Atlético Madrid e o empréstimo de Francisco Conceição à Juventus. No primeiro caso, houve um pagamento de um milhão à empresa Eurodata, num negócio total de 15 milhões de euros. No segundo, foram entregues 670 mil euros à Gestifute, que podem vir a ser 960 mil euros.

Onde está o ganho?

O plano dos números dá-nos uma fotografia geral, mas a questão é mais complexa do que isso. Quando um clube como o FC Porto decide deixar de pagar comissões – ou baixá-las drasticamente –, o que está a fazer é abdicar de negociar na "mesa dos crescidos". Quando empresas como a Gestifute são colocadas à margem, o que acontece é que os "dragões" estarão a correr o risco de não fazerem negócios potencialmente tão vantajosos: no valor de uma venda, porque lhes falta o acesso a agentes que podem inflacionar o jogador, cobrar favores aos clubes ou fazer o atleta entrar no carrossel de várias negociações simultâneas: no plano das compras, porque obriga o clube a ir à procura de alvos que estejam fora da esfera dos principais agentes – e isso, em muitos casos, é passar ao lado de potenciais craques.

Não é crível, por isso, que o FC Porto deixe de contar com os principais agentes, mas é provável que tenha de ser mais "criativo" na hora de fazer negócios – ou então aceitar que vai vender jogadores a um preço menos inflacionado do que poderia conseguir com a "mão amiga" de alguns intermediários.

No fim de contas, trata-se de pesar o que é melhor: ganhar mais na transferência ou gastar menos na comissão, sendo mais independente. E este último prisma não é um pormenor. Abdicar de negociar com alguns agentes dá alguma autonomia ao clube no mercado, evitando que sirva, em algumas circunstâncias, como barriga de aluguer para jogadores na carteira de determinados empresários.

E isso, a médio prazo, também vale dinheiro.

"Dori" continua à procura do Brasil

Diogo Cardoso Oliveira

Quarta derrota nos últimos cinco jogos deixa a selecção no quinto lugar do grupo de apuramento para o Mundial de 2026

Se a qualificação para o Mundial 2026 fosse um filme da Pixar, poderíamos estar a falar de uma história como "à procura de Dori" ou de "Dori à procura do Brasil". O seleccionador brasileiro não está a conseguir criar uma boa equipa e o país não está a conseguir encontrar em Dorival Júnior um bom treinador – apesar de ele já ter dito que o Brasil vai estar na final do Mundial.

Se a América do Sul não tivesse uma qualificação tão fácil para os Mundiais, o Brasil poderia estar, neste momento, em maior agonia do que está. Vamos ser práticos: a selecção brasileira está dentro dos lugares de apuramento, o Brasil nunca falhou um Mundial desde o primeiro, em 1930, e assim deverá continuar. Mas esta selecção não inspira, por estes dias, confiança.

Na madrugada de ontem, a equipa somou a quarta derrota nos últimos cinco jogos – e nos últimos seis só venceu um. É mau? É. Mas não deverá colocar em risco o apuramento, porque, na Conmebol, dá para quase todos: dos dez apuram-se seis e o sétimo ainda vai a um *play-off*.

Alisson: "Nós temos um novo treinador, que não tem nem um ano no comando. Criar uma equipa demora tempo"

Frente ao Paraguai (1-0), o Brasil fez sete remates, apenas três à baliza e, sobretudo, com um valor modesto de golos esperados: 1,37. E mesmo nos dias em que venceu, a equipa apresentou quase sempre versões pálidas de si própria, com triunfos magros e pouco convincentes que fazem desta primeira volta da qualificação a pior da sua história.

Para Dorival Júnior, o treinador, isto é tudo aquilo de que ele não precisava. Quando foi escolhido, acabou por ser um recurso depois de falhada a contratação de Carlo Ancelotti e de muitos brasileiros "salivarem" por um nome forte, como Jorge Jesus.

Alisson, guarda-redes do Liverpool, acredita que há um factor inerente à mudança de treinador a seguir ao Mundial 2022 e que Dorival não tem tido tempo para treinar. "Temos um novo treinador, que não tem nem um ano no comando. Para se criar uma equipa demora tempo, ainda mais na selecção. Nós vimos e ficamos dez dias aqui. Não há muito tempo para treinar", apontou.

Muitos analistas apontam, por outro lado, que a internacionalização da selecção leva a que haja muitos jogadores inadaptados ao futebol sul-americano. O avançado Vinícius Jr., do Real Madrid, concorda: "O jogo na Europa é mais rápido que aqui. Temos de nos adaptar para jogar da melhor maneira para ganhar jogos", apontou.

Sporting entra a ganhar na Liga dos Campeões de andebol

Nuno Sousa

Cinco anos depois, o Sporting regressou em força à Liga dos Campeões de andebol. No Pavilhão João Rocha, em Lisboa, os "leões" receberam e bateram os polacos do Wisla Plock, por 34-29, com uma exibição segura e convincente.

Na recente Supertaça Ibérica, o Sporting já havia vencido o Torrelavega (30-27) e dado luta ao Barcelona (33-38) – isto, depois de ter atropelado +o Benfica na final da Supertaça portuguesa (37-21). E o bom momento da equipa ficou confirmado no maior palco do andebol internacional.

Apresentando apenas quatro jogadores com experiência de Champions, o campeão português tirou partido dos ataques rápidos e ao intervalo já estava na frente do marcador, por 17-14. Para essa vantagem muito contribuiu o acerto de Martim Costa no ataque (terminaria a partida como o melhor marcador, com dez golos) e do egípcio Mohamed Aly na baliza "leonina".

A maturidade competitiva da equipa orientada por Ricardo Costa fez-se notar no segundo tempo, quando dispôs até de uma vantagem de sete golos, controlando as operações sem grande dificuldade e assegurando um primeiro triunfo (logo à primeira tentativa) no Grupo A, que partilha (entre outros) com os franceses do Paris SG e os dinamarqueses do Fredericia HK, próximo adversário na competição, fora de portas, no dia 19.

Aos 42 anos, Jéssica Augusto termina carreira "na altura ideal"

Detentora da segunda melhor marca portuguesa na maratona lamenta não ter conseguido despedir-se nos Jogos de Paris

Jéssica Augusto, segunda melhor portuguesa de sempre na maratona, anunciou ontem o fim da carreira "na altura ideal" e com o sentimento de dever cumprido, apesar de ter falhado o objectivo de ter chegado aos Jogos Olímpicos Paris 2024.

Em declarações à agência Lusa, a menos de dois meses de fazer 43 anos, Jéssica Augusto considera que "a altura é ideal", embora não tenha sido possível terminar a carreira como desejava, em Paris, naqueles que seriam os seus quartos Jogos Olímpicos. "O meu objectivo era terme conseguido apurar para os Jogos Olímpicos de Paris e terminar lá, mas não foi possível. A vida é diferente, as pernas também já não rendem, nem tenho tanto tempo para treinar, uma vez que já trabalho", afirmou.

Nascida em Paris, Jéssica Augusto diz que vai continuar a correr, vai "estar sempre ligada à modalidade". "Temos de saber sair, e sair tem que ser pela porta grande. Foi por isso que eu decidi terminar agora."

Após muitos anos ao mais alto nível, Jéssica Augusto assegura que termina a carreira "com o sentimento de dever cumprido", mesmo que assuma que, "olhando para trás, melhoraria uma ou outra coisa". "Mas penso que fiz tudo o que estava ao meu alcance para atingir a minha melhor versão e conquistar medalhas. Dei muito de mim, sou muito grata ao desporto e ao atletismo por tudo o que me deu, e agora está na altura de inspirar os mais novos e passar todo o conhecimento que eu tenho", afirmou.

PHIL NOBLE/REUTERS

Jéssica Augusto vai continuar ligada ao atletismo

Sexta em Londres em 2012

Segunda melhor portuguesa de sempre na maratona, com 2h24m25s, em Londres, em 2013, a 56 segundos do recorde nacional de Rosa Mota (2h23m29s, em Chicago, em 1985), Jéssica Augusto considera que o seu melhor momento foi o sexto lugar na distância nos Jogos Olímpicos Londres 2012, mesmo que tenha tido a sua melhor época em 2010, um ano antes de um dos momentos mais difíceis da sua vida, com a perda do pai.

Pelo contrário, elege o pior momento quando foi "última [classificada] numa eliminatória no Campeonato do Mundo de Helsínquia" nos 5000 metros, na qual não soube "lidar com a pressão, nem com o facto de correr num estádio cheio". "Mas tirei muitos ensinamentos dessa fase, dessa prova", recordou.

Além do sexto lugar em Londres 2012, Jéssica Augusto foi, entre outros títulos, campeã da Europa de corta-mato em 2010, vice-campeã da Europa de 10.000m em 2010 e bronze nos 5000m, e terceira na maratona do Europeu de 2014. É ainda detentora do recorde nacional nos 3000m obstáculos, com os 9m18,54s cronometrados a 9 de Junho de 2010.

Agora, vai abraçar um novo projecto no Sp. Braga, como uma das responsáveis técnicas da formação de atletismo, dos sub-10. **Lusa**

Apoios para o próximo ciclo olímpico subirão mais de 20%

O primeiro-ministro, Luís Montenegro, manifestou ontem, nos jardins de São Bento, em Lisboa, a intenção de "fazer crescer acima de 20%" o valor alocado aos contratos-programa para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Los Angeles2028.

"A minha expectativa é que nós possamos fazer crescer acima de 20% o valor que esteve alocado ao projecto olímpico que terminou agora em Paris com os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, do ponto de vista da preparação, do ponto de vista da criação de condições para atacarmos o próximo objectivo olímpico e paralímpico em 2028", declarou o chefe de Governo, na recepção aos atletas que estiveram em Paris2024.

No ciclo olímpico de Paris 2024, o valor global de apoio do Governo, então liderado por António Costa, foi de 31,2 milhões de euros, sendo 22 milhões referentes ao contrato-programa do Comité Olímpico e 9,2 milhões para o Comité Paralímpico, para o período de 2022-2025.

O apoio governativo, esclareceu Luís Montenegro, também incidirá no acompanhamento que as secretarias de Estado do Desporto e da Acção Social e da Inclusão podem prestar, a nível "administrativo, logístico", de modo a "poder facilitar a organização de eventos", estendendo-se ainda ao nível da conciliação entre as actividades profissionais e as actividades desportivas. "[É preciso] investir de uma forma transversal", apontou.

BARTOON LUÍS AFONSO

Trump, um narcisista desgovernado a brincar ao apocalipse

O respeitinho não é bonito

João Miguel Tavares

Tenho muitos problemas políticos com Donald Trump, mas o meu maior problema antecede a questão política. É, se quiserem, um problema existencial e religioso (entendendo aqui religião como um sistema moral definido em função de uma hierarquia de valores, que se reflecte numa forma de agir): Trump é tudo aquilo que eu ensino aos meus filhos para não serem. Em primeiro lugar, é um espantoso narcisista – tudo é sobre ele, e todas as coisas criadas parecem gravitar à volta do seu umbigo. Em segundo lugar, é um apocalíptico incontinente – tudo está contaminado, decadente e à beira do fim, e apenas ele, com o seu génio e a sua espertíssima capacidade para compreender o mal, conseguirá salvar a América, ou talvez mesmo o mundo, da destruição.

BRIAN SNYDER/REUTERS

Quem gosta de estudar a Bíblia, não para saber se um dia irá para o céu, mas para tentar compreender porque atravessa tantos séculos um livro com aquele tipo particular de sabedoria e com aquele tipo de convite para agir no mundo, é possível que já tenha chegado a duas conclusões. A primeira é a de que há um olhar positivo sobre a criação, que está com certeza permeada pelo mal – é esse o sentido do pecado original –, mas que sendo obra divina convida a que as suas criaturas sejam tratadas com respeito e compaixão. A segunda é a de que há uma crítica arrasadora a todas as tentativas de o homem se colocar no lugar de Deus, da construção de Babel ao atropelo do outro em função do bem-estar de cada um. Se quiserem resumir a Bíblia – que é como quem diz, a matriz judaico-cristã que sustenta a nossa civilização – em sete palavras, talvez elas possam ser estas: 1) Nós somos sagrados. 2) Nós não somos Deus.

É preciso estar muito desesperado para achar que esta fórmula pode produzir algo de bom

Donald Trump, como se voltou a ver no debate com Kamala Harris, falha no critério 1 – nada para ele é sagrado senão uma ideia utópica e passadista da América; tudo no mundo é horror e ameaça; as coisas nunca estiveram tão mal como hoje; a Terceira Guerra Mundial pode estar à porta; Israel vai desaparecer, se Kamala for eleita – e falha no critério 2 – apenas ele e só ele tem capacidade para ver através dos véus; dinamitar a mecânica viciada do mundo; colocar Putin e Xi Jinping no seu lugar; agir sem nunca errar; porque tudo o que tem o seu dedo é incrível, e na ausência do seu dedo tudo é horrível.

O problema da transposição deste messianismo apocalíptico para o campo da política – uma tentação tão antiga quanto o mundo, e que existe quer à direita, quer à esquerda – é que, se levado a sério, ele tende inevitavelmente para a autocracia ou para a ditadura, porque todo o adversário político é transformado num inimigo existencial. O desvelo com que Trump falou de Viktor Orbán no debate, sem sequer disfarçar, foi extraordinário, tendo em conta a claríssima retracção das liberdades democráticas na Hungria.

A fórmula da ascensão trumpista é feita de narcisismo, apocalipse e conspirações, e é preciso estar mesmo muito desesperado para achar que essa fórmula pode produzir algo de bom. Nunca produziu. A dificuldade de quem vê Trump num debate como o de terça-feira, a dizer barbaridades até ao nível da paródia – os imigrantes que comem os cães e gatos de estimação dos americanos –, está em perceber como é que metade da América pode sequer pensar votar nele. Mas pensa. A insatisfação crescente nas democracias ocidentais é uma evidência à espera de solução. Só que não será Trump a encontrá-la: narcisistas e apocalípticos apenas têm para oferecer medo, conflito e caos.

Colunista

jmtavares@outlook.com